



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**João Gabriel Naghettini Gomes**

**O Espírito de Bandung e o estuário das nações**

Salvador - Bahia

2023

João Gabriel Naghettini Gomes

**O Espírito de Bandung e o estuário das nações**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.**

**Orientadora: Profa. Elsa Sousa Kraychete**

Salvador - Bahia

2023

Dados internacionais de catalogação-na-publicação  
(SIBI/UFBA/Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)

Gomes, João Gabriel Naghettini.

O espírito de Bandung e o estuário das nações / João Gabriel Naghettini Gomes. - 2023.  
123 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Elsa Sousa Kraychete.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2023.

1. Relações internacionais. 2. Política internacional. 3. África - Relações internacionais. 4. Ásia - Relações internacionais. 5. África - Política e governo - Congressos. 6. Ásia - Política e governo - Congressos. 7. Conferencia asiática-africana, Bandung, 1955. 8. Descolonização - África. 9. Descolonização - Ásia. I. Kraychete, Elsa Sousa. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.

CDD - 327.1  
CDU - 327(5)(6)

**JOAO GABRIEL NAGHETTINI GOMES**

**O ESPÍRITO DE BANDUNG E O ESTUÁRIO DAS NAÇÕES**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 20 de dezembro de 2023.

**Banca examinadora**

*Elsa Sousa Kraychete*

Profa. Dra. Elsa Sousa Kraychete

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Antônio Renildo Santana Souza

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Osvaldo Barreto Filho

## Resumo

A Conferência de Bandung, ocorrida entre 18 e 24 de abril de 1955, na Indonésia, marcou um ponto de virada na história das relações internacionais, especialmente para as nações afro-asiáticas emergentes do pós-colonialismo. Esta dissertação de mestrado explora a profundidade e amplitude da conferência, analisando as circunstâncias que levaram à sua realização, os debates e discussões que ocorreram durante o evento, e o impacto duradouro que teve sobre as relações internacionais e o processo de descolonização. A conferência foi organizada pelos "Cinco de Colombo" - Índia, Indonésia, Paquistão, Burma (atual Mianmar) e Sri Lanka - e reuniu representantes de 29 nações afro-asiáticas. O objetivo principal era discutir questões de interesse comum para os países emergentes e estabelecer uma frente unida contra o colonialismo e a dominação estrangeira, o evento refletiu as complexidades das dinâmicas geopolíticas e ideológicas da época, destacando-se como um fórum de solidariedade e cooperação entre nações não alinhadas. O principal legado da conferência foi o chamado "Espírito de Bandung", um conjunto de princípios que visava promover a boa vontade, a cooperação mútua e a coexistência pacífica entre as nações. Estes princípios incluíam o respeito pelos direitos humanos fundamentais, a soberania e integridade territorial de todas as nações, a igualdade de todas as raças e nações e a abstenção de intervenção nos assuntos internos de outros países. O Espírito de Bandung também enfatizou a necessidade de solucionar disputas internacionais por meios pacíficos, promover interesses mútuos e cooperação, e respeitar a justiça e as obrigações internacionais. Finalmente, o estudo discute o impacto duradouro da Conferência de Bandung sobre a política internacional e as relações entre as nações afro-asiáticas, pois a Conferência não apenas desencadeou um processo de descolonização mais amplo, mas também estabeleceu as bases para futuras colaborações e movimentos de não alinhamento, influenciando significativamente as políticas e as abordagens diplomáticas dessas nações em relação à ordem global e à governança internacional.

Palavras-chave: Conferência de Bandung, Relações Internacionais, Descolonização, Espírito de Bandung, Terceiro Mundo, Diplomacia Afro-Asiática

## **Abstract**

The Bandung Conference, held from April 18 to 24, 1955, in Indonesia, marked a turning point in the history of international relations, especially for the emerging Afro-Asian nations of post-colonialism. This master's dissertation explores the depth and breadth of the conference, analyzing the circumstances that led to its convening, the debates and discussions that took place during the event, and the lasting impact it had on international relations and the decolonization process. The conference was organized by the "Colombo Five" - India, Indonesia, Pakistan, Burma (now Myanmar), and Sri Lanka - and brought together representatives from 29 Afro-Asian nations. The main objective was to discuss issues of common interest for emerging countries and to establish a united front against colonialism and foreign domination; the event reflected the complexities of the geopolitical and ideological dynamics of the time, emerging as a forum for solidarity and cooperation among non-aligned nations. The main legacy of the conference was the so-called "Spirit of Bandung," a set of principles aimed at promoting goodwill, mutual cooperation, and peaceful coexistence among nations. These principles included respect for fundamental human rights, the sovereignty and territorial integrity of all nations, the equality of all races and nations, and abstention from intervention in the internal affairs of other countries. The Spirit of Bandung also emphasized the need to resolve international disputes peacefully, promote mutual interests and cooperation, and respect justice and international obligations. Finally, the study discusses the lasting impact of the Bandung Conference on international politics and relations among Afro-Asian nations, as the conference not only triggered a broader process of decolonization but also laid the groundwork for future collaborations and non-aligned movements, significantly influencing the policies and diplomatic approaches of these nations toward global order and international governance.

Keywords: Bandung Conference, International Relations, Decolonization, Spirit of Bandung, Third World, Afro-Asian Diplomacy

## **Lista de abreviaturas e siglas**

<b>RPC</b>	República Popular da China
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
<b>CNI</b>	Congresso Nacional Indiano
<b>CIA</b>	Central Intelligence Agency (Agência de Inteligência Central)
<b>PKI</b>	Partai Komunis Indonesia (Partido Comunista da Indonésia)
<b>PNI</b>	Partai Nasional Indonesia (Partido Nacional da Indonésia)
<b>UNP</b>	United National Party (Partido Nacional Unido)
<b>OTASE</b>	Organização do Tratado da Ásia do Sudeste
<b>KMT</b>	Kuomintang
<b>ELP</b>	Exército de Libertação Popular
<b>PCC</b>	Partido Comunista da China
<b>GATT</b>	General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral de Tarifas)
<b>NOEI</b>	Nova Ordem Econômica Internacional
<b>UNCTAD</b>	United Nations Conference on Trade and Development (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)

# Sumário

<b>1 Introdução</b>	<b>7</b>
<b>2 Delimitação do tema e problema de pesquisa</b>	<b>9</b>
<b>3 Revisão de Literatura</b>	<b>11</b>
<b>4 Objetivos</b>	<b>14</b>
4.1 Objetivo Geral:	14
4.2 Objetivos Específicos:	14
<b>5 Antecedentes de Bandung</b>	<b>15</b>
5.1 A Segunda Guerra Mundial e o Colapso do Mundo Colonial	15
5.2 Entre Guerra Fria e descolonização, o dilema dos EUA.	17
5.3 Tensões no pós-guerra: descolonização e neocolonialismo	20
5.4 A marcha para a liberdade e o desenvolvimento	23
<b>6 Os cinco de Colombo</b>	<b>26</b>
6.1 A cidade em Bandung	26
6.2 A Panchsheel em prática	29
6.3 O isolamento do Paquistão	32
6.4 A gradual descolonização do Sri Lanka	35
6.5 A instabilidade de Burma	37
<b>7 Bandung, uma conferência asiática</b>	<b>40</b>
7.1 O Hajj de Bandung	40
7.2 Na trilha de Ibne Batuta	45
7.3 O novo Mansa	46
7.4 A viagem à meia-noite de Jomo Kenyatta	55
7.5 Anti-Bandung: as redes de solidariedade reacionárias no Sul da África.	60
<b>8 As viagens de Zhou Enlai</b>	<b>65</b>
8.1 Roubando a carne do tigre	65
8.2 Sol vermelho no céu amarelo	68
8.3 A grande influência dos pequenos aliados	70
8.4 Nas pegadas de Gan Ying	76
8.5 As chamadas de Xiaoqing	79
8.6 Os discípulos de Cǎi Shén	85
8.7 O império contra-ataca	88
8.8 A Princesa da Caxemira	90
<b>9 A conferência de Bandung</b>	<b>96</b>
9.1 Unidade na Diversidade	96
9.2 O festival de Bandung	97
9.3 A estrutura da Conferência	98
9.4 As sessões abertas	99
9.5 Os Resultados Concretos	101
9.6 Os Bastidores da Conferência	105
9.7 O Espírito de Bandung	106
<b>10 Conclusão</b>	<b>110</b>
10.1 A Economia Política de Bandung	110
10.2 O nacional desenvolvimento Asiático e as contradições de Bandung	112
<b>11 Referência Bibliográficas</b>	<b>116</b>



## 1 Introdução

Entre os dias 28 de abril e 2 de maio de 1954, na cidade de Colombo, ocorreu um encontro promovido pelo convite do Primeiro Ministro do Sri Lanka, Sir Jon Kotelawala, que reuniu representantes de quatro nações vizinhas: Jawaharlal Nehru da Índia, U Nu de Burma, Sukarnoo da Indonésia e Mohammed Ali do Paquistão. Este evento ficou conhecido como a conferência de Colombo ou a Conferência dos Primeiros Ministros Asiáticos.

Este encontro se tornou um importante marco, ocorrendo cinco anos após a primeira reunião entre esses países na cidade de Bogor, na Indonésia, também conhecida como a Primeira Conferência de Bogor. Ele sinalizou a intensificação das relações diplomáticas entre as cinco nações envolvidas, levando posteriormente ao apelido de "os cinco de Colombo". A conferência foi especialmente centrada na situação da Primeira Guerra da Indochina, com o claro objetivo de influenciar a resolução do conflito, uma vez que as tropas francesas estavam enfrentando uma derrota iminente na região.

Além de seu objetivo imediato em relação à Indochina, os líderes reunidos em Colombo não se limitaram à denúncia de empreendimentos colonialistas. Eles também chamaram a atenção para questões como a crise na Palestina, os apelos pela independência da Tunísia e destacaram a natureza desumana desses empreendimentos. Além disso, discutiram questões como a representação da República Popular da China (RPC) na ONU, o comunismo internacional, a possibilidade de ações militares conjuntas em caso de invasão estrangeira, o perigo representado pela produção de armas de destruição em massa por parte das potências mundiais e, acima de tudo, a ideia de realizar uma nova conferência abrangendo todos os povos da África e da Ásia, que se tornaria a conferência de Bandung.

Com o intuito de planejar a realização da conferência afro-asiática, os "Cinco de Colombo" se reuniram novamente em dezembro do mesmo ano (1954) na Indonésia, dando origem ao que posteriormente seria reconhecido como a segunda conferência de Bogor. Nesse estágio, começou a ser delineado o contorno definitivo da grandiosa conferência afro-asiática que os "Cinco de Colombo" estavam meticulosamente organizando. O comitê de organização do evento despachou convites para 29 nações e também para representantes de movimentos de independência, atuantes em colônias que ainda não haviam obtido sua autonomia. Foi neste ponto que a preparação para a realização da Conferência de Bandung de

1955 foi oficialmente iniciada. No comunicado conjunto divulgado ao término da segunda conferência de Bogor, estabeleceram-se quatro objetivos cruciais que serviram como pilares orientadores para a execução da conferência de Bandung:

- a. Promover a boa vontade e a cooperação entre as nações da Ásia e da África, explorar e avançar seus interesses mútuos e comuns, e estabelecer e fortalecer relações amigáveis e de boa vizinhança;
- b. Considerar questões sociais, econômicas e culturais, bem como as relações dos países representados;
- c. Abordar problemas de interesse especial para os povos asiáticos e africanos, como questões relacionadas à soberania nacional, ao racismo e ao colonialismo;
- d. Analisar a posição da Ásia e da África e de seus povos no mundo de hoje e o papel que podem desempenhar na promoção da paz mundial e da cooperação. (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol.1) (tradução nossa).

Trata-se da primeira grande conferência africana ou asiática que não foi organizada por agentes estrangeiros, carecendo da presença de representantes europeus entre seus participantes. Adicionalmente, a conferência tinha como principal objetivo promover a aproximação e cooperação entre as nações da África e Ásia, enquanto denunciava as ambições europeias neste continente. Nesse contexto, a Conferência de Bandung adquiriu uma relevância notável no processo de independência e descolonização das nações asiáticas, sendo descrita por Grovogui (2016) com uma ilustrativa analogia: ao conectar as diferentes trajetórias de independência e descolonização que já corriam pelos continentes africano e asiático desde pelo menos duas décadas, Bandung se transforma no ponto de encontro onde as águas destes diferentes rios se misturam, entrando em contato com o oceano e transformando-se em um grande estuário, a partir do qual serão lançadas as navegações terceiro mundistas em mares internacionais e cujas águas serão gradativa e consistentemente despejadas no oceano.<sup>1</sup>

Por mais turvas e heterogêneas que possam ser as águas que se misturam no estuário de Bandung, dois objetivos claramente visíveis na conferência são comuns a todos os seus participantes e iriam ecoar pelos anos a seguir: a contestação das ambições europeias (sejam elas de recolonização ou neocolonização)<sup>2</sup> e a busca por uma ordem internacional mais justa e com maior representação do Terceiro Mundo.

---

<sup>1</sup> Grovogui estende sua analogia, afirmando que embora os rios que alimentam este estuário já houvessem desembocado no oceano anteriormente, esta seria a primeira vez em que os mesmos o estavam fazendo conscientemente e "aware of their stakes".

<sup>2</sup> Vale lembrar, como é o caso na Indonésia ou em grande parte da África, que os impérios europeus vão se lançar em verdadeiras campanhas de reconquista e repressão contra movimentos de independência.

## 2 Delimitação do tema e problema de pesquisa

Os objetivos comuns expressos pelos países que participaram da conferência promovem as relações entre as nações do Terceiro Mundo e dão origem a diversas iniciativas de cooperação entre eles, sendo posteriormente agrupados segundo um conceito que se torna vocabulário comum entre acadêmicos e governos de todo o mundo: o “Espírito de Bandung”. Entretanto, os pontos de tensão entre os países que se reuniram em Bandung se tornam evidentes alguns anos depois da realização da conferência, quando eles se envolvem em lados opostos de conflitos armados ou quando aderem a pactos de defesa liderados pelos EUA ou pela URSS, levando muitos observadores a questionarem a influência do Espírito de Bandung, uma vez que ele não foi capaz de impedir a guerra entre China e Índia nem de manter a neutralidade da Ásia e da África durante a Guerra Fria.

Contudo, tais análises se concentram naquilo que dividia os países reunidos na conferência e que comprometia a condução de relações diplomáticas orientadas segundo o Espírito de Bandung, se esquecendo daquilo que havia reunido tantos países em primeiro lugar. Mais do que um conjunto de metas e objetivos específicos que deveriam ser atingidos em conjunto pelos países representados na conferência, o Espírito de Bandung manifesta o universalismo característico de alguns dos objetivos e ambições compartilhados entre os países do terceiro mundo, marcando o ponto de convergência entre seus interesses que permitiu a elaboração de normas para o convívio entre estas nações.

A Conferência de Bandung se torna historicamente significativa a partir do próprio momento em que o evento é organizado (Shimazu, 2014), uma vez que os países ali representados conseguem deixar de lado seus pontos de divergência para viabilizar a realização da conferência. Este exercício transforma o Terceiro Mundo representado em Bandung, mesmo que momentaneamente, em um ator coletivo que não estava buscando aceitação do Primeiro e do Segundo Mundo de maneira passiva, mas sim se afirmando de maneira confiante diante de uma elite internacional dominante. Por sua vez, essa auto-afirmação do Terceiro Mundo que se reúne em Bandung não buscou a contestação das normas criadas pelo Primeiro e pelo Segundo Mundo que foram corporificadas na ONU, mas sim a adequação das mesmas a realidade regional dos países que se reuniram em Bandung, reivindicando inclusive a posterior expansão destas normas por meio das próprias instituições da ONU (Acharya, 2014). Assim, diferente do que muitos observadores na época da realização da conferência concluíram, o Espírito de Bandung não ambicionava a criação de

novos fóruns internacionais ou de uma nova ONU, mas sim o aumento da influência dos países da África e da Ásia dentro das organizações internacionais que já existiam.

A Conferência de Bandung e toda sua organização se tornam então um terreno rico para a pesquisa que se dedica a analisar como se desenvolveram as relações entre os países do Terceiro Mundo, trata-se de um momento em que podemos vislumbrar os interesses que dividem e que unem as nações da Ásia e da África, a forma como interagem com as estruturas de governança global previamente construídas e as normas de convívio internacional que foram construídas no curso da cooperação entre as nações afro-asiáticas. Acima de tudo, a Conferência de Bandung se torna um importante ponto de referência histórico pois ao buscarem um acordo mais justo para a ordem mundial que surge na metade do século XX, as nações reunidas na conferência são forçadas a conceitualizar as injustiças que observavam nesta ordem internacional e a formularem as reformas que consideravam necessárias para a própria manutenção do sistema (Weber, 2016).

Elegendo o Espírito de Bandung como seu objeto de estudos principal, a presente pesquisa busca analisar aquilo que trouxe e aquilo que impediu as nações da Ásia e da África de participarem da conferência, propondo um trabalho histórico que se orienta pelos caminhos percorridos por diferentes nações até sua participação na Conferência de Bandung e permitindo finalmente a análise de suas contribuições para a construção do Espírito de Bandung. Considerando como o estuário que se formou na Indonésia durante o ano de 1955 é composto pelos interesses particulares dos diferentes países que se reuniram na conferência, a presente pesquisa propõem uma análise individual sobre os diferentes rios que alimentaram este grande estuário formado em Bandung e sobre a influência que eles deixaram em suas águas. Observando o período que compreende o surgimento de muitos dos países de Terceiro Mundo (1945) até a realização da Conferência de Bandung (1955), a presente pesquisa se orienta segundo um recorte geográfico, analisando em primeiro lugar as transformações em nível sistêmico que compõem o cenário internacional durante a conferência, em segundo lugar, as trajetórias específicas dos cinco países responsáveis pela organização do evento, em terceiro o caminho percorrido pelo Oriente Médio e pela África e por fim, a turbulenta trajetória da China desde a proclamação da República Popular da China (RPC) até sua participação na Conferência de Bandung.

### 3 Revisão de Literatura

Ao analisar os mecanismos de intervenção e dominação inerentes à emergente ordem internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial, e ao conceitualizar os princípios subjacentes à representação dos interesses do Terceiro Mundo dentro desse contexto, a Conferência de Bandung se torna um “repositório de conhecimentos alternativos” (Weber, 2016, p.156). Este repositório desempenhou um papel fundamental como ponto de partida para a formulação de propostas de reforma por parte das nações do Terceiro Mundo em relação à ordem internacional no período pós-guerra e inspirou diversos acadêmicos por todo o mundo.

Richard Wright, em sua obra "The Color Curtain" (1956), proporcionou uma visão inicial e emocional da conferência, destacando o que ele chamou de "nacionalismo emocional" (Wright, 1956, p. 542) e a notável unidade demonstrada pelos participantes. Enquanto Roeslan Abdulgani, um analista da Indonésia, ofereceu uma perspectiva local valiosa em seu livro "The Bandung Connections" (1981), revelando os bastidores da conferência e complexas negociações entre as nações participantes que já desafiavam interpretações mais generalistas como a de Jansen, em "Nonalignment and the Afro Asian States" (1966), contribuiu para o entendimento do não alinhamento e das dinâmicas entre os estados Afro-Asiáticos durante a conferência. Carry Fischer expande sua análise, contextualizando a Conferência de Bandung dentro do cenário da Guerra Fria e analisando a resposta dos EUA em seu texto "Race and Realpolitik in the American Response to Bandung" (2003).

A partir de 2005, a literatura acadêmica passou a se concentrar em análises mais aprofundadas e científicas das motivações por trás da participação dos países em Bandung. Kweku Ampiah, em "The Political and Moral Imperatives of Bandung" (2007), investigou como o Japão usou a conferência para ensaiar uma política externa mais independente dos EUA. Livros contemporâneos, como "Bandung Revisited" (2008) de Seng Tan e Amitav Acharya, e "Darker Nations" (2007) de Prashad, exploram o legado de Bandung em um contexto mais amplo, enfocando a revisão de normas e o papel do Terceiro Mundo como um todo na política internacional. Não menos importante, Critsopher J. Lee, em "The Bandung Moment" (2010), fez associações significativas entre os diferentes contextos e atuações dos países participantes, ampliando nossa compreensão das complexidades da conferência.

Em linhas gerais, é também importante destacar que embora as nações do Terceiro Mundo compartilhassem objetivos comuns, sobretudo em sua mobilização contra as heranças

coloniais e em sua resistência a tentativas de recolonização ou neocolonialismo por parte de nações europeias, a Conferência de Bandung ocorreu em um contexto internacional que estava profundamente influenciado pelo conflito bipolar entre os EUA e a URSS, o que a caracteriza também como um marco significativo no surgimento do Movimento dos Não Alinhados no contexto da Guerra Fria. Essas duas interpretações, embora essencialmente complementares, frequentemente são apresentadas como perspectivas concorrentes em relação ao evento, o que pode suscitar desafios na análise abrangente da conferência de Bandung. A tradição histórica das Relações Internacionais prioriza o Ocidente como um espaço de formação de normas, isso não apenas implica na utilização errônea de parâmetros Ocidentais na análise de questões não Ocidentais, mas promove a confusão entre mecanismos de dominação e coerção com uma hegemonia capaz de produzir alguma influência cultural ou moral. Esse tipo de abordagem confunde submissão a uma norma externa com sua aceitação relativamente generalizada e finalmente, apaga o impacto de Bandung na produção de normas que são compartilhadas regionalmente e internacionalmente (Martinsson, 2011).

A confusão entre uma interpretação “não-alinhada” e outra “descolonial” acerca da conferência pode ser compreendida como um produto da própria transição entre configurações específicas do sistema internacional que se manifestam em Bandung. Leffler e Westad (2010) destacam três lógicas de funcionamento do sistema internacional que convivem durante a década de 1950: colonialista (herdada de um passado marcado pelo imperialismo colonial europeu), bipolar (própria do novo cenário internacional marcado pela presença das superpotências) e pós-colonialista (marcado pela crescente importância dos países de terceiro mundo no cenário internacional). Westad (2006), demonstra a interação entre essas lógicas, ilustrando como o terceiro mundo, agindo dentro de uma lógica pós-colonialista e enfrentando os vestígios do insistente colonialismo europeu, busca auxílio dos EUA ou da URSS conseqüentemente intensificando a lógica de funcionamento bipolar do sistema internacional.

Mesmo as análises que tratam Bandung como um marco do surgimento do Movimento dos Não Alinhados, consideram as ambições de descolonização e independência expressas pelos países representados na conferência como uma peça fundamental para a construção desse não-alinhamento. Gaddis (2005), por exemplo, concentra-se nas ações dos líderes do terceiro mundo argumentando que a influência das superpotências sobre seus aliados não era absoluta, assim, o não-alinhamento que surge em Bandung não seria um

posicionamento uniforme, mas sim uma série de estratégias adaptativas de diferentes estados que buscavam independência ou a descolonização de suas economias e sociedades.

Ainda assim, tais interpretações têm seu alcance determinado pelo objeto de estudo que elegeram, isto é, o sistema internacional como um todo. Smith (2000) separa a historiografia produzida sobre o período segundo quatro correntes: ortodoxa (que considera o expansionismo soviético como causa para a intensificação da Guerra Fria), revisionista (que observa a influência dos EUA na intensificação do conflito bipolar), pós-revisionista (que identifica no funcionamento do sistema internacional as causas para a expansão da Guerra Fria) e pericentrista (que se preocupa mais com o impacto do sistema internacional sobre as nações de terceiro mundo).

Neste contexto, as análises de Leffler (2010), Westad (2006) e Gaddis (2005) podem ser enquadradas na perspectiva pós-revisionista de Smith, pois apesar de considerarem a influência das nações que se reúnem em Bandung, ainda tem o sistema internacional como seu objeto de estudos prioritário e se interessam por estas nações na medida em que demonstram sua capacidade de influenciar o sistema. Diferentemente, o pericentrismo conceitualizado por Smith se destaca por tomar os países do terceiro mundo como seu objeto de estudos central, não se concentrando tanto com o impacto que eles tiveram sobre o funcionamento do sistema internacional, mas sim com os fatores que orientam a formulação de uma política externa e o posicionamento internacional adotado por estas nações de terceiro mundo.

Assim, com o objetivo de analisar a conferência de Bandung de 1955 e desenvolver uma leitura pericentrista do evento, o presente texto não descarta o impacto do sistema internacional ou das relações com o primeiro mundo, mas considera a forma como estes elementos contribuem para a formulação da política externa nos países do terceiro mundo, analisando de maneira específica as diferentes trajetórias que levaram tantas diferentes nações a cidade de Bandung no ano de 1955.

Então esta é a natureza do estuário que está diante de nós hoje, sua aparente calma traí a turbulência que veio antes e também o que repousa debaixo dela: as ondas marítimas que conectam Bandung a descolonização e as quase-revoltas na ONU, na UNESCO e em outros locais podem não ser mais perceptíveis. Mas ainda estas ondas são o resultado de forças gravitacionais quase universais, que continuam a reverberar nos dias de hoje através de uma configuração diferente e que produzem resultados imprevisíveis” (Grovgui, 2016, p. 117) (tradução nossa).

## 4 Objetivos

### 4.1 Objetivo Geral:

Analisar a construção do Espírito de Bandung a partir das diferentes trajetórias dos países que participaram da Conferência de Bandung.

### 4.2 Objetivos Específicos:

- Investigar as transformações de nível sistêmico que compuseram o cenário internacional durante a Conferência de Bandung.
- Examinar as motivações e esforços dos cinco países organizadores da Conferência de Bandung.
- Avaliar, de maneira geral, a trajetória dos países da África e do Oriente Médio convidados para a Conferência de Bandung, com foco na razão pela qual tão poucos países africanos compareceram ao evento.
- Analisar a trajetória da China, desde a proclamação da República Popular da China até sua participação na Conferência de Bandung.
- Analisar a realização da Conferência de Bandung com base nas trajetórias dos diferentes países que participaram na conferência
- Examinar os resultados diretos e indiretos da Conferência, bem como seus efeitos duradouros



## 5 Antecedentes de Bandung

### 5.1 A Segunda Guerra Mundial e o Colapso do Mundo Colonial

Observar às transformações globais a partir do século XIX, dando especial atenção às dinâmicas de organização econômica e social originadas na Europa, não deriva necessariamente de algum sentimento de superioridade ou de racismo, mas da admissão da força e facilidade com a qual os países do Atlântico Norte conquistaram o restante do mundo e conseqüentemente determinaram parâmetros tecnológicos e organizacionais<sup>3</sup> a serem alcançados pelos outros povos que ambicionavam resistir à "onda da história" (Hobsbawn, 1994, p. 220).

Desde que o Terceiro Mundo fora tragado pelo polvo do norte atlântico no curso do estabelecimento de uma economia global, ele se configura em um exportador de matérias primas para o Primeiro Mundo, que embora se interesse pelo subdesenvolvido como um espaço de produção de matérias primas ou mesmo como campo de potenciais investimentos, ainda vê o desenvolvimento destas regiões como um empreendimento secundário ao desenvolvimento do território metropolitano (Duroselle, 1976). Ainda assim, a industrialização do território colonial atrai interesse das metrópoles em alguns casos excepcionais. Nestes casos, o desenvolvimento industrial da colônia era visto como algo capaz de beneficiar diretamente a metrópole, devido à proximidade de seus domínios no caso do império japonês, ou como uma forma de garantir a defesa de dada colônia contra outros impérios, como é o caso indiano, que assiste a constituição de algumas indústrias bélicas nos anos que antecedem a I Guerra Mundial.

Embora a guerra seja custosa para os impérios europeus, que se veem relativamente enfraquecidos e forçados a assistir solidificação de novas potências imperiais<sup>4</sup>, ela não seria capaz por si só de desestabilizar o sistema colonial ao ponto de comprometer sua existência. Mesmo que o conflito desvie os olhares metropolitanos e garanta algum espaço para uma formulação inicial dos movimentos de independência, o período entre guerras assiste ao fortalecimento da autoridade imperial em território colonial e a admissão de que soluções políticas, fossem na forma de uma intervenção metropolitana ou de uma flexibilização na

---

<sup>3</sup> Mesmo que a ascensão da USSR no cenário internacional ofereça outro caminho para se atingir a europeização ou modernização das sociedades, a alternativa socialista ainda tem como destino final aqueles parâmetros sociais e tecnológicos europeus.

<sup>4</sup> Notadamente, Japão e EUA assistem a um grande crescimento de suas capacidades econômicas e militares, estando em pé de igualdade com os impérios europeus tradicionais ao final da I Guerra Mundial, quando passam a questionar as determinações feitas sobre o sistema internacional por estes antigos impérios (Saraiva, 2008).

administração colonial, se fariam necessárias caso os impérios europeus desejassem se manter ligados a suas colônias (Hobsbawn, 1994). Assim, as primeiras formulações e reivindicações por independência na África e na Ásia feitas durante o período entre guerras, tem como consequência imediata uma nova rodada de intervenções metropolitanas dedicadas a conter o avanço dos processos de independência nestes continentes.

Evidentemente, cada caso é um caso e os impérios europeus não poderiam se utilizar de um método universal de controle dos territórios conquistados. Essa heterogeneidade no tratamento dedicado às colônias pode ser especialmente observada na administração britânica durante o período entre guerras, quando o estabelecimento de "domínios" em colônias de maioria populacional branca (como são os casos de Canadá, Nova Zelândia ou África do Sul) é pensado como uma forma de se suavizar a presença metropolitana em assuntos coloniais e garantir maior legitimidade às administrações coloniais.

Existiam também aqueles que advogavam por um movimento contrário, de estreitamento entre as administrações metropolitana e colonial acompanhado pela maior presença militar da metrópole nas colônias consideradas mais problemáticas. Embora os proponentes desta visão não fossem dominantes no caso do parlamento inglês, que já se encontrava sobrecarregado pela administração de um império que crescera ao ponto de ocupar quase um quarto das terras do globo, o mesmo não pode ser dito nos casos dos demais parlamentos europeus (Saraiva, 2008).

Devemos então, como recomenda Hobsbawn (1994)<sup>5</sup>, nos afastar dos olhares contemporâneos e reconhecer que o fim dos impérios coloniais não parecia nada iminente durante a primeira metade do século XX. Como demonstram as escolas britânicas para estudantes coloniais nessa mesma década, os impérios europeus promovem uma antropologia social voltada para a manutenção da ordem colonial, para o aprimoramento das condições de vida dessas populações e para a estabilização das forças políticas que emergiram nesses territórios. Salvo as exceções japonesas e italianas, ainda focados em campanhas sangrentas de expansão imperial, os demais impérios da década de 1930 passavam por um momento de estudo e experimentação com suas colônias, configurando o que Hobsbawn (1994, p. 216) batizou como "a era dourada do administrador branco".

Entretanto, este movimento é abruptamente interrompido pela Segunda Guerra Mundial, quando todo o sistema colonial será abalado de forma inédita. Forças japonesas

---

<sup>5</sup> Em linhas gerais, Hobsbawn (1994) sugere uma dinâmica onde quanto maior a dependência da economia metropolitana em relação às suas colônias, maior seria sua predisposição em adotar uma postura repressiva frente aos movimentos de independência.

avançam pelas colônias inglesas e holandesas no Pacífico enquanto a campanha ítalo-alemã no norte da África se aproximava perigosamente do canal de Suez, tudo isso enquanto a administração colonial francesa vive uma crise existencial diante da ocupação nazista de Paris. Qualquer perspectiva de estabilização das novas forças políticas em território colonial, construídas ao longo dos anos 30, estava seriamente comprometida com a nova realidade internacional que se configura a partir do momento em que Hitler ordena a invasão da Polônia.

## 5.2 Entre Guerra Fria e descolonização, o dilema dos EUA.

Ainda durante a guerra, quando a derrota da Alemanha se torna visível e a nova condição de superpotência global dos EUA começa a se apresentar, os planejadores norte-americanos idealizavam uma “grande área” (Chomsky, 1992, p.59.), cujo controle seria de vital importância para a efetivação da nova hegemonia norte americana em escala global. Esta “grande área”, a ser formada sobre os preceitos do internacionalismo estadunidense, teria como seu principal norteador os objetivos de liberalização e descolonização, devendo abranger o continente americano, o Extremo Oriente e a Europa Ocidental em toda sua extensão imperial. Os aliados britânicos por sua vez, não se mostram nem um pouco animados com essa perspectiva, mas devido à enorme dívida que acumulam ao longo dos anos de guerra e a fraqueza relativa do império frente a URSS e aos EUA, se vêem incapazes de fazer muito a respeito<sup>6</sup>.

Esta nova configuração internacional idealizada pelos EUA para o pós-guerra é expressa na Carta do Atlântico, assinada em 1941 a bordo do *HMS Prince of Wales* (Borgwardt, 2005) . Por meio desta, os EUA sinalizavam um comprometimento mais firme na guerra enquanto os ingleses reconhecem suas reivindicações para o pós-guerra, assim, os britânicos negociam a contragosto a dissolução formal de seu império e a exclusão de barreiras comerciais sobre produtos norte-americanos. A reação britânica é bem ilustrada pela reação de alguns oficiais resgatada por Chomsky (1992):

Oficiais britânicos não ficaram nem um pouco impressionados, denunciando o imperialismo econômico dos interesses de negócios americanos, que estão bastante ativos sobre o disfarce benevolente e avuncular do internacionalismo e tentam nos tirar a cotoveladas (Chomsky, 1992, p.59) (tradução nossa).

---

<sup>6</sup> Vale mencionar que representantes franceses não são nem mesmo convidados a participarem de parte considerável das negociações para o pós-guerra. (Hobsbawn, 1995)

Estes mesmos planejadores norte-americanos admitem a impossibilidade de contestarem as terras ocupadas pelos soviéticos durante a ofensiva do Exército Vermelho, reconhecendo a inevitabilidade de um “império soviético” (Chomsky, 1992, p. 59) que se estenderia pelo Leste Europeu, o que eles falham em perceber, entretanto, é o extremo prestígio que a União Soviética e o comunismo como um todo adquirem após a guerra. Embora a leitura canônica da II Guerra Mundial<sup>7</sup> se esforça para enaltecer os esforços aliados no conflito, é na frente Oriental onde a Alemanha de Hitler encontra sua derrota, consagrando o protagonismo soviético na luta contra o fascismo pelo menos durante o período do imediato pós-guerra. Além disso, a insistente resistência contra os regimes fascistas liderada por núcleos de resistência comunistas permanece forte no imaginário popular europeu durante os anos que sucedem a guerra, mesmo no Oriente, onde as campanhas americanas dominam o teatro de guerra e os soviéticos desempenham papel secundário, alguns movimentos de resistência à ocupação japonesa dotados de lideranças comunistas são aclamados pelas populações das colônias e em alguns casos, adquirem protagonismo no cenário político colonial (Comber, 2006).

Tais considerações não são feitas como uma forma de se enaltecer os esforços da URSS na guerra ou as dimensões do comunismo internacional durante a década de 1940, mas para compreendermos a forma como a lógica bipolar entra nas formulações de política externa norte americanas e como ela compromete as motivações de cunho descolonial dos EUA. Quando partidos comunistas se organizam com uma velocidade impressionante e ameaçam ocupar os governos de países chave como Itália ou a França logo no imediato pós-guerra, todo o planejamento de uma “grande área” submetida à nova hegemonia dos EUA é posto em risco (Droz e Rowley, 1988). A possibilidade do surgimento de novos governos comunistas na Europa, que poderiam inclusive se associar ao bloco soviético nos cenários mais pessimistas, aterroriza o governo estadunidense que passa a coordenar sua política externa segundo objetivos de contenção do que parecia um inevitável avanço do comunismo na Europa. Como Chomsky (1992) descreve: “Comunismo passa a ser usado nos EUA como um discurso de sentido técnico, que se refere a líderes trabalhistas, organizações camponesas, grupos de auto-ajuda organizados por padres e outros com as prioridades erradas (Chomsky, 1992, p. 63) (tradução nossa).”

---

<sup>7</sup> No livro publicado em 2004 “In Command of History: Churchill fighting and writing the Second World War” David Reynolds resgata o esforço sofisticado da historiografia do atlântico norte, responsável, por exemplo, pela mitológica resistência francesa.

A paranoia anticomunista que toma conta da política externa norte americana a partir do momento em que ela passa a operar sobre a lógica de contenção, contamina a imagem que os EUA têm do mundo colonial, movimentos reformistas e de independência passam a ser vistos como espaços férteis para o avanço comunista e o antigo compromisso norte americano com a descolonização perde importância (por mais que ele ecoasse com os interesses econômicos estadunidenses). Como Chomsky (1992) nota:

Como a ameaça aos nossos interesses é indígena, devemos perceber que a resposta final será desagradável, isto quer dizer, repressão policial pelo governo local. Duras medidas de repressão não devem causar-nos problemas desde que os resultados finais sejam favoráveis aos nossos propósitos. Em geral, é melhor ter um regime forte no poder do que um governo liberal que seja indulgente, relaxado e penetrado por comunistas (Chomsky, 1992, p. 63.) (tradução nossa).

Por mais interessante que fosse aos EUA forçar a substituição da Pax Britânica por uma Pax Americana, absorvendo o império britânico a título de internacionalização, os EUA optam por apoiar os aliados britânicos diante da instabilidade bipolar que já começara e se instaurar desde antes de o fim da guerra (Biel, 2007). Para o planejamento de pós-guerra estadunidense, ao mesmo tempo em que a liberalização dos mercados coloniais por meio da descolonização dos impérios europeus fosse algo economicamente desejável, a ameaça de forças políticas locais associadas ao avanço comunista tornava atraente a manutenção destes impérios, vistos como estruturas políticas mais estáveis e capazes de conter os comunistas em território colonial. Chomsky (1992) conclui que “Desde os estágios iniciais da Guerra Fria e por razões profundamente arraigadas, os EUA haviam definido um curso contra a autodeterminação e a democracia, compromissos retóricos aparte (Chomsky, 1992, p.63) (tradução nossa)”.

A confusão entre os interesses econômicos descoloniais estadunidenses, mais interessados na liberalização comercial do que com a liberdade dos povos, e os interesses geopolíticos de contenção comunista, é resolvida por meio da inclusão de cláusulas nos acordos do Plano Marshall. Embora a concessão de recursos para a reconstrução da Europa como um todo já tivesse sido acordada, a quantidade de recursos destinada a cada país ainda era assunto de debates, por meio destas cláusulas, os EUA garantem acesso comercial e financeiro aos mercados coloniais como condição para o direcionamento de recursos do Plano Marshall (Biel, 2007).

Por outro lado, a enorme dependência europeia dos recursos financeiros dos EUA no contexto do imediato pós-guerra, dava ao país uma ferramenta poderosa com o qual punir

seus parceiros europeus que falhassem em cumprir os termos de exclusividade e acesso comercial privilegiado impostos nas negociações do Plano Marshall. Leffler e Melvyn (1988) descrevem detalhadamente as dimensões estratégicas do Plano Marshall, sublinhando preocupações como a capacidade de pagamentos das dívidas pelos europeus, caso estes se desligassem de suas colônias (sendo algumas parcelas das dívidas inclusive pagas com remessas provenientes das colônias), ou mesmo os próprios riscos que esse desligamento poderia gerar para as perspectivas de reconstrução das economias europeias, vistas como mercados consumidores essenciais para indústria norte americana. De maneira geral, o alinhamento dos EUA a manutenção dos impérios coloniais europeus advém de um eurocentrismo, que ao mesmo tempo em que subestima o dano causado às estruturas coloniais pela guerra e o apetite dos movimentos de independência que já se formavam na Ásia e na África, superestima a capacidade de repressão dos impérios europeus e a centralidade que o continente teria no conflito bipolar que já se configurava (Leffler, 1988). Entretanto, a crença na centralidade do continente Europeu na Guerra Fria que começava a se configurar, seria logo posta em teste.

### 5.3 Tensões no pós-guerra: descolonização e neocolonialismo

Ainda durante a II Guerra Mundial, começam a ser expressas as primeiras manifestações de solidariedade Afro-Asiática que tem como foco as perspectivas de independência apresentadas na ocasião do conflito. Essa primeira onda de descolonização é consequência do enfraquecimento dos impérios europeus, que se encontravam desprovidos dos meios com os quais reprimir suas colônias, mas também é consequência da participação destas mesmas colônias na guerra, pois muitos daqueles que lutam junto do colonizador contra o avanço japonês, começam a questionar o próprio sistema autoritário ao qual estavam submetidos e passam a se apropriar das táticas e métodos de organização militares do europeu (Nesadurai, 2008).

Como se o avanço japonês sobre as colônias asiáticas e a ocupação nazista nas metrópoles não bastasse, a Grande Assembleia das Nações Asiáticas é convocada em Tokyo no ano de 1943, organizada pelo Império do Japão durante a guerra como tentativa de desestabilizar as colônias europeias fora de seu alcance, essa conferência tinha como alvo principal os independentistas do congresso nacional indiano e fomentou ainda mais o sentimento de solidariedade entre movimentos de independência do continente. Obviamente,

a brutalidade da ocupação japonesa e a versão atualizada de supremacia racial que seus oficiais manifestavam comprometem as relações entre o anfitrião e seus convidados, mas o evento ainda assim põe em contato as lideranças de diferentes movimentos de independência, dando início à construção de uma rede de solidariedade asiática que poderia ser reativada posteriormente (Hobsbawn, 1994). Apesar de todas as críticas que possam ser direcionadas ao Congresso Nacional Indiano (CNI)<sup>8</sup>, é notável, por exemplo, o ativo papel desempenhado pelo CNI na aceleração dos processos de independência de seus vizinhos, chegando ao ponto de sinalizar alguma invasão caso os europeus falhassem em negociar (Prashad, 2007).

Talvez o mais importante de tudo, seja o fato de que os impérios europeus não conseguiram vencer a guerra por conta própria, enterrando qualquer crença na superioridade inerente destes impérios e sendo essa vitória atribuída a participação da URSS e dos EUA na guerra, quem inclusive se posicionavam contra a manutenção do sistema colonial europeu e questionavam as disposições internacionais deste sistema. Sobre este aspecto, vale mencionar o extremo entusiasmo com o qual as administrações coloniais recebem a Carta do Atlântico de 1941, que é entendida como uma promessa de independência imposta pelos EUA como condição para a sua participação na guerra.<sup>9</sup>

Independentemente, por mais que estes impérios tenham sido formalmente restaurados com aval norte americano ao final da guerra e as metrópoles europeias apresentassem planos de descolonização aos povos dominados (planos que seriam perseguidos segundo um prazo indeterminado), as ondas de independência formadas durante a guerra se mostram inevitáveis e atingem primeiro a Ásia, onde as estruturas coloniais haviam sido mais danificadas (Hobsbawn, 1994). A resposta dada pelos impérios europeus varia em forma e conteúdo, mas em linhas gerais, a maior dependência metropolitana de uma economia colonial motiva as respostas repressivas e as tentativas de supressão dos movimentos de independência, que costumam ter como resultado a escalada da situação até que ela se torne uma verdadeira guerra de libertação. Este será o caso em grande parte dos impérios holandês, francês e português.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Estas críticas dizem respeito sobretudo à hostilidade com a qual o CNI trata alguns vizinhos uma vez conquistadas as suas independências. Autores como Abdul (2020) e Madanayaka (2016) demonstram inclusive como tal hostilidade levaria estes vizinhos a buscarem associação com blocos da Guerra Fria comandados pelas superpotências.

<sup>9</sup> Borgwardt (2005) argumenta inclusive, que a agitação colonial em torno da Carta do Atlântico contribui para a posterior suspensão do acordo por oficiais britânicos, que passam a apresentá-la mais como uma declaração de possíveis objetivos a serem perseguidos no futuro do que como algum compromisso formal.

<sup>10</sup> Estes impérios não são incapazes de negociarem as independências de suas colônias, mas tendem a considerá-la como uma de suas últimas opções (Hobsbawn, 1995).

A Inglaterra por sua vez, já apresentava uma experiência prévia em negociações pela independência, reconhecendo que uma vez acesa a chama da independência ela muito dificilmente se apagaria, mas nem por isso seus interesses em território colonial estariam comprometidos. Assim, o império britânico refina a arte do neocolonialismo, negociando a independência iraniana enquanto mantém propriedade sobre seus poços de petróleo, ou reconhecendo a independência egípcia desde que o contingente de tropas inglesas no Canal de Suez fosse ignorado (Ferraboli, 2007). Tratam-se, no caso do antigo império britânico, de processos de independência que são em grande parte lentos<sup>11</sup>e negociados mediante a concessão de algumas das reivindicações do colonizador. Como Biel (2007) bem descreve:

Mesmo que algum tipo de neocolonialismo tivesse sido em grande parte de interesse para o sistema, essa solução não se formou por meio de um plano estratégico. Por outro lado, o Norte reagiu frente os acontecimentos e apenas com o tempo encontrou uma resposta mediante a improvisação (Biel, 2007, p.92) (tradução nossa).

É aqui, neste império britânico em desmoronamento, onde veremos o início de uma verdadeira virada epistemológica na condução das relações internacionais. Não mais a potência militar inglesa navegar pelos oceanos orientada por uma lógica de expansão territorial ou de rivalidade imperialista, ela se orienta agora segundo os imperativos de mercado e o objetivo genérico de policiar o mundo segundo os interesses do capital doméstico. Wood (2014) nota como:

A II Guerra Mundial foi também o último conflito entre potências capitalistas em que, apesar de perseguirem interesses econômicos, os principais agressores se valeram completamente de uma força extraeconômica, e não dos imperativos de mercado, sujeitando suas próprias economias ao controle total de Estados completamente militarizados (Wood, 2014, p.99) (tradução nossa).

Esta reinvenção da política externa britânica (eventualmente adotada pelos demais governos do Atlântico Norte, na medida em que se veem incapazes de atingir vitórias definitivas nas guerras de independência) reconhece sua nova posição no tabuleiro internacional e reformula seus interesses de acordo, encontrando assim ecos nos interesses de liberalização e descolonização dos EUA que foram postos em espera desde que a ameaça do que parecia um iminente avanço comunista se apresenta (Wood, 2014). Além disso, o novo

---

<sup>11</sup> No caso da independência egípcia, por exemplo, podemos destacar um processo de independência rastreável de 1922 até 1956, por meio do qual os britânicos gradativamente cedem controle sobre setores específicos da administração egípcia (Ferraboli, 2007).



*modus operandi* de influenciar e substituir regimes, formulado como a espada do neocolonialismo britânico, agrada muito mais os planejadores norte-americanos do que as perspectivas de envolvimento dos EUA em guerras de independência sangrentas e moralmente questionáveis<sup>12</sup>, o que inaugura a possibilidade de se conseguir apoio militar indireto norte americano para empreitadas contra os novos estados pós-coloniais (Keohane, 1971). Em outras palavras, seria muito mais fácil convencer a CIA do que o congresso dos EUA, concretizando as sombrias previsões de 1943 resgatadas por Murphy (2016):

O diretor do Instituto Econômico de Bengali, Benoy Kumar Sarkae dedicou muita atenção para os desenvolvimentos anti-coloniais, anti-racistas e pró-desenvolvimentismo dos eruditos liberais Americanos, mas concluiu que dentro de cinco anos após o fim da guerra, visões Americanas mais tradicionais viriam a dominar a política: “nem de-imperialização nem de-albinização são desejadas.” Um mundo militarizado de imperialismo competitivo com os Soviéticos governando seu próprio império adjacente é inevitável, e “neocolonialismo não está no negócio da paz mundial” (Murphy, 2016, p. 211) (tradução nossa).

Assim, as reivindicações provenientes dos interesses do capital Ocidental são impostas durante as negociações pela independência entre colônias asiáticas e metrópoles européias, preconizando uma nova onda de descolonização que se reuniria em Bandung uma década depois das primeiras independências na Ásia. Como sugerido por Hobsbawm (1994), se concordarmos que a fase das independências na Ásia em grande parte se encerrou no início dos anos 50, é importante observar que essa década marcou o início dos processos de descolonização das economias desses novos países e a revisão dos acordos estabelecidos com os europeus quando conquistaram a independência.

#### 5.4 A marcha para a liberdade e o desenvolvimento

A partir de 1940, inovações no campo da medicina e da farmácia derrubam as taxas de mortalidade no mundo colonial e levam a um cenário onde não mais o Ocidente detém a maioria da população mundial. Por outro lado, o fato de que a população do Sul ultrapassa a do Norte, não significa necessariamente um desenvolvimento de suas instituições econômicas e políticas condizente com suas novas dimensões populacionais. Esta explosão demográfica somada ao surgimento de muitos novos países no Terceiro Mundo são importantes razões para explicar seu maior peso na mesa de negociações globais, porém, ela também se torna um problema para os novos estados deste Terceiro Mundo (Hobsbawm, 1994). Mesmo que suas economias cresçam acompanhando em, certa medida, o crescimento demográfico, as formas

<sup>12</sup> Como bem demonstra a campanha no Vietnã, o envolvimento direto do exército norte americano no que é visto como uma guerra justa de independência contra o império francês acarreta em enormes custos políticos.

de administração destes estados não evoluem ao mesmo passo, legando assim problemas de distribuição e garantia de subsistência para uma nova multidão de pessoas.<sup>13</sup>

Analisando este contexto, McMichael (2017) argumenta que os ideais do desenvolvimentismo se fundem o pacto social que legitima os novos governos do Terceiro Mundo, tornando-se um horizonte capaz de garantir ou retirar legitimidade destes governos enquanto consagra-os como os veículos pelos quais suas sociedades conseguiriam prosperar e desfrutar das inovações modernas e de maior qualidade de vida. A urbanização e a industrialização das sociedades se tornam então os objetivos destes novos governos pós coloniais, isto é, o deslocamento de populações rurais para centros urbanos num esforço de integração dessas comunidades em cadeias produtivas sofisticadas e em uma sociedade de mercado de massa, na qual a destruição de padrões cooperativos e comunitários de consumo e produção (vistos como os entraves ao desenvolvimento) resultaria no aumento do consumo e na crescente identificação com o sistema, capaz de finalmente garantir paz social nos então politicamente instáveis países recém independentes (McMichael, 2017).

Entretanto, a independência recém obtida se encontra em um contexto de alta desigualdade social sobre os moldes de uma divisão internacional do trabalho, traçadas anteriormente ao longo dos anos de dominação imperialista europeia e reafirmadas segundo os moldes neocoloniais da geopolítica anglo-americana. Na medida em que vão se habituando a suas independências, os líderes desse novo mundo pós-colonial se deparam então com padrões de exógenos de dominação e subjugação econômica, que comprometem as perspectivas desenvolvimentistas traçadas por seus governos e coloca-os em rumo de colisão direto com um neocolonialismo em germinação (Greig, Hulme e Turner, 2007).

A conferência de Bandung é realizada apenas dois anos após o golpe orquestrado pelos EUA e pela Inglaterra no Irã em 1953, quando o governo democraticamente eleito de Mossadegh<sup>14</sup> é derrubado ao tentar retomar controle sobre os poços de petróleo dominados por um conglomerado anglo-americano. Como observa um editorial do New York Times resgatado por Chomsky (1992): “Países subdesenvolvidos com ricos recursos tem agora uma lição objetiva sobre os caros custos que devem ser pagos por um de seus membros (Mossadegh) que ficou louco com fanatismo nacionalista” (Chomsky, 1992, p. 50).

Grovogui (2016) sugere que a lição foi claramente aprendida, mas não no sentido desejado pelos interventores. Segundo este autor, o resultado imediato do golpe no Irã é a

---

<sup>13</sup> É interessante lembrarmos aqui como este cenário leva a instituição de políticas de controle populacional em muitos países, como seria o caso da política de filho único chinesa na década de 70.

<sup>14</sup> Primeiro ministro iraniano de 1951 a 1953.

reunião de vários outros Mossadeghs em Bandung, onde denunciam a hostilidade do Ocidente e se comprometem a formar uma frente unida contra a continuidade dos interesses imperialistas europeus (agora reformulados segundo os parâmetros da política externa norte americana). Dessa forma Grovogui compreende a Conferência de Bandung como parte de uma sucessão de eventos, cujos marcos principais seriam o golpe no Irã (1953), a conferência Afro-Asiática de Bandung (1955) e a crise de Suez (1956), sendo seus resultados finais uma reconfiguração no sistema internacional que vinha sendo construído desde o fim da guerra e um aval para o avanço do nacional desenvolvimento na Ásia, por meio do qual seus estados reivindicam centralidade no processo de desenvolvimento e controle sobre a condução de suas economias.

Ao se apresentarem como uma frente unida contra as ambições imperiais europeias, denunciando a continuidade de seus interesses coloniais e sinalizando uma postura ativa contra essas ambições, as nações de Bandung promovem também um relativo distanciamento entre os interesses norte-americanos e europeus, levando os EUA a reafirmar seu compromisso histórico com a descolonização ou pelo menos, a considerar com mais cuidado os interesses de determinadas nações do Terceiro Mundo antes de se lançar em empreitadas neocoloniais. Dessa forma, o primeiro dos objetivos gerais de Bandung sublinhados por Grovogui (a contestação das ambições coloniais europeias), foi atingido com relativo sucesso, sendo um resultado imediato da conferência a deslegitimação das linguagens, técnicas e instituições imperialistas europeias (Grovogui, 2016).

Como demonstrado nas seções anteriores, ao mesmo tempo em que este terceiro mundo reunido em Bandung se vê agredido pelas ambições de antigos poderes imperiais, a promessa do internacionalismo dos Estados Unidos anunciada pela Carta do Atlântico e depois corporificado nas instituições de Bretton Woods falha em se manifestar para os povos da Ásia e da África, levando as nações de Bandung a se posicionarem contra o que entendiam como a continuidade dos interesses imperiais europeus<sup>15</sup>. Entretanto, o Terceiro Mundo que nasce em Bandung não limita suas preocupações e reivindicações a hostilidade dos europeus, pois as nações pós-coloniais ali reunidas convivem também com o conflito entre Primeiro e Segundo Mundo, que já começava a configurar uma guerra não tão fria na Ásia e toca determinados governos com grande violência<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Mesmo que a doutrina Truman fosse anunciada em 1949, a quantidade de recursos destinados à Ásia não se compara a quantidade enviada para a Europa, sendo os recursos asiáticos inclusive direcionados para determinados países mais importantes no cálculo geopolítico dos EUA (HOBBSAWN, 1995).

<sup>16</sup> Charney (2010) expõem a trajetória de Burma após sua independência, chamando a atenção para uma Guerra Fria asiática que opõem EUA e China mais do que opõem EUA e URSS.

Cercados de um lado pelas ambições colonialistas europeias e de outro pelo conflito bipolar que começava a se alastrar pelo continente asiático, as nações de Bandung consideraram as perspectivas de vocalização dos seus interesses no ambiente internacional sitiadas. Neste contexto, elas olham para as promessas de representação dos seus povos na ONU como sua principal saída do sítio que estava sendo levantado, reafirmando nos famosos 10 pontos de Bandung os princípios expressos na carta de fundação da ONU e atualizando-os segundo o novo contexto bipolar (Grovguî, 2016):

1. Respeito por direitos humanos fundamentais e pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.
2. Respeito pela soberania e integridade territorial de todas as nações.
3. Reconhecimento da igualdade entre todas as raças e da igualdade entre todas as nações, grandes e pequenas.
4. Abstenção da intervenção ou interferências nos assuntos internos de outro país.
5. Respeito do direito de cada nação de defender a si mesma individualmente ou coletivamente, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
6. Abstenção do uso de arranjos de defesa coletiva para servir aos interesses particulares de qualquer um dos grandes poderes, abstenção de qualquer país de exercer pressões sobre outros países.
7. Afastamento de atos ou ameaças de agressão ou do uso de força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer país
8. Resolução de todas as disputas internacionais por meios pacíficos, como negociação, conciliação, arbitração ou acordo judicial, bem como qualquer outro meio pacífico da escolha dos envolvidos, em conformidade com a Carta das Nações Unidas
9. Promoção de interesses mútuos e cooperação.
10. Respeito pela justiça e obrigações internacionais.

(Secretariado Geral da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 1) (tradução nossa)

## 6 Os cinco de Colombo

### 6.1 A cidade em Bandung

Em 1946, após a derrota do império japonês e a instalação de uma ocupação conjunta inglesa e holandesa sobre o arquipélago Indonésio, quase meio milhão de pessoas abandonam a cidade de Bandung e ateam fogo a prédios governamentais e armazéns

comerciais. Nove anos depois, a cidade se encontra repopulada pelas ondas de migrantes deslocados pela rebelião encabeçada pelo Darul Islam, força determinada a construir uma república Islâmica no arquipélago (Prashad, 2007, p.32). É nesta cidade, povoada sobre este contexto, onde o governo indonésio decide organizar a conferência afro-asiática que reuniria pela primeira vez 28 países da África e da Ásia.

Grupos marxistas, islamitas e nacionalistas, embora difusos e desorganizados, já apresentavam oposição vigorosa ao governo holandês desde pelo menos o início do século XX. Quando o partido comunista (PKI) organiza uma fracassada tentativa de golpe que daria início ao período de revoltas generalizadas entre 1926-1927, Sukarno<sup>17</sup> e seus aliados se aproveitam do contexto para organizarem o Partido Nacionalista Indonésio (PNI).

A força do partido criado por Sukarno reside justamente na vaga noção de nacionalismo e anticolonialismo anunciada pelo mesmo. Essa vagueza com a qual é caracterizado o nacionalismo proferido pelo partido, não deve ser entendida aqui como uma fraqueza, pois em um território tão populoso e diverso quanto era o império holandês neste arquipélago, somente um projeto de independência como este poderia vocalizar conjuntamente as reivindicações de islamitas e marxistas, de uma população camponesa oprimida por gerações e de uma crescente população urbana que se depara com a discriminação de uma hierarquia colonial.<sup>18</sup>

Apesar de Sukarno não advogar necessariamente por uma revolta contra o sistema estabelecido como um todo (isto é, contra o acúmulo de poder em torno dos proprietários de terra e de alguns comerciantes mais influentes), ele ainda se mostra capaz de encontrar um denominador comum capaz de unir movimentos de independência de diferentes facetas na construção de uma frente unida contra as tentativas de recolonização organizadas por ingleses e holandeses. Um episódio simbólico neste sentido, é a declaração de independência feita por Sukarno em certa rádio imediatamente após a saída dos japoneses, enquanto tropas britânicas estavam a caminho da ilha para restabelecer o controle holandês:

Em 17 de agosto de 1945, dois dias após a rendição japonesa, Sukarno (e seu associado Hatta) declararam independência para a Indonésia - uma ação atrasada pela entrada de tropas britânicas que haviam vindo para devolver as ilhas aos holandeses. Sukarno ainda tinha pouco apoio popular, e sua declaração foi pura

---

<sup>17</sup> Líder do movimento de independência na Indonésia e primeiro presidente do país.

<sup>18</sup> O PNI difere dos movimentos da massa que caracterizam a independência indiana ou vietnamita, devido a sua origem proveniente de uma classe média urbana que contesta a administração colonial de maneira específica. Mas o PNI também se difere de outros movimentos de independência de origens similares, (como é o caso de Gana, por exemplo) uma vez que o vago projeto de nação anunciado pelo mesmo se espalha para muito além de suas fronteiras originais. (Prashad, 2007, p. 35)

bravata. O povo indonésio o apoiou apesar de seu conhecimento superficial de seu programa, e ele venceu. As chamas de Bandung ardiavam porque as pessoas agora acreditavam que o colonialismo havia acabado. O domínio europeu não tinha mais legitimidade. (Prashad, 2007, p.36) (tradução nossa).

Por mais atraente que tenham sido as abrangentes reivindicações de Sukarno, a frágil unidade do movimento de independência colapsa diante da conquista do reconhecimento holandês em 1949. Perseguições ao partido comunista convivem com movimentos de resistência nas diversas ilhas que se organizam contra a dominação política da ilha de Java (encabeçada pelo PNI de Sukarno), enquanto forças dedicadas à construção de uma república islâmica se reúnem em torno do Darul Islam. Mesmo que a facção liderada por Sukarno tenha saído vitoriosa deste período de imediato pós-independência, garantindo domínio político do PNI sobre o país por mais de 10 anos, a unificação do arquipélago se mostrou um processo lento e violento. Suas marcas podem ser vistas na própria cidade de Bandung onde Sukarno realiza a conferência afro-asiática, evento que é realizado ainda enquanto o PNI luta pela anexação de metade da ilha de Papua Nova Guiné, sendo o reconhecimento de tal anexação uma espécie de compromisso subentendido aos convites para Bandung.

Além da ilha de Papua, a República Secular da Indonésia sobre a liderança de Sukarno também lidava com diversas outras ameaças separatistas como em Aceh, Sulawesi ou Kalimantan, todas clamando autonomia política. A própria cidade de Bandung era o local ideal para a realização da conferência não apenas por abrigar prédios em estilo art déco e por ser moderna o suficiente para os padrões da época<sup>19</sup>, mas também por ter sido o local de nascimento do Darul Islam<sup>20</sup>, que havia declarado em 1949 o estado islâmico autônomo de Java Ocidental e ainda mantinha considerável influência sobre este território no ano de 1955, apesar de já ter sido criminalizado pelo governo indonésio. Neste sentido, a organização da conferência na cidade de Bandung contempla dois objetivos fundamentais para a unificação da Indonésia: a obtenção do reconhecimento internacional para as reivindicações do governo de Sukarno dentro do arquipélago indonésio, e a justificativa legítima para a mobilização de forças policiais e militares em uma região com grande presença de separatistas (Shimazu, 2014. p. 251).

Como um exemplo perfeito da trajetória política do PNI de Sukarno, a conferência é

---

<sup>19</sup> Em particular, a cidade contava com muitos hotéis e com casas de famílias ricas que poderiam ser utilizadas na acomodação dos representantes internacionais.

<sup>20</sup> Mesmo que os demais movimentos separatistas no arquipélago não estivessem necessariamente vinculados ao Darul Islam, este ainda era provavelmente o mais forte dentre eles. A República das Molucas do Sul, por exemplo, montou oposição ao governo unitário de Sukarno mesmo sendo uma região predominantemente católica.

planejada sobre uma plataforma que compreende a diversidade presente entre seus delegados e equaciona toda a operação de forma a dar protagonismo a um denominador comum, capaz de unir não apenas os diferentes países convidados mas também os diferentes movimentos políticos dentro do próprio arquipélago indonésio. A ideia de descolonização e contestação de qualquer herança colonial presente nos países ali representados, uma ideia capaz de encontrar ressonância entre as diversas orientações presentes na conferência e levá-las a trabalhar segundo uma direção comum que servia aos interesses do governo de Sukarno: a construção de uma frente conjunta contra as antigas potências coloniais que permitiria a seus componentes darem prosseguimento a políticas de descolonização das suas economias e sociedades, e o reconhecimento do PNI como único sucessor as Índias Orientais Holandesas no arquipélago da indonésio.

## 6.2 A *Panchsheel* em prática

No caso da Índia, a coordenação da política externa do país se concentrava nas mãos de Nehru, quem declarava serem o não alinhamento e a promoção de um ambiente de cooperação as principais orientações de seu posicionamento internacional, muito mais preocupado com a manutenção de mecanismos coloniais de dominação do que propriamente como o conflito bipolar (Mussarat, 2013, p.4). Essa posição firme frente ao colonialismo pode ser identificada no suporte que o estado garante ao movimento de independência indonésio, que enfrentava tentativas de recolonização por parte de Holanda e Inglaterra. A Índia de Nehru não apenas se opõe a tais empreitadas na ONU, mas chega inclusive a mandar apoio material a muitos movimentos de independência no continente asiático.

Nehru vocaliza sua oposição ao alinhamento das nações recém independentes e de longo passado colonial, não apenas em relação a um bloco ou outro da configuração internacional de guerra fria, mas de qualquer pacto ou aliança encabeçado por ocidentais, dando especial atenção a *Commonwealth* e outras iniciativas britânicas sobre os territórios de suas antigas colônias. Tais considerações são importantes quando observarmos o posicionamento relativamente mais amigável com o qual Nehru trata Moscou, não por qualquer razão ideológica, mas sim pelo fato de que a superpotência soviética se encontra distante das fronteiras indianas e sem nenhuma possibilidade realista de intervir nos assuntos internos do país.

Por outro lado, a participação estadunidense no projeto britânico de remoção do primeiro ministro democraticamente eleito do Irã em 1953, Mohammed Mossadeq, aproxima os EUA e as potências coloniais européias determinadas em restabelecer seus respectivos domínios, levantando suspeitas entre os membros do gabinete de Nehru. Por mais que a guerra fria esquentasse as fronteiras europeias e começasse a mostrar sua destruição no extremo oriente, tais conflitos ainda parecem distantes do radar político indiano, muito mais próximo entretanto, são as tentativas de recolonização na Indonésia, o golpe de estado no Irã ou mesmo a insistência das nações ocidentais em apoiar as reivindicações portuguesas sobre Goa<sup>21</sup>.

Adicionalmente, como demonstrado no caso da remoção de Mossadegh no Irã, parecia desenhar-se uma lógica onde os ingleses, quando incapazes de subjugar suas antigas colônias, recorreriam ao apoio estadunidense que se mostrava bastante disposto a ocupar o lugar da Inglaterra. Isso explica o protagonismo dado aos pactos de assistência militar anglo-americanos nas primeiras formulações de política externa de Nehru, que não eram identificados como mecanismos de proteção contra alguma ameaça comunista, mas sim como métodos pelos quais antigas potências coloniais tentavam recobrar seu controle sobre os territórios perdidos (Mussarat, 2013, p.7). Podemos constatar então, que mais do que um não alinhamento orientado por alguma lógica bipolar própria a guerra fria, o posicionamento de Nehru prega, acima de tudo, o não estabelecimento de compromissos com "países colonialistas", uma vez que tais compromissos poderiam conter mecanismos de dominação econômica ou política capazes de se manifestar no curso da interação com esses países.

Muito diferente do neutralismo com o qual observadores americanos e europeus caracterizam a política externa de Nehru nestes momentos iniciais da história do estado indiano, o "não alinhamento" de Nehru representa aqui o esforço de se construir uma plataforma ou um bloco de nações dedicadas a descolonização, que trabalham conjuntamente contra empreitadas neocolonialistas e de recolonização por parte das antigas nações coloniais e dos EUA. Categorizar esse bloco de nações idealizado por Nehru como simplesmente um bloco não alinhado aos parâmetros da guerra fria e que se isenta de uma postura ativa no cenário internacional, seria então uma leitura que desconsidera os verdadeiros desafios que se apresentavam ao estado indiano durante a década de 50, muito pelo contrário, este bloco de nações deveria apresentar uma postura ativa frente às tentativas de recolonização, estando

---

<sup>21</sup> O próprio Brasil, se orientando segundo interpretações luso-tropicalistas da Ásia, apoia as reivindicações portuguesas sobre Goa na ONU em detrimento de suas relações com a Índia. Ver mais em Menezes (1997).



assim muito mais próxima de uma filosofia política específica ao contexto indiano descrito acima, filosofia que é batizada pelo governo de Nehru como *Panchsheel*:

Nós damos as boas-vindas à associação e à amizade com todos e ao fluxo de pensamentos e ideias de todos os tipos, mas reservamos o direito de escolher nosso próprio caminho. Essa é a essência da *Panchsheel* (Mussarat, 2013, p.4) (tradução nossa).

Assim, quando Sukarno propõem a organização de uma conferência que reunisse países independentes da Ásia e da África sem a presença de europeus, estadunidenses e soviéticos, o governo de Nehru apoia imediatamente a iniciativa e se junta ao comitê de organização da conferência, afinal, Bandung representava não apenas uma oportunidade de colocar a *Panchsheel* em prática mas também de aproximar a Índia do seu maior vizinho. Embora Nehru tivesse grande controle sobre a política externa Indiana e os princípios de *Panchsheel* tivessem obtido resultados concretos na coordenação de uma resposta conjunta às tentativas de recolonização de muitos países banhados pelo Oceano Índico, outras figuras importantes dentro da arena política indiana se opunham a aproximação entre RPC e Índia.

Apesar de as relações entre os dois países haver começado amistosamente, com a Índia de Nehru sendo o primeiro país não-comunista a reconhecer a RPC, a anexação do Tibete fortaleceu a oposição e enfureceu muitos políticos indianos<sup>22</sup> que passaram a acusar Nehru de fraqueza. Como observam muitos autores, a manutenção das relações entre os dois se deve em grande parte aos esforços pessoais de Zhou Enlai e Nehru, que eram profundamente engajados aos seus respectivos ideais de política externa e estavam dispostos a usar de seu capital político pessoal para promoverem a aproximação entre RPC e Índia.

A Conferência de Bandung se mostrou um marco importante nos esforços de aproximação entre os dois países conduzidos por Zhou e Nehru, apresentando uma oportunidade de colocar a *Panchsheel* em prática e de silenciar as vozes que se opunham à política externa do líder indiano. Adicionalmente, como as relações oficiais entre a RPC e o mundo ocidental eram praticamente inexistentes, o embaixador indiano em Pequim tornou-se uma das únicas formas com a qual o Ocidente poderia se engajar em negociações

---

<sup>22</sup> Figuras como Bhirmrao Ambedkar ou Acharya Kriplani se surpreendiam por Nehru levar a *Panchsheel* tão a sério, acusando o governo de passividade frente a RPC e alegando inclusive que a política externa idealizada por Nehru havia “nascido no pecado” (Mehrotra, 2000, p.25).

diplomáticas com o país comunista. Assim, as missões diplomáticas da Índia vão ganhando progressiva importância e o estado vai se tornar detentor de importantes responsabilidades dentro do sistema ONU no sudeste asiático, sendo visto como uma força neutra capaz de, por exemplo, fiscalizar o trânsito de armamentos na região da Indochina em busca da disseminação de armas nucleares (Mussarat, 2013, p. 13).

### 6.3 O isolamento do Paquistão

A unificação do estado indiano sobre a direção de Nehru é feita com extrema urgência e de maneira invasiva. Maharajas que buscavam algum tipo de independência foram rapidamente derrotados e regiões que organizassem plebiscitos possivelmente desfavoráveis aos interesses do governo de Nehru, foram ocupadas e integradas às fronteiras administrativas do estado nação indiano (Sattar, 2020, p. 23).

Por sua vez, embora a partição da Índia Britânica tenha sido politicamente organizada e aprovada pelo Congresso Nacional Indiano (CNI), as parcelas materiais devidas ao nascente estado paquistanês demoraram a ser transferidas, o que prometia causar o colapso administrativo da nova nação ainda durante sua construção. Esse episódio demonstra a grande resistência de muitos atores políticos indianos em relação à partição do território, que é amplamente vocalizada durante as discussões no congresso e que se manifesta mais uma vez quando o país dificulta a transferência dos recursos necessários ao estabelecimento do novo estado paquistanês (Sattar, 2020, p. 17).

A própria partição é feita de maneira desigual, sendo concedidos ao estado indiano diversos territórios cujas populações eram de ampla maioria muçulmana, enquanto o recorte religioso deveria funcionar como a principal linha de orientação da partição. Essa desproporcionalidade vista no processo de partição da Índia Britânica dá-se em função das íntimas relações mantidas entre o governo de Nehru e o comando militar britânico encarregado da região, dirigido pelo Governador General Mountbatten. Durante o processo de independência indiano, Nehru auxiliou Mountbatten a manter sua posição no comando da infraestrutura militar inglesa do subcontinente e agora, quando a partição é organizada por ingleses sobre o comando de Mounbatten, o general teria a chance de retribuir o favor a Nehru (Sattar, 2020). O nascente estado paquistanês sob o comando da liga muçulmana se encontra então desprovido não apenas de capacidade material para estruturar seu aparato administrativo, mas também das conexões necessárias para exercer suficiente influência política na mesa de negociações para a contrabalançar a influência do vizinho indiano.

Além desses obstáculos impostos a transferência dos recursos devidos ao novo estado paquistanês, podemos destacar também o fechamento dos canais de irrigação nos rios Ravi e Sutlej em 1948, como resposta indiana a novas reivindicações apresentadas sobre determinados territórios pelo governo do Paquistão, levando o país a beira da ruína agrícola e ao abandono de suas reivindicações. Assim, o governo de Ali Khan<sup>23</sup>, embora contrariado, vê-se forçado a aceitar a proposta de partição presente na mesa e que detém aos seus olhos, termos bastante desiguais.<sup>24</sup>

O caso da Caxemira se mostra o ponto de inflexão mais grave entre o Paquistão e a Índia, neste caso podemos observar um Maharaja determinado a integrar seus domínios a administração indiana, seguindo assim um caminho diferente daquele pretendido pela população de ampla maioria islâmica, ansiosa não pela sua anexação ao estado indiano ou paquistanês mas pela consolidação de uma nova república soberana da Caxemira. Quando o Maharaja encarregado da região dá início ao processo de integração ao estado indiano e começa a perseguir populações muçulmanas locais, elas pegam em armas e se organizam, proclamando a formação de um novo estado nação da Caxemira. Embora as forças de Nehru tenham intervindo com extrema rapidez, elas não seriam capazes de manter controle definitivo sobre a região, sendo o novo governador indicado pelos indianos logo deposto também por forças locais organizadas. Porém, nesse segundo golpe levado a cabo pela população local, não seria declarada a formação de um novo estado, mas sim a integração da região as fronteiras paquistanesas, cujo governo deveria estar mais preparado para proteger os locais do que qualquer força organizada por eles mesmos (Sattar, 2020, p.26).

Muito pelo contrário, o novo governo paquistanês que têm sua organização minada desde a partição pelo vizinho indiano, se encontra quase tão desprovido de capacidades de combate quanto às populações locais da Caxemira. Independentemente, as ambições indianas não pareciam reservar espaço para a soberania paquistanesa que vinha sendo constantemente desafiada, o governo de Ali Khan concluí então ser chegado o momento de adotar uma postura mais assertiva frente ao vizinho, enviando as poucas forças das quais dispõem para ocupar a região em litígio.

Como se não bastasse, na medida em que a partição se efetivava e a Índia de Nehru

---

<sup>23</sup> Primeiro Ministro do Paquistão

<sup>24</sup> A confusão durante a organização da partição, leva os administradores dos estados de Patiala e Kapurthala (estados dotados de amplas populações muçulmanas e designados as fronteiras indianas) a comandarem uma expulsão em massa ou mesmo extermínio dessas populações, resultando na morte ou expulsão de centenas de milhares de muçulmanos (Sattar, 2020, p.18).

tentava minar a viabilidade econômica e administrativa do novo estado paquistanês, o governo do Afeganistão passa também a considerar o nascimento calamitoso do país como uma oportunidade de expansão das suas próprias fronteiras. Embora as reivindicações afegãs não tenham dado início a uma guerra entre os dois países ainda na década de 1950, se limitando a alguns conflitos armados pontuais, a postura agressiva do vizinho e o obstáculo imposto pelo governo afegão a admissão do estado paquistanês nas Nações Unidas fere a política externa de orientação pan-islamista adotada pelo governo paquistanês, que via na mesma uma forma de se escapar ao isolamento político configurado pela postura agressiva de seus vizinhos.

Diferente dos dois países anteriormente explorados nesse texto, podemos destacar a singularidade do caso paquistanês: cercado de um lado pela Índia de Nehru que objetivava comprometer a viabilidade de um estado paquistanês, e do outro pelo governo afegão de ambições expansionistas, que via na partição uma forma de se redesenhar a linha Durand<sup>25</sup>, o Paquistão é assim condicionado a buscar um pacto de defesa com alguma superpotência capaz de garantir sua existência. Porém, a importância geopolítica da Índia eclipsou as demandas paquistanesas, pois a perspectiva que ela se associasse a um lado ou outro da guerra fria, impedia ambas as superpotências de oferecer as garantias tão desejadas pelo Paquistão. Ao mesmo tempo, os desentendimentos com o Afeganistão prejudicam a aproximação entre o Paquistão e outros países do mundo islâmico, que não tinham intenções de tomar lados em um possível conflito entre afegãos e paquistaneses, efetivamente comprometendo os planos do governo de Ali Khan que tentava desenhar uma política externa de cunho pan-islamista.

Diferente da realidade da Indonésia ou da Índia, a urgência do caso paquistanês não lhes garantia nenhum espaço para a negociação com superpotências ou elaboração de políticas pan-asiáticas ou pan-islamistas a longo prazo, o objetivo do governo paquistanês era único e simples, continuar a existir. Em outras palavras, diferente das nações asiáticas recém independentes que tinham algum espaço para negociação com seus vizinhos, com alguma superpotência ou mesmo com alguma das antigas potências coloniais, o isolamento do Paquistão leva o país a implorar por apoio internacional, aceitando imposições provenientes de algum pacto militar contanto que ele garantisse sua soberania. Neste contexto, a Conferência Afro-Asiática de 1955 se apresenta para o jovem estado como uma espécie de luz no fim do túnel, tanto no sentido de garantir alguma visibilidade internacional para sua

---

<sup>25</sup> Linha que demarcou a fronteira entre Raj Britânico e Afeganistão durante a época de dominação da Inglaterra.

situação, possivelmente constringendo o vizinho indiano e promovendo o diálogo entre os dois países, mas também no sentido de promover relações diplomáticas com outros países islâmicos que se iriam se reunir em Bandung.

#### 6.4 A gradual descolonização do Sri Lanka

A independência de Sri Lanka em 1948 inaugura o que seria um duradouro governo comandado pelo Partido Nacional Unido (UNP) e que se encerraria apenas em 1965 (Madanayaka, 2016, p.220). Entretanto, essa independência vem em fragmentos, pois embora já contassem com certa autonomia na definição de políticas domésticas, a coroa da Inglaterra ainda era considerada chefe de estado na ilha e comandava sua política externa e organização militar.

Um forte motivador para a manutenção das relações com a Inglaterra, era a presença do ameaçador vizinho ao norte, pois mesmo que a Índia de Nehru vocalizasse uma política de convívio pacífico com seus vizinhos, eventos como as tentativas de anexação de Goa ou confusão durante a partição de territórios com o Paquistão, alimentavam temores de que a pequena ilha poderia ser o próximo alvo de Nova Delhi. Além disso, a presença de um grande número de migrantes indianos em território cingalês representava material facilmente instrumentalizado na produção de reivindicações indianas sobre a ilha, essa questão foi repetidamente abordada por sucessivos governos do UNP determinados a estender o estatuto de cidadão cingalês para esses migrantes, de forma a integrá-los na sociedade do Sri Lanka e afastar a ameaça indiana que acompanhava o estatuto de migrantes em torno dessas populações. Por sua vez, o governo de Nehru insistia na categorização desses migrantes como indianos, fomentando ainda mais os temores de uma invasão indiana na ilha em algum futuro próximo.

Assim, o alinhamento aos interesses britânicos por parte dos governos da UNP não deve ser entendido como mera submissão, pois a ameaça da Índia ao norte conferia importância vital à presença britânica na ilha. Além disso, ao longo das décadas de 1940 e 1950, o governo cingalês enfrentou múltiplos movimentos de oposição que estavam se organizando e começaram a ameaçar o futuro do governo e do próprio sistema político estabelecido. A administração da ilha se recusa então a estabelecer relações diplomáticas com a RPC e com a USSR, pois além de a aproximação com estes países possivelmente enfurecer

os ingleses garantidores de ordem na ilha, muitos políticos dentro do UNP consideravam que os dois países poderiam se tornar financiadores das insurreições anti-sistêmicas que começavam a se organizar na ilha. Neste sentido, o alinhamento aos interesses ingleses também era fundamental uma vez que garantia às forças militares e policiais do Sri Lanka o apoio material e organizacional necessário para a manutenção do governo e do sistema político cingalês.

Em contrapartida, o nível de dependência entre a ilha e sua antiga metrópole se torna um grande obstáculo para a ocupação de seu assento na ONU, pois a URSS considerava o Sri Lanka um mero domínio colonial e vetou a entrada do país na organização até 1956 (um ano depois de Bandung), quando foi concedido reconhecimento soviético sobre a independência da ilha. Apesar da adoção dessa retórica anticomunista e da presença britânica em diferentes traços da administração da ilha, muitos políticos do Sri Lanka ainda buscavam o estabelecimento de relações comerciais com outros países asiáticos que vinham se tornando independentes e, acima de tudo, alguma forma de descolonizar a economia da ilha dominada por proprietários ingleses.

O acordo comercial da borracha e do arroz<sup>26</sup>, firmado em 1952 enquanto a administração do país ainda é em grande parte controlada pelos britânicos, representa um marco no desenvolvimento de uma política externa autônoma em Sri Lanka. Isso demonstra como por trás da forte retórica anticomunista e da dependência da ilha para com o governo inglês no que diz respeito à manutenção de seu sistema político, Sir John Kotelawala (quem seria um dos organizadores de Bandung) e outros atores políticos cingaleses idealizavam uma política externa cautelosa, que planejava uma aproximação gradual entre o Sri Lanka e seus vizinhos sem com isso prejudicar suas relações com os ingleses, garantidores da ordem na ilha.

Tais ambições podem ser identificadas mesmo sobre a constante presença inglesa ao longo da década de 1940, quando, por exemplo, o país demonstra considerável protagonismo dentro da *Commonwealth* na formulação do Plano Colombo, um equivalente a um Plano Marshall para a Ásia (Madanayaka, 2016, p. 221.). Neste sentido, é simbólica também a recusa de Kotelawala sobre a associação de seu país a Organização do Tratado do Sudeste

---

<sup>26</sup> Acordo comercial estabelecido entre Sri Lanka e RPC, que determinava o comércio de borracha cingalesa por arroz chines. Esse acordo foi assinado a despeito de restrições impostas sobre a China pelo Ocidente e enquanto a Inglaterra ainda mantinha considerável influência dentro do Sri Lanka, em um momento que o preço da borracha havia sido derrubado e a ilha lutava contra o déficit orçamentário (Ramakumar, 2022).

Asiático (OTASE) enquanto fazia declarações de não alinhamento a blocos ideológicos, se orientando não pela identificação ideológica com os EUA ou com a URSS, mas sim pelas relações entre Sri Lanka e Inglaterra e pela busca de uma política externa mais independente da antiga metrópole

A Conferência de Bandung representa por sua vez um divisor de águas na condução dos assuntos da ilha. O projeto idealizado por Kotelawala e pelo restante da direção do UNP se voltava para a descolonização gradual da economia cingalesa enquanto a ilha seguiria se apoiando no suporte militar britânico para a contenção de insurreições e ameaças externas, Bandung é entendida aqui um sinal de que a desvinculação entre Sri Lanka e Inglaterra poderia ser acelerada. Trata-se de uma conferência que conta com indianos e cingaleses entre seus principais organizadores, que resulta na regularização do estatuto de cidadania dos migrantes indianos em território cingalês e que elabora propostas de construção de uma frente unificada contra empreendimentos colonialistas da Europa.

Somado a essa sinalização proferida em Bandung e a aproximação com a Índia, temos também o fato de que o exército e as forças policiais do Sri Lanka em 1955 já se encontravam mais bem preparados para garantir a ordem na ilha, onde o clima político também já se tranquilizava após quase dez anos de governo do UNP. O ano de 1955 marca assim o início de um processo de lenta e gradual apropriação das posses inglesas na ilha, de nacionalização das reservas de recursos naturais e de tomada da infraestrutura militar local ocupada pela Inglaterra, um processo de reorientação da política externa cingalesa não em alguma direção ideológica qualquer, mas segundo interesses particulares do UNP, que já eram ambicionados anteriormente e que encontravam agora um contexto favorável para serem levados adiante.

## 6.5 A instabilidade de Burma

O histórico trabalho de segregação racial e geográfica realizado pela administração colonial deixou Burma socialmente dividida entre diversos grupos identitários, os quais, por sua vez, começaram a entrar em conflito. Às vésperas da Conferência de Bandung, o governo de Burma enfrentava uma série de insurreições armadas em seu território. Estas insurreições eram lideradas por diferentes grupos políticos, cada um com seus próprios objetivos.

Simultaneamente, um contingente do Exército do *Kuomintang* (KMT) havia adentrado o território birmanês enquanto estava engajado em combates contra as forças do

Exército de Libertação Popular (ELP). Isso transformou a fronteira norte de Burma, adjacente à região chinesa de Yunnan, em uma base de operações da qual o KMT lançava incursões na China. Essas tropas do Kuomintang em Burma haviam, na verdade, sido separadas do restante da administração militar durante uma grande contra-ofensiva do Exército de Libertação Popular. Como resultado, essas tropas ficaram isoladas em território birmanês, onde continuaram a travar sua guerra contra o inimigo comunista, independente das vontades de seu anfitrião.

Assim, à medida que a Guerra Civil Chinesa se estendia para o território birmanês devido à presença do KMT, e com o crescente envolvimento dos EUA no Mar do Sul da China, a possibilidade de uma intervenção internacional em Burma se tornava cada vez mais iminente.

A construção da nação nos tempos coloniais havia sido um projeto mais direcionado à promoção de divisões étnicas ou religiosas do que à integração e uniformidade, revertendo assim os processos em toda a Eurásia, pelo menos nos últimos mil anos. O tratamento especial reservado às minorias identificadas como "raças marciais" pelos britânicos deu lugar ao medo de serem suprimidas pelas populações majoritárias anteriormente desfavorecidas. Na Birmânia, os rohingyas, os karens e os mons se rebelaram buscando se separar. Nos anos seguintes, seriam seguidos por inúmeros outros grupos, incluindo os shan (Charney, 2010. p.6) (tradução nossa).

Essas frações do exército do *Kuomintang* seriam posteriormente apoiadas pela CIA, configurando-se assim um cenário onde o governo birmanês detinha controle de fato sobre apenas alguns bolsões dispersos de territórios no país, enquanto as demais regiões se tornam palco dos conflitos entre comunistas e nacionalistas. O caso de Burma demonstra acima de tudo, como as fronteiras do estado-nação desenhado pelos colonizadores europeus durante o processo de descolonização poderiam não deter grande significância, sendo uma demarcação territorial desprovida da mínima capacidade de execução dos poderes básicos de um estado soberano e de qualquer organização social que promova a integração das populações neste território.

Diferente do caso paquistanês ilustrado acima, onde o estado recém-nascido convive com a ameaça de invasões por diferentes vizinhos, Burma se trata de um estado que já nasce em convívio com uma invasão em seu território. Além de todo o esforço voltado para a construção de um aparato administrativo, o país precisa também se dedicar à definição das fronteiras entre o nacional e o internacional, e a construção de uma identidade nacional capaz de unir populações que, até então, viviam isoladas umas das outras.



Este argumento, embora possa inicialmente parecer peculiar, reflete, na verdade, um esforço deliberado por parte do governo birmanês de reinterpretar a Guerra Fria como um elemento intrínseco à formação da nação. É notável observar que U Nu, juntamente com parte dos principais funcionários de seu governo, fazia parte de um grupo de dramaturgos que se organizou antes da criação do governo. Podemos destacar uma série de peças teatrais, comunicados e filmes que foram cuidadosamente planejados e promovidos pelo governo, com U Nu como autor de muitas dessas obras. Nessas representações, as tropas do Kuomintang foram retratadas como invasores estrangeiros, posteriormente derrotados pelo exército nacional, que, destacadamente, operava sem o apoio de aliados ou assistência externa. Nesse contexto, os soviéticos e os estadunidenses eram igualmente retratados como figuras invasoras, sendo relevante mencionar também que apesar dessa máquina de propaganda evitar críticas à RPC, ela ainda ressalta como U Nu estava empenhado em manter a autonomia de Burma ao recusar ofertas de assistência da RPC.

É notável o empenho de figuras proeminentes como U Thant, que serviu como Ministro da Informação e posteriormente como Secretário-Geral da ONU, juntamente com U Nu, na produção de materiais midiáticos destinados a promover uma percepção não alinhada da Guerra Fria, aliada a um ideal nacional birmanês. Um episódio anedótico que ilustra esse esforço é a empreitada dos dois políticos em busca de um produtor de Hollywood que concordasse em transformar o roteiro por eles escrito, conforme recordado pelo diretor Bobker Bem Ali:

Eu levei a peça para casa e a li, e era sobre a insurreição comunista em Burma, onde existem algo como sessenta partidos políticos identificados por cores - há os P.V.O. vermelhos, os P.V.O. amarelos ou os P.V.O. brancos. Tinha um elenco de milhares, já era muito extensa, e eu a li e simplesmente soube que nunca poderia ser feita (Charney, 2010. p.16) (tradução nossa).

A participação significativa desta nação na organização da Conferência de Bandung deve ser compreendida dentro desse contexto mencionado anteriormente. O ato de vocalizar uma posição não alinhada e o papel proeminente desempenhado pelo país na organização da conferência representam igualmente uma afirmação de que Burma era capaz de administrar seu território e população. Além disso, isso também implicava uma rejeição categórica à representação de seus conflitos internos como alvos potenciais de intervenção internacional.

O caso de Burma se distingue dos demais organizadores de Bandung devido ao fato de que a Guerra Fria já havia penetrado em suas fronteiras. A busca pela construção de uma terceira via como alternativa ao cenário bipolar que se consolidava não se apresenta aqui como um mero instrumento de pressão sobre os EUA e a URSS em relação às antigas potências coloniais. Pelo contrário, esse esforço era percebido como uma questão de sobrevivência para o jovem estado-nação birmanês, que já começava a vislumbrar a possibilidade de seu território se tornar o cenário de uma potencial Terceira Guerra Mundial. Em outras palavras, o país buscava, acima de tudo, uma oportunidade para efetivamente praticar a política de não alinhamento, esta não era uma simples estratégia diplomática, mas sim uma medida vital para a preservação de sua própria existência.

## 7 Bandung, uma conferência asiática

### 7.1 O Hajj de Bandung

Prashad (2007) define a posição árabe na Conferência de Bandung como a mais combativa dentre os líderes do terceiro mundo, um posicionamento cujas raízes podem ser rastreadas desde as revoltas contra o império otomano, que associam nacionalistas árabes às potências imperiais ainda no início do século XX. Durante o desmoronamento do sultanato, foram firmados acordos entre as lideranças árabes e os governos da França e da Inglaterra, onde se estenderam garantias de respeito à soberania do que viriam a ser os novos estados árabes. Estes acordos, entretanto, se mostraram mais um jogo retórico do que algum compromisso real por parte das potências, que dividiram o Oriente Médio segundo zonas de influência inglesas e francesas em conferências secretas e desprovidas de representação árabe.

Por mais amargos que fossem os termos impostos pelos europeus, a primeira geração de lideranças que assume a administração dos novos governos árabes após o colapso do império otomano, se vê desprovida das capacidades econômicas e militares necessárias para contestar a nova dominação ocidental, sendo forçadas a aceitar suas novas posições dentro da configuração imperial européia do início do século XX. Tal dominação encontra eventuais focos de resistência por parte de alguns governos e de segmentos das populações civis árabes,

porém, os mecanismos de controle indireto e negociado com os novos governos se mostram capazes de aplacar esses ânimos com relativo sucesso até pelo menos a década de 1940.

Encerrada a II Guerra Mundial em 1945, torna-se aparente a fraqueza da França e da Inglaterra e sua incapacidade de impor alguma dominação sobre todo o território imperial, motivando as antigas ambições nacionalistas das lideranças árabes que foram frustradas durante o desmoronamento do Império Otomano (Hobsbawn, 1994). Neste mesmo ano é organizada a Liga Árabe, que convoca sua primeira reunião no Cairo declarando o estabelecimento de laços de cooperação entre os governos árabes, com o objetivo de conquistarem suas independências.

Manifestações pan-arabistas podem ser rastreadas na ocasião da criação da Liga, com destaque às ambiciosas representações que falavam mesmo de um corpo administrativo comum a todos os povos árabes: um Emirado Árabe Unido. Entretanto, essa união se configura mais em uma questão retórica ou sentimental do que em uma questão de prática política, pois na própria carta de criação da Liga estão expressas considerações sobre o respeito às fronteiras estabelecidas pelo europeu como forma de se prevenir guerras dentre componentes do mundo árabe (Ferraboli, 2007). Nem por isso o sentimento pan-arabista expresso durante a criação da Liga no ano de 1945 deve ser subestimado, pois a instituição se consagra como um fórum de discussões central no mundo árabe, capaz de promover o estreitamento das relações entre seus diferentes elementos e servir como ferramenta na salvaguarda de suas soberanias, contra europeus e também contra ameaças provenientes do próprio mundo árabe.

Entretanto, as negociações com o europeu e entre os membros da Liga sobre os termos exatos da independência, avançam em um passo diferente dos movimentos nacionalistas que se organizam nas ruas e dentro das instituições domésticas nos estados árabes. A mobilização destes movimentos atinge seu ápice em 1948, quando terras santas são reservadas ao nascente estado de Israel, considerado por estes novos nacionalistas como o exemplo máximo da falta de comprometimento europeu com os processos de independência no mundo árabe, como um retorno às negociações secretas sobre o Oriente Médio típicas do início do século e finalmente, como um símbolo da fraqueza da primeira geração moderada de líderes que vinham negociando as independências no mundo árabe.

A lentidão nas negociações pela independência, somada à criação do estado de Israel motivam os opositores da primeira geração de líderes árabes a organizarem uma série de ofensivas políticas contra estes governos, que resultaria em sua derrubada e na ascensão de

um novo conjunto de líderes políticos<sup>27</sup>. Dentre esta nova geração se destaca o jovem militar Gamal Abdel Nasser, que ascende ao centro do poder no Egito em 1954, após uma fracassada incursão militar egípcia contra Israel.<sup>28</sup>

O protagonismo do Egito de Nasser no mundo árabe pode ser explicado pela centralidade que o país, sobretudo a cidade do Cairo, desempenha no curso das independências, servindo como centro de coordenação e articulação entre os movimentos nacionalistas no mundo árabe, e como capital da Liga Árabe desde sua fundação em 1948. Porém, este protagonismo é também um produto da postura imperativa adotada pelo governo de Nasser frente seus vizinhos árabes e da busca consciente por uma posição de liderança dentro deste universo, que embora agrade aos defensores de uma união política do mundo árabe, desagrade aqueles que suspeitam do sotaque demasiado egípcio com o qual se expressaria tal união.

No contexto dos embates pela liderança deste universo, destacam-se as tensões entre Egito e Iraque como forças opositoras dentro das perspectivas de cooperação pan-arabistas. Nuri Al-Said, veterano de longa data nos conflitos contra os ingleses e favorito dentre os políticos que compunham o governo do rei iraquiano, capitaneava uma posição radicalmente distinta daquela defendida por Nasser e que se materializa na assinatura do Pacto de Bagdá: pacto de defesa mútua assinado inicialmente entre Iraque e Turquia em 1955, e que será alargado com a inclusão do Irã, do Paquistão e do Reino Unido no mesmo ano (Dawisha, 2016). Se a associação entre diferentes componentes do mundo islâmico em um pacto defensivo que excluí o Egito já desagradava o governo de Nasser, a inclusão do Reino Unido neste mesmo acordo demonstra a distância do conflito na Palestina para a agenda externa destes países (compromissos retóricos aparte) e suas ressalvas quanto à expansão da influência egípcia pelo mundo árabe.

A reação de Nasser e a insistência iraquiana sobre sua permanência no pacto de Bagdá, são reconhecidas hoje como causas centrais para o colapso da monarquia no Iraque (Ferraboli, 2013, p.37). Por meio da construção e instrumentalização de uma série de veículos midiáticos segundo suas ambições regionais, o governo egípcio dispõe de uma eficiente imprensa nasserista, responsável por ilustrar a liderança iraquiana como um conjunto de

---

<sup>27</sup> Os quais Prashad (2007) descreveria como o setor mais combativo e hostil ao ocidente do terceiro mundo que é representado em Bandung.

<sup>28</sup> Embora não possamos atribuir a origem do movimento dos oficiais livres no Egito à guerra contra Israel em 48, o conflito fortalece esse movimento. Ver mais em Shlaim (2014).

políticos amedrontados e subjugados pelas imposições ocidentais. Mesmo que Al-Said demonstre grande esforço retórico destacando o caráter pragmático da cooperação com o Ocidente<sup>29</sup>, a mobilização civil contra o governo iraquiano, que já vinha se organizando a alguns anos, ganha novo fôlego com a campanha de difamação desencadeada pela imprensa nasserista. Por sua vez, a família real iraquiana se mantém fiel ao governo e aprova a adoção de medidas cada vez mais repressivas ao cerco que vinha sendo levantado. Logo setores do exército iraquiano, ansiosos pelo fim do regime monárquico e descontentes com os rumos da política externa no país, se juntam às massas levando ao fim da monarquia e à execução da família real, bem como do próprio Al-Said em 1958.

A participação da imprensa egípcia na derrubada do governo iraquiano inaugura o que Prashad categoriza como um dos principais métodos pelos quais o governo de Nasser exerce influência sobre seus vizinhos, isto é, a utilização de “massas que marcham ao lado de armas nos coldres” (Prashad, 2007, p.51) (tradução nossa). Os anos 50 assistem então a convergência de um pan-arabismo em torno da liderança de Nasser, movimento que atinge seu ponto máximo durante a crise de Suez em 1956, cujo resultado é apresentado pelo governo egípcio como vitória incontestável do mundo árabe contra o imperialismo europeu. Neste momento, pan-arabismo e nasserismo se tornam sinônimos e a posição combativa capitaneada por Nasser contra o Ocidente, sobretudo contra Israel<sup>30</sup>, se tornam ponto cardeal nas orientações de política externa no mundo árabe (Prashad, 2007).

A vitória na crise de Suez e a consolidação de uma liderança egípcia no mundo árabe são reconhecidas pelos governos deste universo, que acompanham as posições egípcias na ONU (pelo menos até 1958) e passam considerar a “modernidade egípcia” ou o “socialismo árabe” (Prashad, 2007) como caminhos promissores para a inserção de seus países na nova configuração global que se apresenta desde o fim da Segunda Guerra. Esta liderança será reconhecida também pela URSS e pelos EUA, que categorizam o Egito como uma porta de entrada para o mundo árabe<sup>31</sup>. Esta nova condição implica na concentração dos programas de cooperação militar e assistência ao desenvolvimento, oferecidos pelas superpotências ao Egito de Nasser, que se torna principal receptor dos financiamentos ofertados a região pelo

---

<sup>29</sup> Al Said chega a argumentar que a cooperação com o ocidente seria vital para a modernização dos exércitos árabes, passo que deveria anteceder qualquer ação militar contra Israel. Ver mais em Dawisha (2016)

<sup>30</sup> Vale mencionar o debate existente sobre as raízes da relação de hostilidade entre Israel e Egito, que observa o movimento de transição entre uma postura cautelosa frente a Israel para uma postura combativa em função das ofensivas israelenses sobre territórios na faixa de Gaza em 1954. Ver mais em Shlaim (2014)

<sup>31</sup> O próprio Bezerra de Menezes, diplomata brasileiro que observa a conferência de Bandung, considera o Egito de Nasser como uma espécie de porta-voz dos povos árabes (Menezes, 1960).

menos até o ano de 1958 quando o real tamanho das ambições de Nasser se torna evidente durante a Proclamação da República Árabe Unida.<sup>32</sup>

Independentemente, mesmo que este protagonismo egípcio venha a ser ameaçado posteriormente pela deterioração das relações com os EUA, o Egito que se apresenta em Bandung no ano de 1955 vive o ponto alto do processo de consolidação da sua liderança no mundo árabe, de resolução das tensões internas deste universo (geradas pela assinatura do Pacto de Bagdá), e também de hostilização contra Israel e suas posições na região da Palestina (Shlaim, 2014). Tal contexto elucidada a postura exposta pela delegação egípcia durante a Conferência de Bandung, que se configura em uma das mais vocais ali presentes e na única delegação a condenar explicitamente Israel como uma espécie de entreposto do imperialismo europeu. Nas palavras do próprio Nasser, expressas durante a Conferência de Bandung<sup>33</sup>:

Sobre os olhos das Nações Unidas e com sua ajuda e sua sanção, os povos da Palestina foram desenraizados e expulsos de sua terra pátria, apenas para serem substituídos por uma população totalmente importada. Nunca antes na história houve uma violação tão brutal e imoral dos princípios humanos (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 4) (tradução nossa).

Embora as delegações de Bandung assinem conjuntamente declarações condenando a repressão contra os movimentos nacionalistas árabes no Norte da África, posições comuns que já haviam sido expressas pela Liga Árabe diversas vezes (e que condenavam sobretudo a repressão francesa), o mesmo não se verifica no que diz respeito à questão da Palestina. Mesmo que as repercussões da Crise de Suez posteriormente levem a uma convergência em torno da condenação de Israel capitaneada por Nasser na Conferência de Bandung, no contexto de 1955 o mundo árabe ainda se encontrava dividido pelo pacto de Bagdá e a liderança egípcia neste universo ainda está em vias de construção, elementos visíveis na solitária<sup>34</sup> condenação de Nasser contra Israel durante a conferência<sup>35</sup>. As reservas das demais

<sup>32</sup> A proclamação de uma República Árabe Unida, que se utiliza de massas mobilizadas para intervir sobre os vizinhos enquanto recebe assistência militar soviética, tem como consequência um distanciamento entre o governo dos EUA e Nasser (quem já não era muito bem visto pelos planejadores estadunidenses) (Ferraboli, 2013).

<sup>33</sup> Tais palavras adquirem um peso maior se as compararmos a forma como a questão da Palestina é apresentada pelas demais delegações islâmicas, que fazem promessas nebulosas no sentido de “considerar a condição dos refugiados palestinos” (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 5, p. 6)

<sup>34</sup> Vale mencionar que a Síria se mostra mais alinhada à posição egípcia do que o restante do mundo árabe. Os dois países se juntaram sobre um único governo no ano de 1958 (Ferraboli, 2013).

<sup>35</sup> Apesar de não acompanhar as categóricas denúncias de Nasser contra Israel, a resolução final da conferência ressalta a resolução de número 46 de 1948 da ONU sobre a questão da Palestina, reforçando a legitimidade da instituição como veículo pelo qual se resolveria o conflito. (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 9).

delegações presentes na Conferência de Bandung com relação ao direcionamento de condenações contra Israel, não se explica apenas pelo temor de alguma resposta por parte dos governos Ocidentais que apoiavam a causa sionista, mas também pelas perspectivas de cooperação econômica e militar apresentadas por Israel no contexto de imediato pós independência de muitos dos países presentes em Bandung.

## 7.2 Na trilha de Ibne Batuta

A análise das representações da África Subsaariana na Conferência de Bandung se mostra um trabalho ardiloso e ameaçado por diversas armadilhas construídas por um revisionismo histórico terceiro mundista. Um ano antes da Conferência Afro-Asiática em Bandung no ano de 1955, durante sua organização na Conferência de Colombo, Nehru enfatiza a capacidade de sedução que a expressão “afro-asiática” continha (Vitalis, 2013, p.266), ressaltando a importância da presença de representações subsaarianas para o sucesso almejado pelos organizadores de Bandung<sup>36</sup>, que pretendiam eternizar a conferência como o divisor de águas entre a modernidade e seu passado colonial. As leituras que enaltecem o espírito de Bandung provêm da vontade de inserir um internacionalismo afro-asiático na dinâmica da guerra fria, como forma de se adicionar um terceiro elemento à receita bipolar em um esforço revisionista desta história. Essas análises se orientam segundo a emergência de alguma identidade global em Bandung e promovem a confusão entre as dimensões políticas das propostas ali presentes, além da errônea associação entre pan-africanismo e solidariedade afro-asiática como uma coisa só (Shivji, 2019).

A ênfase dada à participação de representações africanas como forma de se alimentar a imagem da “cortina colorida” (Wright, 1956), é compartilhada pelos organizadores da Conferência de Bandung, que estendem convites para todo o mundo árabe e também para algumas seletas representações subsaarianas<sup>37</sup>. Entretanto, enquanto o mundo árabe atende ao chamado dos organizadores da conferência, guiados pela relação de cooperação que foi gradualmente desenvolvida na Liga Árabe, a “África Negra”<sup>38</sup> conta com apenas quatro

<sup>36</sup> Como será mais bem explorado a frente, as causas do esforço em convidar delegações subsaarianas por Nehru, remontam às relações estabelecidas entre o Raj Britânico e o Leste da África durante os anos de dominação inglesa. Ver mais em McCann (2019)

<sup>37</sup> Vitalis (2013) demonstra como os convidados para a Conferência de Bandung são escolhidos a dedo, excluindo por exemplo, regiões que nutriam excepcional hostilidade contra o Ocidente. Nehru chega inclusive a levantar algumas reservas sobre a extensão de um convite para Nasser (Vitalis, 2013, p. 267).

<sup>38</sup> Forma como os colonizadores europeus se referiam as colônias subsaarianas. Ver mais em Hobsbawn (1994)

representações (Costa do Ouro, Etiópia, Federação Centro-Africana e Libéria), sendo que uma delas aceitou ao convite, mas na condição de delegação observadora (Costa do Ouro), enquanto outra se recusa a participar da Conferência de Bandung (Federação Centro-Africana).

Mais importante, é o fato de independente de aceitarem ou não ao convite estendido pelos organizadores de Bandung, as delegações subsaarianas serem listadas entre as 25 representações registradas nos documentos oficiais, produzidos durante a conferência e apresentados a imprensa internacional (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 4). Assim, ao mesmo tempo em que a cuidadosamente construída imagem de uma África Subsaariana na Conferência de Bandung serve aos objetivos retóricos de seus organizadores, ela também abafa as vozes e ambições dos internacionalismos subsaarianos, enquanto confunde estudiosos até os dias de hoje resultando em errôneas interpretações que posicionam Nkrumah<sup>39</sup>, Nasser e Nehru em uma espécie de frente unida terceiro mundista (Vitalis, 2013). Essas interpretações chegam ao ponto de falarem sobre a presença pessoal de Nkrumah nas ruas de Bandung durante a conferência<sup>40</sup>, como bem capturado por McCann (2019): “As vozes africanas são comumente encenadas em Bandung, mas raramente ouvidas” (McCann, 2019, p.3) (tradução nossa).

### 7.3 O novo Mansa

No início do século XX, a África Ocidental Britânica demonstrava altos graus de integração à economia global. Produtores rurais dotados de grandes latifúndios, construídos ao longo do tempo por meio da especialização e da absorção de propriedades menores, dominam o cenário econômico da Nigéria e da Costa do Ouro (Hopkins, 1966). Embora estes produtores tenham desfrutado de prosperidade ao longo das primeiras décadas do século XX, a crise dos anos 20 e posteriormente a Segunda Guerra Mundial derrubam os preços das exportações provenientes desta região, levando esses produtores a se mobilizarem e participarem dos movimentos políticos que já se agitavam diante da guerra na Europa.

Mesmo que os congressos e conferências realizados anteriormente entre as lideranças políticas destes territórios coloniais tenham sido instrumentalizados segundo os objetivos de elites tradicionais<sup>41</sup>, eles ainda foram responsáveis por construir redes de solidariedade entre

---

<sup>39</sup> Líder da Costa do Ouro durante o processo de independência, também foi o primeiro líder de Gana.

<sup>40</sup> Nkrumah não participa pessoalmente da conferência, mas envia uma delegação na condição de observadores.

<sup>41</sup> Hopkins (1966) destaca como a casa Docemo mobiliza estes fóruns para reivindicar terras ancestrais da antiga dinastia.



os diferentes movimentos políticos e produtores do Oeste africano. Quando a crise dos anos 20 se apresenta, essas redes serão ativadas pelos produtores afetados e pelos movimentos nacionalistas e de independência que já vinham se mobilizando desde pelo menos 1890. Neste contexto, começa a se falar de cooperação entre os produtores da África Ocidental Britânica como um possível mecanismo dedicado ao controle dos preços de suas exportações, onde os mais ambiciosos idealizam inclusive processos de substituição de importações, de construção de uma economia auto-suficiente e menos sujeita a pressões internacionais no Oeste africano. Tete Ansa <sup>42</sup> protagoniza os planos de unificação econômica destas colônias, mirando o coração do problema que identificou como a flutuação de preços, especialmente cara aos produtores dotados de latifúndios especializados. Além disso, essa instabilidade nos preços ainda estaria sujeita a manipulação das companhias europeias, que funcionavam como intermediárias dentro do sistema colonial entre produtores africanos e consumidores europeus ou americanos.

Apesar dessas primeiras formulações na década de 20 fundamentarem o que será discutido a título de pan-africanismo no contexto das independências da África Ocidental, elas se mostram limitadas pelas perspectivas de independência política que começam a se apresentar a partir da Segunda Guerra e cujos contornos exatos dominam o debate político no Oeste Africano durante os anos 40<sup>43</sup>. Mais do que contestar o sistema colonial como um todo, os debates sobre cooperação econômica na região iniciados pela crise dos anos 20, pretendiam reformular o sistema de forma a garantir maiores liberdades políticas e comerciais aos produtores africanos, sem com isso se desligarem do regime imperial europeu. A falta de compromisso com a independência desta primeira expressão mais economicista de pan-africanismo, leva por sua vez a ascensão de uma nova geração de líderes na África Ocidental Britânica, posteriormente eternalizada como a geração pioneira de um pensamento pan-africanista e que consagra Kwame Nkrumah como seu máximo expoente (Hopkins, 1966).

A celebração de Nkrumah como máxima referência do pan-africanismo não carece de justificativas. Logo que assumiu o governo da Costa do Ouro em um período anterior a sua independência, o político habilmente se cerca de influentes vozes que já haviam se

---

<sup>42</sup> Influente produtor e político da Costa do Ouro.

<sup>43</sup> Não podemos falar aqui de um completo desaparecimento do debate focado na cooperação econômica entre os componentes da África Ocidental Britânica, mas em uma predominância de debates voltados para a definição das fronteiras entre os futuros estados independentes da região, sobre a composição de suas forças armadas, ou sobre a institucionalização de processos de representação democráticos (Hopkins, 1966).

consolidado como referências nos diferentes debates pan-africanistas e que vinham das mais distintas origens. Kojo Botsio<sup>44</sup> traz importantes considerações sobre o potencial das economias planificadas que ele observa durante suas viagens ao Leste<sup>45</sup>, George Padmore<sup>46</sup> empresta suas habilidades narrativas ao novo governo, servindo como conselheiro pessoal de Nkrumah enquanto escreve diversos livros e artigos sobre as perspectivas de independência na África Ocidental Britânica, o próprio Du Bois, considerado por muitos como o pai do pensamento pan-africanista, morreria em Acra aos 95 anos de idade, pouco depois de se estabelecer na capital por convite de Nkrumah.

A convergência de grandes personalidades pan-africanas em torno do novo governo da Costa do Ouro na década de 50 é resultado do grande esforço desempenhado por Nkrumah e seus colaboradores, que buscam a associação com tais personalidades como forma de se garantir visibilidade e legitimidade aos contornos que propunham para a independência da região, mas também resulta das condições particularmente avançadas em que se encontra o processo de independência na Costa do Ouro. Esses movimentos ganham fôlego ao se apoiarem nas redes de cooperação entre produtores e políticos da África Ocidental, bem como nas propostas de integração econômica originadas nas conferências e congressos que sucedem a crise dos anos 20, de forma que o governo de Nkrumah conquista a independência ainda em 1957, antecedendo o *annus mirabilis* das independências africanas de 1961.

No contexto da Conferência de Bandung em 1955, Vitalis (2013) destaca o comportamento cauteloso de Nkrumah: ainda na posição de líder da administração colonial da Costa do Ouro, seu governo conduzia negociações sobre a independência com os ingleses enquanto motivava métodos de resistência não-violenta contra a presença europeia, o convite para a Conferência de Bandung é percebido então como uma oportunidade e também como um risco. Ao mesmo tempo em que oferecia para Nkrumah uma possibilidade de solidificar sua liderança nos processos de independência da África Ocidental, possivelmente associando diferentes administrações coloniais sobre as fronteiras de um único estado independente segundo os mais ambiciosos ideais pan-africanistas<sup>47</sup>, este convite também representava um

---

<sup>44</sup> Kojo Botsio foi professor universitário na Inglaterra e foi responsável, junto de seus alunos, pelo ministério das relações exteriores na Gana independente (Vitalis, 2013).

<sup>45</sup> Botsio tem um longo histórico de participação em diferentes fóruns internacionais comunistas e socialistas, sobretudo naqueles organizados no Sudeste asiático (Mccann, 2019).

<sup>46</sup> Autor e jornalista de Trinidad, amplamente celebrado como poderosa voz do pan-africanismo.

<sup>47</sup> Vale mencionar como o pan-africanismo construído pelas influentes personalidades que cercam o governo de Nkrumah detém um caráter extremamente ambicioso na década de 50, com algumas de suas vozes idealizando inclusive a união de toda a África subsaariana em um único estado. Ver mais em Shivji (2018)

possível distanciamento da administração inglesa, capaz de gerar entraves ao processo de independência que já estava em estágios avançados na Costa do Ouro no ano de 1955.

Os temores da reação inglesa e de suas possíveis consequências sobre o processo de independência na Costa do Ouro não são infundados. Em um contexto no qual a administração imperial britânica vinha impedindo o deslocamento de representantes dos setores mais combativos dos nacionalismos africanos para fóruns e conferências sediados no próprio continente, fosse por meio da suspensão de passaportes ou do aprisionamento de seus delegados (McCann, 2019), a associação com os componentes mais radicais do terceiro mundo presentes em Bandung (de orientação comunista ou combativa frente às potências imperiais) continha demasiados riscos para o processo de independência na Costa do Ouro.

Apesar de as posteriores leituras construídas sobre a Conferência de Bandung confirmarem a presença de Nkrumah no evento, ele se recusa a participar pessoalmente, enviando Kojo Botsio como líder de uma delegação observadora e instruindo-o a “manter sua cabeça baixa” (Vitalis, 2013, p. 267.). O sucesso da calculada moderação de Nkrumah pode ser evidenciado na aceleração do processo de independência da Costa do Ouro após a Conferência de Bandung, pois ao mesmo tempo em que evita problemas nas negociações de independência com os ingleses ao enviar seus delegados na condição de observadores, esta delegação ainda dança conforme a coreografia<sup>48</sup> ensaiada pelos líderes asiáticos, reforçando suas declarações anticoloniais e testando os limites entre uma delegação observadora e uma delegação participante. Como resultado, Bandung indiretamente apoia as reivindicações de Nkrumah sobre os rumos da independência na África Ocidental, elevando a delegação da Costa do Ouro à posição de um governo que participa ativamente da conferência, enquanto se esquece dos movimentos capitaneados pela Aliança Ashanti nas regiões costeiras da Costa do Ouro e das forças políticas na Togolândia, os quais buscavam uma independência separada do governo de Nkrumah.

Mais importante de tudo, é a forma como a delegação comandada por Kojo Botsio<sup>49</sup> levanta sua cabeça em situações menos formais durante a Conferência de Bandung. Antes de seu retorno da Indonésia, esses delegados organizam uma recepção no hotel em que estavam hospedados, onde já antecipando a independência e se apresentando como representantes

---

<sup>48</sup> McCann (2019) chega a enfatizar a seleção de indumentárias cerimoniais pela delegação comandada por Kojo Botsio, como uma forma de chamar atenção enquanto “mantinham suas cabeças baixas” (Vitalis, 2013, p. 267).

<sup>49</sup> Vale lembrar aqui como Kojo Botsio já tinha realizado muitas viagens para o Sudeste Asiático e nutria relações pessoais com importantes políticos da região (sobretudo de Burma), sendo sua escolha como chefe da delegação enviada a Bandung, um movimento habilmente calculado pelo governo de Nkrumah.

ganenses, convidam delegados indianos, cingaleses, libaneses, etíopes e liberianos. Nesta reunião, os delegados de Nkrumah pleiteiam apoio técnico e material indiano para os programas de desenvolvimento no que viria a ser Gana, enquanto ressaltam o desinteresse das potências com o desenvolvimento do continente africano, e acima de tudo, conseguem confirmações de apoio sobre as reivindicações de Nkrumah sobre a Togolândia e sobre as regiões costeiras da Costa do Ouro, caso tais reivindicações se tornassem tema de debate na ONU (Mccann, 2019).

Embora o reconhecimento sobre os contornos ganenses da independência na Costa do Ouro tenha sido atingido em Bandung, a extensão dos programas de assistência e cooperação ofertados pelos indianos segue limitada pelas fronteiras delimitadas pelos seus interesses regionais, como será mais bem explorado à frente. Entretanto, isto não quer dizer que a nova nação ganense se encontrava desprovida de perspectivas de assistência técnica e material, sendo a “especial relação” (Levey, 2003), nutrida entre o governo de Nkrumah e Israel, inclusive uma das principais razões atribuídas por Vitalis (2013) à condição de observadores dos delegados enviados a Bandung.

Desde o seu nascimento, o estado de Israel nutre especial interesse pela África Subsaariana, não apenas como um espaço de potenciais oportunidades comerciais e de investimentos, mas também como uma possível válvula de escape contra o cerco montado em torno da causa sionista na ONU pelo mundo árabe<sup>50</sup>, que embora não compartilhasse da postura mais combativa adotada por alguns de seus componentes, ainda se posiciona conjuntamente contra as reivindicações territoriais israelenses. A África Subsaariana adquire ainda mais importância para os cálculos de Israel se considerarmos as limitações impostas pela sua dependência do Ocidente, proveniente da frágil posição que o país ocupa no Oriente Médio.<sup>51</sup>

Israel adota então a postura de financiador generoso, que conta com diversos programas de assistência ofertados aos países subsaarianos na medida em que se tornam independentes. Segundo esta lógica, Gana é elevada à posição de “vitrine do potencial da cooperação israelense” (Levey, 2003, p.158) e se torna receptora prioritária dos recursos dedicados aos programas de assistência por Israel. Embora essa relação fosse limitada

---

<sup>50</sup> Vale lembrar aqui, como a própria criação do Estado de Israel passa por uma votação apertada na ONU, que poderia inclusive não ter sido aprovada caso o processo não tivesse sido adiado por alguns dias.

<sup>51</sup> Shlaim (2014) destaca os obstáculos ao estabelecimento de relações entre Israel e os países do bloco comunista.

durante as negociações pela independência, enquanto Nkrumah ainda representava a Costa do Ouro, Israel é extremamente ativa nos anos que seguem a independência de Gana<sup>52</sup>, levando alguns autores a conceituação de um “sionismo negro” (Vitalis, 2013, p.276), devido ao nível de influência israelense no modelamento das instituições ganenses durante os anos que sucedem sua independência.

Por outro lado, a relação especial construída entre Gana e Israel antecede a independência do primeiro, uma vez que Kojo Botsio já havia estabelecido contatos com membros do corpo diplomático israelense durante suas viagens para o Leste, em especial com o diplomata Hanan Yavor<sup>53</sup>. Estas duas figuras são os grandes protagonistas das relações entre Costa do Ouro e Israel nos anos que antecedem a formação de Gana, pois motivados pelo grande potencial que enxergavam na associação entre o pan-africanismo de Nkrumah e as capacidades técnicas e materiais de Israel, os dois diplomatas se esforçam para convencer seus governos do valor desta relação. Paradoxalmente, ambos serão repreendidos, Yavor devido às exageradas promessas de assistência material que estende a Costa do Ouro (muito além da capacidade dos programas de assistência israelenses), e Botsio pelo possível distanciamento entre Gana e as nações árabes resultante do estreitamento das relações com Israel.

Por sua vez, o temor do expansionismo árabe liderado por um Egito prestigiado pós-crise de Suez e que avança em direção a África Subsaariana não era infundado. Fosse pelo avanço das independências na África Ocidental ou pela ação israelense nesta região, os olhos de Nasser se voltam para o novo espaço de ação que se abria ao Sul do Saara. No pouco comentado “livrinho de Nasser” o político expressa considerações sobre um “espaço vital para as nações árabes” e sobre suas intenções de “levar a civilização para os confins mais remotos das selvas africanas” (Vitalis, 2013, p.275). Essas palavras dão substância às suspeitas nutridas pela liderança ganense que posicionam o mundo árabe, e sobretudo o Egito de Nasser, como forças hostis ao pan-africanismo de Nkrumah<sup>54</sup>. Acima de tudo, a partir do momento em que o Egito se consagra como uma forte liderança no mundo árabe, ele se torna principal receptor dos investimentos ofertados pelas superpotências as nações árabes e a

---

<sup>52</sup> Vale lembrar que a independência de Gana em 57 é fruto de um longo processo de negociações com a Inglaterra, de forma que o país ainda detém a condição de um domínio independente dentro da comunidade britânica.

<sup>53</sup> Primeiro cônsul israelense enviado a Gana ainda em 1956, um ano antes de sua independência.

<sup>54</sup> Dentre todas as personalidades que compunham o governo de Nkrumah, Padmore é quem mais se preocupa com as perspectivas de um expansionismo árabe (McCann, 2019, p.18), chegando mesmo observar paralelos entre Nasser e Hitler (Vitalis, 2013, p.275).

África como um todo. Até o momento de proclamação da República Árabe Unida em 1958<sup>55</sup>, podemos observar um período de extremo sucesso do não alinhamento egípcio, que não apenas afasta hostilidades ocidentais e atrai apoio, tanto do primeiro quanto do segundo mundo, mas influencia na forma como as potências interagem com o mundo árabe e com a África subsaariana.

Vitalis observa então, como o período entre 1957 e 1959 será marcado por uma “disputa de soft power” (Vitalis, 2013, p. 275) entre a recém independente Gana e o Egito de Nasser. Limitadas as perspectivas de financiamento e visibilidade internacional do governo de Nkrumah pela importância denotada ao Egito nesta época, o líder ganense organiza a Conferência dos Povos Africanos de 1958, que se pretendia uma sucessora espiritual de Bandung, que ambicionava colocar Gana no mapa e que, segundo Nkrumah, “manteria os asiáticos como os observadores desta vez”<sup>56</sup>. Sem perder tempo, Nasser organiza no mesmo ano a Conferência de Solidariedade Afro-Asiática (mais conhecida como Conferência do Cairo), que assim como sua concorrente ganense, também se posiciona como herdeira espiritual da Conferência de Bandung. Diferente da Conferência organizada na Indonésia em 1955, suas sucessoras detêm um caráter menos retórico e maiores potencialidades práticas, funcionando como fóruns onde se organizam instituições dedicadas a arrecadar e administrar fundos dedicados ao abastecimento dos movimentos de libertação no mundo árabe e na África Ocidental<sup>57</sup>.

Na medida em que se intensifica a disputa de *soft power* entre Egito e Gana, o governo israelense resgata os planos de cooperação com o governo de Nkrumah propostos por Yavor e Botsio ainda durante o processo de independência da Costa do Ouro. Mesmo que os fundamentos da relação especial tivessem se sustentado nos ombros de algumas personalidades específicas dos governos da Costa do Ouro e de Israel durante seus estágios iniciais, esta relação evoluiu a largos passos após a visita de Golda Meir<sup>58</sup> à Accra em 1958,

---

<sup>55</sup> A partir de 1958, podemos notar um distanciamento entre a nova República Árabe Unida e os EUA (Ferraboli, 2013).

<sup>56</sup> Diferente da Conferência de Bandung e da Conferência do Cairo, a Conferência dos Povos Africanos organizada por Nkrumah convida delegações estadunidenses para participarem ativamente dos fóruns de discussão abertos em Accra. Um observador estadunidense chega a publicar um relatório intitulado “Accra vs Cairo” (Vitalis, 2013, p. 276)

<sup>57</sup> Apesar das manifestações pan-africanistas do governo de Nkrumah, suas contribuições para a independência da África subsaariana se concentram sobretudo na África Ocidental, razão pela qual movimentos de libertação no Leste e no Sul do continente nutrem certo ceticismo em relação ao discurso pan-africanista de Nkrumah (Onslow, 2012).

<sup>58</sup> Celebrada figura da política israelense. Em 58 exercia a função de ministra dos negócios estrangeiros, posteriormente na década de 60 Meir ascendeu à posição de primeira ministra.

durante a comemoração de um ano da independência de Gana. A reunião entre Nkrumah e Meir foi cuidadosamente arranjada pelos membros de seus governos, que já enxergavam o potencial da cooperação entre os dois países há algum tempo e cuja preparação se mostra bem-sucedida, pois Meir declara estar encantada com o pan-africanismo de Nkrumah e passa a advogar ativamente pelo estreitamento das relações entre os dois países<sup>59</sup>. Assim, a visita ministerial à Accra em 1958 marca a intensificação das relações de cooperação entre Israel e Gana, na medida em que os laços formados entre diplomatas e políticos dos dois países se convertem em laços institucionais, que contam com largo financiamento do governo de Israel.

Segundo os planos israelenses, Gana se tornaria a vitrine da cooperação com Israel e o pan-africanismo de Nkrumah, um escudo contra investidas árabes na ONU. Acordos de cooperação nos campos militares e de policiamento são responsáveis por rapidamente preparar as forças ganenses com técnicas e equipamentos modernos, burocratas de Gana são enviados a Israel para receberem treinamento administrativo, diversos jornalistas e escritores israelenses se estabelecem em Accra, com o objetivo de auxiliar na disseminação do pan-africanismo de Nkrumah e fortalecer a liderança ganense na África Subsaariana (Levey, 1966). Os recursos dedicados para auxiliar na construção da burocracia e das instituições de Gana logo seriam redirecionados para ambiciosos projetos de desenvolvimento, dentre eles o que mais se destaca será a formação da “Gana Black Star Line”<sup>60</sup>, que conta com largas somas de financiamento israelense e responde às antigas limitações impostas à economia ganense pelo domínio das companhias de transporte e comércio europeias.

Entretanto, na medida em que se intensificam as relações de cooperação entre Gana e Israel, se intensificam também as investidas de Nasser, gradualmente associando a disputa de *soft power* entre Gana e Egito com a disputa de *hard power* entre Egito e Israel. Demandando de maneira cada vez mais enfática um pronunciamento público de Gana em favor da posição árabe na questão da Palestina, o líder egípcio chegaria ao ponto de apreender navios da Black Star Line e proibir seu trânsito pelo canal de Suez. Por sua vez, o governo de Israel começa a nutrir preocupações sobre as perspectivas de seus investimentos em Gana, pois ao mesmo tempo em que Nkrumah se recusava a condenar as posições israelenses na Palestina, ele

---

<sup>59</sup> Vale mencionar aqui como Golda Meir foi uma das principais figuras responsáveis pela própria fundação do estado de Israel, exercendo enorme poder político no governo de Israel. (Levey, 1966, p.159).

<sup>60</sup> Empresa ganense dedicada ao transporte marítimo (Vitalis, 2013, p. 276).

também evitava qualquer compromisso formal com Israel, fossem eles pactos de mútua defesa ou a organização de posições comuns na ONU.<sup>61</sup>

Mesmo que a falta de comprometimento ganense com a agenda da política externa de Israel e sua indisposição em tomar qualquer atitude que pudesse fomentar a hostilidade árabe, gradativamente levasse os israelenses a encararem com maior ceticismo seus investimentos em Gana, este país havia sido tão habilmente ilustrado como uma inescapável porta de entrada para a África Subsaariana, que os políticos israelenses consideravam impensável o desligamento das relações de cooperação com Gana.<sup>62</sup>

Para a surpresa de israelenses e egípcios, Nkrumah direciona denúncias e condenações contra Israel em 1961, mas não o faz em função do conflito na Palestina, trata-se de uma resposta a ascensão de uma miríade de novos estados independentes ao mosaico das forças políticas subsaarianas. Nkrumah assiste a diminuição da centralidade ganense nos assuntos da região com preocupação, fosse pela moderação demonstrada por sua liderança anteriormente, que limitou à esfera da África Ocidental o alcance do auxílio aos movimentos de libertação dirigido por seu governo, ou pelo surgimento de novos países com dimensões populacionais e econômicas que ofuscavam Gana, novos competidores haviam surgido e começavam a ameaçar a posição de liderança ocupada por Nkrumah na África Subsaariana.

Neste contexto, desempenhando uma última resistência contra a diminuição de sua importância no cenário subsaariano, Gana passa a se posicionar de maneira muito mais enfática contra os remanescentes da presença europeia no continente Africano, iniciando o movimento diplomático que resultaria nas condenações direcionadas contra Israel em 1961, quando Nkrumah denuncia as íntimas relações entre os governos israelense e francês (Levey, 1966). Por mais que Nasser celebre o distanciamento entre Israel e Gana, essa separação provinha de um projeto político ganense e não de algum alinhamento às reivindicações egípcias, pois mais importante do que os pronunciamentos públicos direcionados contra a relação entre Israel e França, é o avanço de Nkrumah contra as parcelas de propriedades israelenses nas empresas estatais de Gana (sobretudo na Black Star Line). Também é digno de nota como o governo ganense havia sido bem-sucedido em estabelecer relações com a

---

<sup>61</sup> Levey, 1966

<sup>62</sup> Nkrumah chega a expressar suas preocupações com a ascensão de novos competidores pela liderança da África Ocidental diante de diplomatas israelenses, como por exemplo Mali ou Nigéria. Israel responde com garantias sobre seu reconhecimento da liderança ganense em longo prazo, contanto que Nkrumah permanecesse um amigo leal de Israel (Levey, 1966).



URSS neste mesmo período, levando a oferta de propostas de assistência técnica e de financiamentos pela superpotência que diminuíram em muito a importância da assistência prestada por Israel<sup>63</sup>.

Contrariados, os israelenses promovem uma verdadeira reconfiguração de suas relações exteriores. Após declarações emotivas no parlamento, que afirmavam como “os africanos não respeitam aquele que se vende barato” (Levey, 1966, p. 164), Israel passaria a condicionar a oferta de seus programas de assistência segundo um posicionamento claro no conflito da Palestina. Além disso, Israel redireciona de maneira radical os recursos dedicados à África Subsaariana, do Oeste para o Leste do continente, buscando nas novas nações que surgiam nessa região o apoio que lhe foi negado por Nkrumah. Porém, os diplomatas israelenses que chegam ao Leste Africano durante a década de 60 se deparam com a presença da Índia que, como será melhor explicado mais à frente, soube colher os frutos de Bandung e já havia se estabelecido como principal parceiro destas novas nações. Estas novas nações que surgiam no leste africano orientavam segundo uma sólida concepção de não alinhamento no contexto da guerra fria, uma concepção que não nutre nenhum especial interesse pelo conflito árabe-israelense e que já se posicionava contra o imperialismo europeu muito antes da demonstração de “ingratidão africana” por Nkrumah.

#### 7.4 A viagem à meia-noite de Jomo Kenyatta<sup>64</sup>

A presença indiana no Leste Africano pode ser rastreada como uma constante durante o período de dominação inglesa na região. Desde a mobilização dos primeiros cipais<sup>65</sup> pela Companhia Britânica das Índias Orientais, as populações do subcontinente se tornam peças fundamentais na expansão e administração do Império Britânico, servindo como militares e trabalhadores manuais, mas também como burocratas e professores, quem poderiam inclusive chegar a cumprir funções administrativas importantes e mesmo a ocupar posições

---

<sup>63</sup> Na medida em que a URSS estende seus primeiros programas de assistência a Gana, o Ocidente (sobretudo a Inglaterra) também revigora seus interesses no país, passando a ofertar mais generosos programas de assistência.

<sup>64</sup> Acadêmico respeitado e líder celebrado do Quênia.

<sup>65</sup> Etnia de soldados do império britânico que eram naturais da Índia, famosos por levar a cabo a desocupação de locais em favor dos interesses da Companhia das Índias.

relativamente altas dentro da burocracia imperial inglesa<sup>66</sup>. Estas populações se dispersam pelos domínios britânicos e se estabelecem nos territórios conquistados, gradativamente desenvolvendo comunidades dotadas de propriedades rurais e sistemas produtivos enquanto participam ativamente das redes comerciais que se estendem pelo império.

Este processo não se dá de maneira uniforme por toda a extensão imperial e a “comunidade da diáspora”<sup>67</sup>, experimenta realidades distintas nas diferentes regiões do Império Britânico. No caso da África Oriental podemos identificar a presença significativa dessas comunidades, tanto em suas dimensões demográficas quanto em sua presença econômica, pois dispunham de terras e negócios produtivos que mantinham ativas relações comerciais com o subcontinente indiano, tanto na condição de exportadores quanto de importadores. O volume dos bens negociados e a importância deste comércio para os governos coloniais ingleses da África Oriental podem ser evidenciados na gradativa dominação da rupia sobre o sistema monetário dessas regiões coloniais, chegando a tornar-se a moeda corrente nestas colônias durante as primeiras décadas do século XX (Mwangi, 2001).

Durante o processo de independência na Índia, as regiões da África Oriental dotadas de grande presença indiana se tornam objeto de interesse CNI. Jornais indianos serão abertos nas colônias da África Oriental e centros de estudos africanistas, dedicados a preparar as futuras gerações de nacionalistas do Leste da África, serão inaugurados em Déli e outras cidades importantes do subcontinente. Iniciativas como estas são realizadas em associação entre o CNI e as comunidades da diáspora, que não apenas ocupam os empregos criados em território africano, mas cujos membros mais influentes também agem como importantes financiadores destas iniciativas, tanto no sentido de custear suas instalações e operações quanto na organização de *lobbies* responsáveis por apresentá-las ao CNI (Mccann, 2019).

Não se trata entretanto de um movimento iniciado unicamente pelos interesses da comunidade da diáspora na África Oriental, pois além dos objetivos de instrumentalização dessas comunidades pelo CNI como forma de se garantir maior visibilidade ao processo de independência na Índia, podemos destacar também os alertas disparados durante a perseguição das comunidades indianas na África do Sul, quando essas populações verão

---

<sup>66</sup> Evidentemente, as posições privilegiadas ocupadas por alguns indianos dentro da administração inglesa ainda eram hierarquicamente inferiores aos postos reservados para a população britânica (sobretudo para sua aristocracia) (Prashad, 2007).

<sup>67</sup> Maneira como o governo de Nehru se refere às populações do subcontinente indiano que se dispersam pelo Império Britânico (Mccann, 2019)

muitas de suas propriedades confiscadas e suas liberdades políticas e de movimentação restringidas (Martin, 1990). Mesmo que as instituições e iniciativas responsáveis por fomentar a cooperação entre a Índia e os movimentos de libertação na África Oriental se sustentassem, em seus estágios iniciais, nos interesses comerciais privados daqueles mais interessados no estreitamento dessa relação, elas são bem sucedidas em trazer o assunto das independências na África para as discussões que aconteciam dentro do CNI (mesmo que essas discussões se pautassem pelo destino das comunidades da diáspora nos processos de independência da África). Assim, a proteção das comunidades indianas e o destino das independências da África entram na pauta do CNI, nos ajudando a compreender a visibilidade que as populações da diáspora detêm nas denúncias feitas contra o regime do *apartheid* na África do Sul durante a Conferência de Bandung.<sup>68</sup>

A Conferência estende suas mais calorosas simpatias e suporte para a corajosa resistência das vítimas de discriminação racial, especialmente para os povos de origem africana, indiana e paquistanesa na África do Sul. (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol.9, p.4) (tradução nossa)

O ceticismo inicial com o qual o CNI trata as primeiras propostas de cooperação com as colônias da África Oriental, deixando-as nas mãos da iniciativa privada da comunidade da diáspora e do subcontinente, será rapidamente desconstruído. Durante a inauguração dos primeiros centros de estudos africanistas em Déli, burocratas indianos se chocam com as filas de estudantes africanos que se formam diante dos novos centros de estudos (Mccann, 2019). Comissões compostas por dezenas de alunos enviados pelos governos coloniais da África Oriental disputam as poucas vagas ofertadas<sup>69</sup>, estudantes enviados por Nkrumah e por outros líderes da África Ocidental<sup>70</sup> viajam longas distâncias e mesmo as regiões do continente africano que nunca estiveram sob o controle britânico, chegam a enviar seus candidatos.

Na medida em que os governos das colônias no Leste Africano saúdam Nehru como um campeão anticolonial e que se acumulam as demandas pela expansão dos primeiros programas de cooperação ofertados pela Índia, o CNI e o governo de Nehru se dão conta da importância que estes esforços representavam para os movimentos de independência na

---

<sup>68</sup> Menções às populações da diáspora não são feitas exclusivamente pelas delegações individuais do Paquistão ou da Índia, mas entram no texto do comunicado final da conferência que é assinado por todas as delegações presentes

<sup>69</sup> Os governos coloniais de Uganda e do Kenya travam uma disputa particularmente intensa pelas poucas vagas ofertadas durante a inauguração dos centros de estudo em Déli, chegando ao ponto de seus governos se pronunciarem publicamente sobre o assunto (Mccann, 2019).

<sup>70</sup> Embora possamos notar alguma presença de comunidades indianas no Oeste africano, seus números não se comparam às comunidades que se estabelecem na África Oriental (Mccann, 2019).

África Oriental e da forma como a região poderia ser instrumentalizada, servindo aos objetivos internacionais de Nehru quem buscava aumentar sua capacidade de mobilização na ONU.

Aproveitando-se do *momentum* ocasionado pela inauguração dos programas de cooperação ainda na década de 40, o governo de Nehru expande tais iniciativas enquanto as redireciona segundo seus interesses estratégicos. Podemos destacar por exemplo, como os governos coloniais de Uganda e do Quênia disputam os programas de bolsas ofertado pelas escolas africanistas na Índia, enquanto a Etiópia inaugura seus próprios centros de estudos com o auxílio das centenas de professores enviados pelo governo indiano. Mesmo que não contasse com uma população de indianos tão expressiva quanto seus vizinhos ao Sul, nem demandasse ajuda para seus esforços de libertação (visto que nunca fora totalmente dominada pelos europeus em primeiro lugar), a Etiópia se torna alvo prioritário dos esforços de cooperação indianos na África Oriental, devido a suas dimensões demográficas e econômicas, e atende prontamente ao convite que lhe é estendido por Nehru para participar da Conferência de Bandung.<sup>71</sup>

Ainda assim, as escolas africanistas inauguradas na Índia fazem mais do que simplesmente formar administradores, elas reúnem diversas personalidades da África Oriental<sup>72</sup>, conectando os movimentos de independência na região entre si e também com as redes de solidariedade afro-asiáticas mais amplas, que se encontravam em vias de construção e eventualmente convergiriam em Bandung. As conexões estabelecidas entre os movimentos de libertação no Leste Africano, levam por sua vez a organização de diferentes conferências de solidariedade pan-africanas durante a década de 40, responsáveis por avançar o passo das independências na região. Nesse contexto, a África Oriental se torna o palco de um nascente pan-africanismo com personalidades e ambições comparáveis ao movimento protagonizado por Nkrumah no Oeste, porém, a capacidade de coordenação sobre as diferentes forças da independência demonstrada pelo governo de Nkrumah na Costa do Ouro, não se verifica nas lideranças do Leste Africano e resultaria em sua ausência durante a conferência de Bandung (Prashad, 2007).

---

<sup>71</sup> A delegação etíope acompanha o passo geral da conferência de Bandung, ressaltando considerações gerais emitidas por outras delegações, mas direcionando algumas considerações preocupadas, porém não muito claras, sobre o governo do Sudão (que se encontrava sobre um regime de administração compartilhada entre Egito e Inglaterra). (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 4.)

<sup>72</sup> Vale mencionar aqui que apesar da insistência de Nkrumah, a África Ocidental é considerada uma região distante dos interesses indianos, recebendo pouca atenção dos programas de cooperação ofertados pela Índia (Vitalis, 2013).

Jomo Kenyatta<sup>73</sup> navegou habilmente pelas redes de solidariedade que se estendem pela África durante os anos 40, posicionando-se como figura líder dentre os representantes da África Oriental enquanto desenvolve profundas relações com o governo indiano. Chegando ao ponto de convencer Nehru a se comunicar com as comunidades indianas do Quênia, convencendo-as a apoiarem sua liderança, Kenyatta contava também com amplo reconhecimento dentre os diferentes segmentos da população queniana e havia inclusive alguma visibilidade internacional, liderando uma marcha no Leste Africano que começava a se direcionar para Bandung (Mccann, 2019). Entretanto, esse caminhar é interrompido quando as crescentes hostilidades entre os grupos políticos que buscavam a independência do Quênia se chocam em 1952<sup>74</sup>, opondo sua população segundo linhas raciais (brancos e negros) durante o conflito conhecido como a revolta dos Mau-Mau.

Embora Kenyatta tenha tentado manter uma posição de neutralidade quando se iniciam as disputas, a violência desencadeada pelo conflito chama a atenção da Inglaterra e confere substância às vozes mais radicais do parlamento britânico, que advogavam pela repressão dos movimentos de independência na África Oriental. Assim, os delegados burmenses enviados como observadores para a conferência Pan-Africanista de Lusaka em 1953, notam como o evento foi “massacrado sem misericórdia pelos britânicos” (Mccann, 2019, p.13.), que passaram a suspender passaportes e aprisionar lideranças políticas, coibindo a elaboração de conferências de solidariedade no Leste Africano e impedindo sua participação nos fóruns organizados na Ásia ou em outras regiões da África. O próprio Kenyatta se tornaria vítima da opressão inglesa, sendo aprisionado em 1952 como um dos responsáveis pela Revolta dos Mau-Mau, enquanto o CNI se manifesta categoricamente defendendo a inocência de Kenyatta e afirmando como “a maior das violências realizadas durante a Revolta dos Mau Mau não se compara nem a menor das violências cotidianamente realizadas pelo imperialismo britânico” (Mccann, 2019, p.13.). A inocência de Kenyatta e os esforços que dedica à prevenção do conflito serão reconhecidos apenas em 1959, após sete anos no cárcere.

Assim, a restrição inglesa sobre o movimento de representantes do Leste Africano coíbe a elaboração de conferências nessa região ao mesmo tempo em que impede sua participação nas conferências organizadas por países asiáticos (Tarling, 1992), de forma que

---

<sup>73</sup> Primeiro líder do Quênia, considerado fundador da nação queniana.

<sup>74</sup> Embora discordassem sobre os contornos da participação política no Quênia, ambos os grupos buscavam a independência do país.

os convites para Bandung endereçados à África Oriental perdem seu valor e não são enviados<sup>75</sup>. Mais do que isso, a repressão britânica revigora as posições céticas dentro do CNI, que destacavam os custos dos programas de cooperação com a África como um todo e levantavam dúvidas sobre a verdadeira efetividade desses programas, resultando em múltiplas reservas quando é apresentado o assunto da extensão da cooperação indiana para o Sul do continente africano.

### 7.5 Anti-Bandung: as redes de solidariedade reacionárias no Sul da África.

Ao longo dos anos de denominação britânica, a África do Sul consegue se posicionar com sucesso em uma posição intermediária dentro do sistema colonial inglês, servindo como uma espécie de semi-periferia vital para a administração imperial na região (Martin, 1990). Embora as relações entre Inglaterra e África do Sul durante os anos de dominação inglesa estivessem longe de serem relações amistosas, resultando mesmo em eventuais tensões geradas pela influência sul-africana sobre os domínios vizinhos, Londres ainda depende da colaboração com o governo de Pretória, sobretudo no que diz respeito aos assuntos relacionados à segurança<sup>76</sup> da região.

A posição semiperiférica conquistada pela África do Sul no regime colonial britânico se soma a fragilidade do regime de *apartheid*, que havia constituído uma elite política isolada da maioria da população do país e intimidada pelas demandas de expansão da representação democrática, de forma que a África do Sul entra em rumo de colisão com as ondas de nacionalismo que começavam a se formar no Norte do continente africano (Martin, 2008). Quando a Inglaterra começa a negociar a independência de Gana e Kojo Botsio se apresenta em Bandung, na conferência que unilateralmente denuncia o regime do *Apartheid*, o governo sul-africano passa a se orientar segundo a ameaça do que considerava uma iminente “onda negra”<sup>77</sup>.

---

<sup>75</sup> Além da perspectiva de participação da África Oriental na Conferência de Bandung ser limitada pela repressão britânica, o envio de convites para a conferência poderia representar a prisão dos líderes nacionalistas na região que tentassem se deslocar para Bandung, possivelmente prejudicando o caminho das independências na África Oriental (McCann, 2019).

<sup>76</sup> Assuntos relacionados à segurança doméstica imperial, uma vez que os aparatos de inteligência e repressão sul africanos serviam para controlar as colônias vizinhas, mas também relacionados a segurança externa, visto que África do Sul contava com um exército capaz de repelir invasões de outros impérios, como é o caso da guerra contra o Império Zulu ou mesmo da participação sul-africana na Segunda Guerra Mundial.

<sup>77</sup> Termo utilizado pelo governo sul-africano para se referir aos movimentos nacionalistas da África-Subsaariana. (Onslow, 2012, p. 12).

Trata-se de um contexto no qual o governo minoritário da África do Sul se sente sitiado, não apenas pelos movimentos nacionalistas que começavam a avançar os processos de independências das colônias britânicas na África, mas também pela própria maioria “colorida”<sup>78</sup> de sua população, que já demandava maior representação democrática e manifestava forças de oposição mais radicais e dispostas a pegar em armas contra o governo minoritário<sup>79</sup>. Assim, a condução de negociações pela independência de Gana e o famoso discurso de McMillan “The Winds of Change”<sup>80</sup>, são entendidos como sinais de exaustão do sistema colonial inglês, que não parecia disposto a apoiar o governo minoritário sul-africano em detrimento de suas relações com as demais colônias africanas, enquanto as denúncias feitas contra o regime do apartheid durante a Conferência de Bandung, são percebidas como o prenúncio de um choque entre “a onda negra” e o governo minoritário da África do Sul.

Por sua vez, a oposição generalizada contra o regime do *Apartheid* que é inaugurada em Bandung evolui dentro da ONU, gradativamente direcionando sanções contra a África do Sul no que diz respeito sobretudo a venda de armas para o governo sul-africano, sanções que paradoxalmente levam a coordenação de um projeto desenvolvimentista comandado pelo estado e que ambiciona a construção de uma indústria bélica na África do Sul (ONSLOW, 2012.). Essa indústria se torna uma peça fundamental na repressão dos movimentos nacionalistas que se opunham aos governos minoritários do Sul do continente africano, pois ao ser criada com o objetivo de contornar sanções levantadas pelo terceiro mundo na ONU<sup>81</sup>, a indústria bélica sul-africana assume o papel de abastecimento dos demais governos minoritários que fossem atacados pelas Nações Unidas (Meservey, 2015).

Quando se torna evidente a falta de comprometimento inglês com a manutenção do regime colonial na África<sup>82</sup> e com o cerco que se organizava na ONU contra o regime do *Apartheid*, a África do Sul apela para as novas dinâmicas de funcionamento bipolar do

---

<sup>78</sup> Vale lembrar como a repressão sul-africana se manifesta também sobre as comunidades da diáspora indiana que haviam se estabelecido em seu território. Assim termos como “as populações coloridas da África do Sul” encontra recorrente utilização pelas delegações de Bandung, pelo CNI e também pela bibliografia produzida sobre o assunto. Ver mais em Prashad (2007) ou Wright (1956).

<sup>79</sup> Embora o Movimento de Resistência Africano só viesse a ganhar forças durante a década de 60, algumas de suas posições já começavam a ser vocalizadas durante os anos 50.

<sup>80</sup> Discurso onde o primeiro ministro britânico declara que apenas negociaria as independências das colônias dotadas de governos majoritários. (Wessels, 2010).

<sup>81</sup> Embora o desenvolvimento da indústria bélica na África do Sul tenha conseguido contornar as sanções impostas sobre a venda de armas para o país, ela também encarava o desafio imposto por algumas sanções sobre os bens primários e intermediários necessários para o abastecimento dessa mesma indústria.

<sup>82</sup> Nem por isso podemos falar de algum compromisso inglês com a libertação de suas colônias africanas, a posição britânica sobre o assunto pode ser interpretada mais como um desejo de negociar as independências africanas segundo os termos impostos pelo governo da Inglaterra. Ver mais em Hobsbawn (1994).

sistema internacional, buscando nos EUA o suporte que a Inglaterra falhou em oferecer. Ainda assim, apesar de se alinhar categoricamente a agenda de política externa estadunidense e se posicionar como membro inflexível do bloco ocidental na Guerra Fria, a diplomacia sul-africana não consegue despertar os interesses dos EUA sobre assuntos relacionados à África Subsaariana<sup>83</sup>. Independentemente, seria nas relações estabelecidas entre a África do Sul e outros governos coloniais minoritários da África Britânica durante os anos de dominação colonial, onde o governo sul-africano encontrou apoio contra a “onda negra” que avançava em direção ao Sul do continente.

Assim, chegamos finalmente à recusa do convite à Conferência de Bandung pela Federação Centro-Africana. Composta pelas colônias da Rodésia do Norte, da Rodésia do Sul e da Niassalândia, a frágil federação convive com altos níveis de autonomia dos diferentes governos que a constituíam e já apresentava sinais de fragmentação no início da década de 50, quando o governo minoritário da Rodésia do Sul começa a buscar uma independência separada do restante da Federação, cujos quadros de funcionários e movimentos nacionalistas de tonalidades mais escuras assustavam ao governo sul-rodésiano (Onslow, 2012.). Assim, os alertas disparados pela África do Sul sobre a iminente ameaça representada pela “onda negra”, encontram ecos entre os burocratas sul-rodésianos que já se orientavam por temores similares e se posicionavam contra a participação da Federação Centro-Africana na Conferência de Bandung.

Mais do que isso, o espírito de Bandung é encarado como uma ameaça pelos governos minoritários do Sul da África e promove a intensificação dos laços de cooperação entre Rodésia do Sul e África do Sul. Mesmo que a íntima relação entre os governos destes dois países possa ser rastreada durante o período de dominação britânica ainda no começo do século, o fortalecimento desta aliança durante a década de 50 foge do controle inglês, levando a independência autodeclarada da Rodésia do Sul<sup>84</sup> e resultando na elaboração de programas de assistência ao desenvolvimento e assistência militar pela África do Sul, que se posiciona como principal parceira do novo governo sul-rodésiano.

---

<sup>83</sup> Vale lembrar também, como África do Sul chega a ensaiar a abertura de relações com a URSS ainda na década de 50. Embora de forma velada, esta tentativa demonstra como a preocupação do apoio soviético a “onda negra” não era apenas elemento de retórica, mas uma verdadeira preocupação do governo sul africano. (Onslow, 2012).

<sup>84</sup> Em 1965, quando já havia garantido o apoio português e sul-africano, Rodésia do Sul declara sua independência sem o reconhecimento inglês.



Por sua vez, as intenções sul-africanas na Rodésia do Sul buscavam o fortalecimento de seu governo minoritário como meio de estabelecer uma barreira contra o avanço da “onda negra”, de forma que a similaridade entre as linhas raciais responsáveis por delimitar a participação política nos dois países, funciona como principal motivador para o estreitamento de suas relações. Porém, os grandes esforços e as significativas quantias dedicadas pelo governo sul-africano para a construção de um estado sul-rodésiano à imagem da África do Sul, não são suficientes para contornarem as imposições inglesas e garantirem por si só a independência da Rodésia do Sul. Este objetivo apenas será alcançado com o apoio fornecido por um terceiro aliado, que nutria preocupações similares em relação aos avanços da “onda negra” e vinha se posicionando como força contrária aos movimentos de independência na África e também na Ásia, o Império Português.

Desprovido de setores industriais tão competitivos quanto os de seus vizinhos europeus, este império se sustentava em uma economia que dependia da manutenção dos laços coloniais com seus territórios ultramarinos. Fosse pelas *commodities* produzidas em território colonial, cuja exportação fornecia somas consideráveis ao governo português, ou pela garantia de algum mercado onde escoar seus bens industrializados, Portugal demonstra como quanto mais frágil à economia de um império, mais preciosas são suas colônias. Além disso, Salazar havia compreendido que não poderia contar com os britânicos para a manutenção de suas colônias no momento em que a Inglaterra retira seu apoio da posição portuguesa em Goa, de forma que o Império Português compartilha do temor sul-africano e sul-rodésiano diante do avanço das independências no continente africano e se aproxima dos dois países (Meservey, 2015).

Está formada o que Onslow batiza como a “aliança profana” (Onslow, 2012, p.12): o eixo de colaboração entre Lisboa, Salisbúria e Pretória, que conta com uma rede de inteligência compartilhada, sistemas de abastecimento militar capazes de contornar sanções levantadas pela ONU e recursos capazes de financiar todo esse aparato repressivo. A “aliança profana” forma assim redes de solidariedade entre as forças reacionárias do continente africano, que revigoram os esforços de repressão dos governos associados e se manifesta na declaração de independência da Rodésia do Sul em 1965, que será reconhecida apenas pelos governos da África do Sul e de Portugal. Assim, respostas militarizadas aos movimentos de independência e democratização nestes territórios vão se tornar eventos mais frequentes, punições draconianas serão aplicadas aos elementos mais combativos destes movimentos e a

oposição contra a “aliança profana”, será gradativamente radicalizada até finalmente se iniciarem os conflitos armados dos anos 60 (Onslow, 2012).

Guiné-Bissau e Moçambique assistem a eclosão desses conflitos em 1961, Angola em 1964, na Rodésia do Sul a situação escala de maneira tão rápida que no mesmo ano em que declara sua independência, o país já se encontra em uma verdadeira guerra civil comparável às dimensões da guerra no Congo. Por sua vez, a África do Sul assiste o colapso de seus aliados enquanto silenciosamente retira seu apoio das posições portuguesas e sul-rodesianas, além disso, as propostas de democratização do país encabeçadas pelas forças de oposição mais moderadas começam a parecer o menor dos males, levando a gradual flexibilização do sistema político sul-africano que resultaria no fim do regime do *apartheid* décadas mais tarde.

No sentido oposto, podemos observar como apesar de toda a força do pan africanismo de Nkrumah, que chega a estabelecer comitês de libertação dedicados a captar recursos de distribuí-los entre os movimentos de independência subsaarianos, as redes de solidariedade entre as forças nacionalistas da África Ocidental não se estendem para o Sul do continente nem para as colônias portuguesas, regiões vistas como secundárias na política externa ganense. As iniciativas de cooperação oferecidas pela Índia também priorizam a região que se enquadra nos interesses estratégicos de Nehru, e apesar das múltiplas demandas pela expansão da cooperação indiana, a África Oriental seguiria como o palco prioritário dos esforços indianos no continente (Mccann, 2019).

Assim, os movimentos de independência e democratização na África Portuguesa e nas regiões Sul do continente assumem posições periféricas nas redes de solidariedade que se estendem pela África durante a década de 50. Paradoxalmente, seria justamente a ofensiva da “aliança profana” contra os movimentos de libertação em seus territórios, que finalmente daria alguma substância para as denúncias sul-africanas de uma “onda negra” apoiada pelo bloco comunista, pois ao serem esquecidas pelas redes de solidariedade que associavam os movimentos nacionalistas da África Oriental e da África Ocidental, as forças da independência na África Portuguesa e no Sul do continente africano buscaram apoio justamente em nações do bloco comunista (Onslow, 2012). Por sua vez, as demandas de ajuda enviadas aos países do Segundo Mundo por essas forças se acumulam ao longo da década de 50, e mesmo que os protagonistas da cooperação comunista na África ainda não estivessem capacitados para assumir tal posição (Duroselle, 1976), este processo culminaria na entrada da China e de Cuba como fortes aliados da “onda negra” durante a década de 60.

## 8 As viagens de Zhou Enlai

### 8.1 Roubando a carne do tigre

Quando o Exército de Libertação Popular conquista a antiga capital de Nanquim em Abril de 1949, a vitória dos comunistas se torna evidente e rodadas de negociações com autoridades do Partido Comunista da China (PCC) passam a ocupar as agendas dos diplomatas ocidentais ainda estabelecidos na cidade. Nestas primeiras reuniões, organizadas precariamente nas casas de comerciantes em Nanquim ainda antes da proclamação da República Popular da China (RPC), os EUA determinam como condições para a normalização das relações entre dois países o afastamento diplomático entre a China e a URSS e a adequação do sistema político chinês aos moldes democráticos ocidentais, por meio da convocação de eleições e da formação de um governo de coalizão que contasse com a representação de partidos pró-ocidentais. Por sua vez, a China Comunista enfatiza repetidamente uma única determinação: que qualquer negociação só poderia ser realizada uma vez que o reconhecimento estadunidense sobre Taiwan fosse retirado (Jian, 2001).

Embora muitos autores enfatizem este momento como uma oportunidade única de normalização das relações diplomáticas desperdiçada pelos EUA com a imposição de demandas exageradas, Jian (2001, p.42) demonstra como a própria direção chinesa não estava disposta a promover o melhoramento de suas relações com os EUA, pelo menos ainda não em 1949. Divisões internas dentro do Partido Comunista da China (PCC) e mesmo dentro do Exército de Libertação Popular tornavam a perspectiva de uma prolongada guerra com o Ocidente um poderoso elemento de coesão política. Adicionalmente, Mao Tsé-Tung pessoalmente enfatizava a necessidade de se aproximarem da URSS, sendo o afastamento do Ocidente uma ferramenta útil nesse contexto.

Principalmente, além de garantir um fluxo comercial volumoso ou pacotes de assistência técnica e material substanciais, a aproximação com a URSS também se tratava de uma tentativa de “arrancar um pedaço de carne da boca do tigre” (Keith, 1989, p.41). Forças soviéticas haviam ocupado regiões na Manchúria e no Norte da China durante a guerra contra

os japoneses e Stalin já havia expressado suas reservas quanto à revolução chinesa<sup>85</sup>, afinal os "princípios guias" do comunismo chinês se afastavam dos pilares marxistas que haviam conduzido a revolução na URSS e Mao poderia estar seguindo o mesmo caminho de Tito<sup>86</sup>. Como se não bastasse, a "Nova Democracia" (Mao, 1940) anunciada durante a proclamação da RPC incluiu representantes de partidos democráticos e de tendências "Pró-britânica ou Pró-Americana" (Keith, 1989, p.41.). O alinhamento da RPC, ainda durante seu nascimento em 1949, à política externa da URSS se mostra então um movimento estratégico, que busca não apenas garantir pacotes de assistência e um fluxo comercial, mas também acelerar a unificação da China por meio da devolução de territórios ocupados por forças soviéticas em troca do afastamento entre a RPC e os EUA.

Apesar da preocupação manifestada pela liderança chinesa em relação ao apoio dos EUA ao General Chiang Kai-shek, líder do *Kuomintang* (KMT) durante a Guerra Civil Chinesa, atribuir esse apoio como o principal motivo por trás do fortalecimento das relações entre a RPC e a URSS pode levar à interpretação de que a política externa chinesa é meramente reativa às ações dos EUA, em vez de ser vista como uma estratégia autônoma com sua própria lógica. Isso, por sua vez, reduziria o papel da China a uma posição secundária no cenário internacional pós-Segunda Guerra Mundial, dominada pela rivalidade entre os EUA e a URSS. A aliança sino-soviética que surge no final da década de 40, se engrandece ao longo dos anos 1950 e colapsa na década de 60, tem como principal fio condutor as preocupações sobre a segurança regional da China. Mesmo que noções de um internacionalismo socialista ou de uma revolução continuada fossem ativadas como instrumento propagandístico capaz de promover coesão no cenário doméstico chinês, elas raramente orientam o planejamento de política externa dos diplomatas chineses.<sup>87</sup>

A aliança com a URSS representa inclusive um grande dilema para a nascente diplomacia chinesa. Quando Zhou Enlai assume o ministério das relações exteriores durante a proclamação da RPC em 1949, ele anuncia ao seu corpo de diplomatas quais seriam os princípios guias da nova política externa chinesa: a necessidade de tomarem um lado (Keith, 1989, p. 38) na configuração bipolar do sistema internacional, a proteção da recém

---

<sup>85</sup> As suspeitas entre Stalin e Mao podem ser rastreadas desde pelo menos 1934, quando Mao ofusca a liderança dos 28 bolcheviques dentro do PCC durante a Longa Marcha em fuga do KMT. (Ch'en, 1986).

<sup>86</sup> Ideologias concorrentes dentro do bloco comunista opõem Stalin e Tito em uma guerra que implode em território Iugoslavo no ano de 1949.

<sup>87</sup> Jian (2001), também destaca como a relação entre a RPC e a URSS foi construída e mantida em grande parte pelo protagonismo de Mao, quem acreditava piamente no valor dessa aliança.

conquistada independência da RPC e pôr fim, a busca pela auto-suficiência econômica.<sup>88</sup> Quanto então poderia a nova diplomacia chinesa se inclinar para um lado sem com isso comprometer sua independência? Mesmo que o apoio fornecido pelos EUA ao KMT e alguns pontuais casos de troca de inteligência entre agentes nacionalistas e diplomatas ocidentais naturalmente promovessem a aproximação entre a RPC e a URSS, uma deterioração extrema das relações com o Ocidente poderia resultar no isolamento diplomático da China e em sua redução a um papel secundário dentro de um bloco de nações fechado e comandado pelos soviéticos.

Ao mesmo tempo, por mais que eventuais pontos de tensão surgissem entre RPC e URSS, sobretudo no que diz respeito a devolução de territórios ocupados durante a guerra<sup>89</sup>, a solidificação desta aliança ainda é objetivo prioritário dos diplomatas de Zhou. A RPC durante o ano de sua proclamação em 1949 é um país que convivia não apenas com uma guerra contra o KMT, que continuava a lançar incursões militares na China continental a partir da ilha de Taiwan, mas também com a perspectiva do que parecia uma invasão iminente por parte dos EUA, cuja presença militar no Extremo Oriente vinha crescendo de maneira alarmante.

Entre 1945 e 1949 a diplomacia chinesa dedica grandes esforços para extrair alguma garantia de defesa por parte da URSS, que embora estivesse disposta a colaborar com a RPC no que diz respeito à modernização das forças armadas chinesas, mantinha suas reservas quanto à extensão de garantias de defesa que poderiam eventualmente opor forças soviéticas e estadunidenses em um campo de batalha.<sup>90</sup> Além disso, Zhou também se esforça para a suavizar os pontos de tensão existentes entre os dois países<sup>91</sup>, exemplo anedótico deste esforço é o deslocamento de tropas soviéticas para a Manchúria durante uma acalorada negociação por certa ferrovia entre URSS e RPC: quando questionados por emissários ocidentais sobre a escalada da presença soviética na região, diplomatas chineses afirmam que os militares soviéticos haviam sido convidados para o Manchúria pelo governo da RPC como

---

<sup>88</sup> No contexto da proclamação da RPC, a busca por uma auto-suficiência como verbalizada por Mao e Zhou em seus discursos, se refere sobretudo ao desenvolvimento de setores-chaves na economia chinesa, como por exemplo setores responsáveis pelo fornecimento de energia e alimentos.

<sup>89</sup> Em linhas gerais, os soviéticos gradativamente devolvem territórios na Manchúria e no nordeste da China, enquanto a RPC admite a existência de um estado mongol independente.

<sup>90</sup> Durante a guerra da Coreia, por exemplo, a URSS limita-se a enviar divisões de voluntários como forma de evitar a escalada de um conflito com os EUA. (Hobsbawn, 1994).

<sup>91</sup> Mesmo que Stalin não houvesse se comprometido em defender a RPC no caso de uma invasão estadunidense, também não demonstra aos EUA que ficaria inerte no caso de um desembarque estadunidense. (Hobsbawn, 1994)

uma força de manutenção da ordem, destinada a repressão de soldados japoneses ainda presentes na região (Keith, 1989, p.41).

Trata-se de um contexto delicado onde os diplomatas de Zhou têm duas tarefas concorrentes: devem demonstrar a lealdade chinesa para com os soviéticos como forma de obter garantias de defesa, territórios ocupados e pacotes de assistência, ao mesmo tempo em que devem sinalizar flexibilidade para o Ocidente, como forma de se evitar a completa absorção da China pelo bloco de nações comandado pelos soviéticos.

## 8.2 Sol vermelho no céu amarelo<sup>92</sup>

Mesmo que a estabilização regional e a reconstrução econômica do país estivessem entre as prioridades da RPC no ano de 1949, elas não poderiam significar concessões para o KMT ou a expansão da presença dos EUA na região, de forma que Mao Zedong declara neste mesmo ano que a guerra deveria ser concluída com urgência e que a ilha precisava ser libertada a todo custo e o mais rápido o possível. Antes de tudo, seria necessário enviar uma mensagem para os países ocidentais que insistiam em apoiar Chiang Kai-shek mesmo após a queda da capital. Assim que assume o Ministério das Relações Exteriores em Setembro de 1949, Zhou expulsa todas as missões diplomáticas ocidentais da China que continuassem a reconhecer o governo nacionalista, garantindo-lhes que seus países poderiam ainda assim manter relações informais e que embaixadas seriam devidamente estabelecidas uma vez que as relações com o KMT fossem encerradas e que a verdadeira China ocupasse seu assento de direito na ONU<sup>93</sup>.

Esta ação será celebrada tanto por soviéticos, que a interpretam como prova do comprometimento chinês com o conflito bipolar, quanto por franceses e ingleses, que enxergam ali uma chance de normalizar as relações com a RPC e possivelmente resguardar alguma influência sobre os fragmentos asiáticos de seus impérios em colapso.<sup>94</sup> Keith (1989) interpreta a expulsão das embaixadas ocidentais em 1949 como um exemplo da própria trajetória política de Zhou, que já havia se tornado uma das figuras políticas mais importantes

---

<sup>92</sup> “Sol Vermelho no céu” é uma famosa música de propaganda na RPC, já o “Céu amarelo” é uma imagem utilizada pela revolta do turbante amarelo que se levanta contra a dinastia Han em 184 D.C

<sup>93</sup> A expulsão das embaixadas faz parte de um conjunto de iniciativas que Mao e Zhou batizam como a “limpeza da casa”. Além de diplomatas ocidentais, também foram expulsos da RPC no ano de 1949 empresários, trabalhadores e até mesmo missionários. (Zhang, 2007, p. 519)

<sup>94</sup> Vale mencionar como as condições impostas por Zhou para a normalização das relações com França e Inglaterra são transmitidas por meio de canais informais, enquanto a expulsão dos diplomatas é feita com aplausos soviéticos e menções à revolução global.

do país e ocupava simultaneamente as posições de Primeiro Ministro e Ministro das Relações Exteriores. Zhou conta com relativa autonomia na determinação da política externa chinesa e imprime na “Nova Diplomacia”<sup>95</sup> sua própria e complexa interpretação do sistema internacional no imediato pós-guerra.<sup>96</sup>

Convencido da multidimensionalidade do cenário internacional bipolar que começava a se apresentar nos anos 1950, Zhou considera que o bloco de nações liderado pelos EUA pode ser dividido em três grupos. Em primeiro lugar, os aliados tradicionais da Europa Ocidental (bem como Israel) seriam “aliados fundamentais” cuja cooperação é fundamental para a manutenção da ordem global estadunidense, consequentemente, estas nações ocupariam posições centrais neste sistema e poderiam ser mais vocais quando criticando os EUA ou expondo suas próprias demandas. Em segundo lugar, Zhou percebia certas nações, como Turquia, Coreia do Sul, Filipinas, Grécia e até mesmo Taiwan, a “vanguarda” (Zhang, 2007, p. 511.) do sistema internacional liderado pelos EUA, que estavam propensos a alinhar-se com a superpotência segundo seus interesses específicos e estratégicos. Embora sua adesão à política externa dos EUA pudesse ser inconsistente em comparação com os aliados centrais, esses países da vanguarda eram identificados como os mais fervorosos defensores do anticomunismo dentro do bloco ocidental. Isso ocorria devido à sua posição geográfica crítica nas fronteiras do sistema, o que significava que essas nações tinham mais a ganhar ou perder com a intensificação de conflitos nesta região. Por fim, Alemanha e Japão seriam os “coringas” (Zhang, 2007, p. 511.), dois países muito populosos e industrializados que funcionariam como peças-chave para o controle de seus respectivos continentes. Devido a sua grande importância, Zhou reconhece que estas nações estariam fora do alcance da diplomacia chinesa, afinal ambos os países se encontravam sob ocupação estadunidense no ano de 1949 e conviveriam com a presença militar dos EUA por anos a seguir.

Assim dividir para conquistar se torna a estratégia favorita da Nova Diplomacia e Inglaterra e França são identificados como seus alvos prioritários, pois caso Zhou fosse capaz de explorar as linhas que dividiam a política externa estadunidense da francesa e inglesa, poderia esvaziar as tentativas dos EUA de isolar a RPC internacionalmente. A teoria é levada à prática e as rodadas de negociações informais com agentes franceses e ingleses, antes da expulsão das missões diplomáticas em 1949, conquistam resultados imediatos: a França

---

<sup>95</sup> Termo utilizado por Zhou para caracterizar a abordagem de política externa que pretendia imprimir na diplomacia chinesa.

<sup>96</sup> Além de definir diretrizes de política externa, Zhou também treina um corpo de funcionários que carregaria sua proposta de política externa para a China.

passaria a negociar o destino da Indochina com diplomatas da RPC e a Inglaterra reconheceria o governo do país em Janeiro de 1950<sup>97</sup>, apenas alguns poucos meses após a proclamação da RPC.

Pego de surpresa pela postura de dois de seus aliados fundamentais, o governo de Truman se vê forçado a recuar, declarando ainda em janeiro de 1950 que os EUA não iriam intervir militarmente para defender Taiwan no caso de uma invasão da RPC (Jian, 2001). Essa declaração provocou uma reação instantânea de Mao Zedong, quem ordena uma ofensiva imediata e com todos os recursos disponíveis sobre os últimos territórios controlados pelo KMT, entretanto, a significativa resistência apresentada pelas ilhas de Jinmen e Dengbu, somada à relutância soviética em fornecer apoio aéreo para as operações de guerra chinesas, provocam entraves no avanço da RPC e levam ao adiamento dos planos de invasão sobre a ilha de Taiwan para o ano de 1951.

### 8.3 A grande influência dos pequenos aliados

As dissidências entre os aliados ocidentais não foram percebidas apenas pela RPC, e o recuo do governo de Truman em 1950 também serviu como um sinal para a Coreia do Norte iniciar sua investida contra o regime do Sul (Teacup Media, 2015). Contrariando as expectativas norte coreanas, que buscavam um fim rápido para a guerra capaz de evitar qualquer tipo de interferência estrangeira, a invasão confere um novo vigor às atividades do governo de Truman no Extremo Oriente e provoca a mobilização de uma força de intervenção multinacional da ONU, composta e comandada majoritariamente por estadunidenses. Assim, a política externa norte coreana que age independente das vontades da RPC<sup>98</sup> compromete os triunfos conquistados pela “Nova Diplomacia” de Zhou, pois além de a guerra na península coreana renovar o apetite dos EUA na região e trazer navios estadunidenses de volta para o estreito de Taiwan (frustrando qualquer plano de conquista da ilha em 1950), ela também seduziu facções mais beligerantes dentro do PCC com a

---

<sup>97</sup> Vale lembrar aqui, como a Inglaterra mantinha enormes interesses na China continental mesmo após a proclamação da RPC em 1949. Além de sua influência sobre Hong Kong, cidade gigantesca que representava uma parcela generosa do PIB de toda a China durante a década de 40, poderíamos destacar também a larga presença de investimentos, companhias e propriedades inglesas no país. Consciente dos grandes interesses privados e estatais ingleses na RPC, Zhou chega inclusive a rejeitar o reconhecimento estendido pelos ingleses no ano de 1949, enquanto barganha por algum arranjo melhor que contasse com um assento na ONU para a RPC.

<sup>98</sup> Embora Stalin houvesse dado sinal verde para a invasão, a direção da RPC quase unanimemente era contrária ao início de um conflito na Coreia, fosse pela proximidade dos planos de invasão contra Taiwan marcados para 1950 ou mesmo pelo genuíno desejo de diminuir as tensões na região. (Hobsbawn, 1994).



possibilidade de uma resolução compreensiva para todas as demandas chinesas por vias militares.

A RPC nutria sentimentos mistos em relação a uma guerra na Coreia, se por um lado, a escalada de um conflito em suas fronteiras ameaçava a segurança nacional, por outro, ela representava a possibilidade de uma conclusão definitiva para a guerra civil e a chance de garantir reconhecimento internacional para a RPC como única autoridade na China. Quando as tropas da ONU avançam até o ponto de se aproximarem das fronteiras entre a RPC e Coreia do Norte, a perspectiva de uma possível invasão dos EUA na China continental a partir da península coreana se torna forte suficiente para convencer os últimos indecisos dentro do PCC<sup>99</sup>. Mobilizando centenas de milhares de voluntários a RPC se junta ao conflito na Coreia<sup>100</sup>, “Defender a Coreia e expulsar os americanos” (Jian, 2001, p. 100.) se torna o objetivo principal da política externa chinesa e Mao Zedong define pessoalmente as demandas perseguidas pela RPC durante a guerra: retirada de todas as tropas estrangeiras da península coreana, retirada dos navios estadunidenses do estreito de Taiwan, reconhecimento da RPC como representante da China na ONU e expulsão de Taiwan da mesma. Entretanto, por mais ambiciosos que fossem os planos da RPC, o regime norte coreano tinha reservas quanto à expansão da influência chinesa dentro da península e se esforçava para manter seu protagonismo no teatro de guerra. Assim, quando o contra-ataque norte coreano e chinês perde seu fôlego próximo ao paralelo 38 (onde a guerra havia começado), a Coreia do Norte aceita as propostas de cessar-fogo dos EUA e uma conferência de paz que não contasse com representação chinesa começa a ser desenhada.

As consequências da guerra na península coreana não se apresentam somente na política externa da RPC. O governo de Truman havia recusado todos os planos de invasão da China propostos pelos seus militares e por “republicanos de velha guarda” (Zhang, 2001, p. 114), sua fraqueza condenou o futuro do KMT na China continental, provocou uma guerra na Coreia e lhe custou a opinião pública estadunidense. Assim o conflito na península coreana efetivamente traz a guerra fria para a Ásia, elevando a importância do continente para a política externa estadunidense e levando o antigo general Dwight Eisenhower ao governo dos

---

<sup>99</sup> Mesmo que a categorização da guerra na Coreia como o evento que precederia uma invasão dos EUA na RPC detenha aspectos propagandísticos e seja habilmente instrumentalizada por políticos e militares do PCC como uma ferramenta capaz de gerar coesão interna, a possibilidade de grupos subversivos armados e apoiados pelos EUA se infiltrarem nos territórios da RPC pela fronteira coreana ainda é considerada por Zhou como uma ameaça real e muito perigosa (Keith, 1989, p. 48).

<sup>100</sup> O envio de tropas na condição de voluntários era uma forma de se tentar evitar uma guerra direta entre RPC e EUA, entretanto na medida em que a guerra se intensifica, a participação chinesa na guerra aumenta e a categorização do crescente número de tropas chinesas na península coreana como um exército de voluntários torna-se nebulosa. (Teacup media, 2015).

EUA em 1953, após uma campanha presidencial onde prometera corrigir os erros de seu antecessor e ser duro com o comunismo na Ásia (Zhai, 2000).

Como uma de suas primeiras ações Eisenhower ordena que seu Secretário de Estado, John Foster Dulles, fizesse os preparativos necessários para a intensificação das sanções aplicadas contra a RPC<sup>101</sup>. Embora seu antecessor lhe houvesse avisado sobre a indisposição francesa e inglesa em aplicar sanções contra a China, chamando atenção para a existência de movimentadas rotas de contrabando em Hong Kong e recomendando que os EUA não deveriam pressionar seus aliados caso não estivessem prontos para suprir suas necessidades comerciais<sup>102</sup>, Eisenhower declarou no dia 29 de janeiro de 1953 que seus aliados europeus teriam um período de seis semanas para se ajustarem à nova realidade e apertarem o cerco econômico contra a RPC. Muito diferente da abordagem conciliatória de Truman, Eisenhower estava ordenando que seus aliados europeus acompanhassem os EUA na guerra comercial contra a RPC sobre o risco de se tornarem as próximas vítimas das sanções estadunidenses, em suas palavras: “ they should fall in line or risk being sanctioned by the United States” (Zhang, 2001, p. 119).

A proposta de se sentar em uma mesa de conferência com a RPC também foi considerada absurda pelo governo de Eisenhower. Afinal o país não era nem mesmo reconhecido pelos EUA e sua participação em uma conferência que contasse com representantes estadunidenses poderia ser interpretada como a oferta deste reconhecimento. Como se não bastasse, o governo Eisenhower responde às demandas inglesas e francesas por representação da RPC nas discussões de paz da Coreia, afirmando que o país se tratava de um satélite soviético, portanto ofertar-lhe um assento na conferência de Genebra seria o mesmo que oferecer dois assentos para a URSS. O novo presidente logo perceberia a razão por trás dos conselhos de seu antecessor, as ameaças direcionadas contra Inglaterra e França promovem mais o atrito entre os aliados ocidentais do que distanciamento entre estes países e a RPC, os EUA logo se encontrariam com a declaração de um embargo unilateral e se opondo sozinhos a participação chinesa na conferência de Genebra.

---

<sup>101</sup> Desde sua proclamação em 1949 a RPC convivia com sanções pontuais estadunidenses (sobretudo no que diz respeito a sua indústria bélica), mas o governo de Eisenhower entra determinado a transformar estas sanções em um verdadeiro e compreensivo embargo.

<sup>102</sup> Embora o governo de Truman se esforçasse para convencer a França e a Inglaterra sobre a importância das sanções contra a RPC, os dois países estavam ansiosos para reconstruir suas economias devastadas pela II G.M e ambicionavam acesso ao mercado consumidor chinês ou pelo menos as suas matérias primas. Hobsbawn, 1994.

Além dos interesses ingleses diretos sobre a China ou das sucessivas derrotas sofridas pelos franceses na Indochina<sup>103</sup>, novas nações pós-coloniais se juntam ao cenário internacional na década de 50 e já começavam a se organizar, apresentando demandas as suas antigas metrópoles europeias ou mesmo mobilizando exércitos para expulsarem os colonizadores que insistiam em manter algum nível de influência sobre suas antigas colônias. A pressão exercida pelos novos “Colombo Powers” é especialmente cara a Inglaterra, afinal o país fora o colonizador mais bem sucedido da Ásia, tendo conquistado vastas extensões de terra no continente e expandido sua influência financeira e comercial sobre antigas civilizações muito mais populosas do que a própria Inglaterra. Proprietários ingleses que haviam adquirido importantes fontes de matéria prima nas colônias ao longo dos anos de dominação britânica se somam aos industrialistas que contavam com o mercado consumidor colonial, companhias de transporte marítimo responsáveis pelo trânsito entre as colônias e a metrópole se associam a bancos ingleses que haviam investido consideráveis somas nos territórios coloniais, de forma que a Inglaterra tinha o destino de sua reconstrução econômica intimamente atrelada ao futuro de suas colônias (Hobsbawn, 1994).

Em 1 de Abril de 1950, a Índia, outrora a principal joia da coroa britânica, reconhece o governo da RPC e suas reivindicações sobre as ilhas controladas pelo KMT, enquanto advoga ativamente pela transferência do assento chinês na ONU de Taiwan para a RPC. Como se não bastasse, Nehru já havia iniciado uma série de viagens e negociações com outras nações pós-coloniais vizinhas que começavam a adquirir sua independência, organizado reuniões destinadas à promoção dos movimentos de independência no continente asiático e lançando os fundamentos para a associação entre os “Colombo Powers”, responsáveis pela organização da Conferência de Bandung em 1955. A ofensiva diplomática indiana serve como um importante alerta para a Inglaterra: os tempos de dominação colonial direta estavam encerrados e qualquer tentativa de retornar ao antigo status quo, acabaria promovendo a formação de uma frente anticolonial unida e mais do que disposta a lutar.

A Inglaterra rapidamente percebe que novas forças estavam surgindo na Ásia e suas demandas não poderiam ser ignoradas, a diminuição das tensões no continente e a transferência de soberania por meio de negociações bilaterais com suas colônias seria a única forma de garantir a continuidade de seus interesses na Ásia. Entretanto, isto não quer dizer

---

<sup>103</sup> As forças mobilizadas por Ho Chi Minh se organizavam no Sul da China. Consequentemente, a RPC detinha grande influência sobre a guerra na Indochina e se apresentava como possível rota de fuga para as tropas francesas que combatiam na região, rota que por sua vez torna-se cada vez mais atraente na medida em que a França sofre sucessivas derrotas contra as forças vietnamitas.

que as ordens vindas de Washington poderiam ser ignoradas, mesmo que a aproximação entre a RPC e a Índia representasse uma grande ameaça para os interesses ingleses no continente, a manutenção das estruturas de influência britânicas na Ásia dependia em última instância da colaboração militar e econômica com os EUA (Zhang, 2001, p. 201). Quando Eisenhower se opõe a participação chinesa na Conferência de Genebra e ordena que seus aliados se juntem ao embargo levantado contra a RPC, a Inglaterra dedica grandes esforços para opor-se aos EUA sem despertar a fúria da nova administração estadunidense: ao mesmo tempo em que insiste em trazer a RPC para a Conferência de Genebra e sugere um possível afastamento dos pactos de defesa regionais que seriam construídos na Ásia, a Inglaterra adota sanções suficientes para sinalizar a adoção do embargo de Eisenhower contra a RPC enquanto passa a policiar com mais afinco certas rotas de contrabando em Hong Kong.

Por sua vez, os EUA tomam nota da falta de apetite de seu principal aliado e dos atritos criados pela diplomacia mais assertiva do novo presidente. O embargo levantado contra a RPC em 1953 enfrentava graves desafios, mesmo que a Inglaterra e a França houvessem aplicado sanções pontuais contra o país<sup>104</sup>, tornava-se claro que o esforço de reconstrução da economia chinesa e de modernização do Exército de Libertação Popular só poderia ser freado com a aplicação de um embargo multilateral e compreensivo ou de um bloqueio naval comandado pela marinha estadunidense (Zhang, 2001, p.203). Por mais determinada que a administração Eisenhower estivesse em combater o avanço do comunismo na Ásia, a execução de um bloqueio naval contra a RPC seria encarado como um ato de guerra capaz de envolver até mesmo a URSS, como se não bastasse, o apoio anglo-francês para um bloqueio naval seria no mínimo improvável, uma vez que os EUA mal conseguiam convencer seus aliados da validade de um embargo contra a RPC. A guerra comercial contra a China e a pressão exercida por Eisenhower sobre os aliados estadunidenses também atraiu muitos críticos que antecipavam uma eventual divisão dentro da ONU, tais críticas ganham força quando Nehru apoia as reivindicações chinesas na organização e a tensão gerada pelos EUA confere substância para as denúncias chinesas, segundo as quais o maior risco para existência da ONU seria sua instrumentalização segundo interesses estadunidenses (Keith, 1989, p. 62). Por sua vez, as ameaças de sanções contra países europeus, embora relativamente efetivas e apoiadas pelo exército, também aterrorizam o mercado estadunidense e impõem um pesado custo político a Eisenhower.

---

<sup>104</sup> As sanções aplicadas pela França e Inglaterra contra a RPC no ano de 1953 se concentram sobretudo nos setores da economia chinesa responsáveis pelo abastecimento e modernização do ELP.

Assim, enfraquecido por pressões internas e externas, os EUA começavam a compreender a importância que as novas “zonas intermediárias”<sup>105</sup> desempenhariam na contenção do comunismo na Ásia. Desde 1951 Anthony Eden<sup>106</sup> já vinha enfatizando para o governo Eisenhower como avançavam os movimentos de descolonização na Ásia, alertando-lhe que uma postura mais assertiva no continente poderia acabar afastando as novas nações independentes da Ásia dos interesses estadunidenses e promovendo um sentimento de neutralidade entre elas. Em breve, o novo governo dos EUA chegaria à mesma conclusão de Zhou Enlai: os aliados mais comprometidos com a luta contra o comunismo na Ásia seriam a própria “vanguarda”<sup>107</sup> asiática e não os “aliados fundamentais” da Europa.

Quando Eisenhower recua, dando ouvido as reivindicações da Inglaterra<sup>108</sup> e permitindo a participação da RPC na conferência de Genebra, a Coreia do Sul e Taiwan protestam energicamente. A mesma administração estadunidense que iniciou seu governo se recusando a participar de uma conferência que contasse com representantes chineses, se encontraria alguns meses depois acalmando os aliados da vanguarda asiática. Em um telegrama enviado ao presidente da Coreia do Sul, Dulles se justifica: "the premature jettisoning of the Geneva Conference would have compromised his efforts to gain allied support towards the organization of a strong anticommunist front in East Asia" (Keith, 1989, p. 61). O governo de Eisenhower atualiza então seus objetivos no continente asiático, embora relaxe a pressão exercida sobre os aliados europeus e concorde com a representação chinesa em Genebra, continua determinado em combater o comunismo na Ásia, declarando que os esforços para construção de pactos de defesa no continente não seriam interrompidos pelos resultados da Conferência.

Acima de tudo, a diplomacia de Zhou havia constrangido os EUA e provado mais uma vez seu valor para as lideranças do PCC e do Exército de Libertação Popular. Mesmo que a guerra na Coreia houvesse freado os avanços diplomáticos da Nova Diplomacia, ela foi capaz de convencer os aliados fundamentais da Europa Ocidental de que os únicos a se beneficiarem com a intensificação dos conflitos no Extremo Oriente seriam os EUA e a URSS, afinal cada guerra que implodisse na região apenas garantiria aos estadunidenses novas oportunidades de abocanhar esferas de influência inglesas e francesas, enquanto

---

<sup>105</sup> Termo utilizado por Mao Tsé-Tung para descrever os países pertencentes ao Terceiro Mundo. (Jian, 1994).

<sup>106</sup> Secretário de Estado para os Assuntos Estrangeiros da Inglaterra entre os anos de 1951 e 1955

<sup>107</sup> Os países que se encontravam nas fronteiras do sistema internacional, como descrevia Zhou.

<sup>108</sup> Embora a França também tenha se posicionado a favor da participação chinesa em Genebra, a Inglaterra tinha um peso maior nas considerações de política externa dos EUA (Hobsbawn, 1994).

intensificava o nível de dependência entre RPC e URSS (Keith, 1989, p. 71). No início do ano de 1954 os EUA cedem às demandas de seus aliados fundamentais, as denúncias indianas na ONU e a pressão de seu próprio mercado, uma conferência de paz compreensiva em Genebra que contaria com representação da RPC e trataria de assuntos referentes tanto à Indochina quanto à Coréia, começa a ser organizada.

#### 8.4 Nas pegadas de Gan Ying<sup>109</sup>

A guerra da Coréia se mostrou um ponto de virada para o planejamento da política externa chinesa. Nas palavras de Mao: "como os EUA poderiam começar uma terceira guerra mundial se não conseguiram nem mesmo vencer na Coréia?" (Zhang, 2007, p. 510), as dificuldades e os custos da nova projeção internacional estadunidense se tornavam aparentes e a ameaça de uma invasão dos EUA na China perde sua força. Em uma famosa passagem, Zhou afirma que "A guerra na península coreana tem dois anos de negociações e três anos de luta" (Zhang, 2007, p. 511), essas longas rodadas de negociações promovem o enfraquecimento do militarismo que orientava a RPC e demonstra para as nações envolvidas que o conflito bipolar não se resolveria por meio de uma guerra direta entre elas, mas sim pela competição nas zonas intermediárias que começavam a surgir com a onda de descolonização que se estendia pelo continente asiático.

Desde sua proclamação em 1949, a RPC vivia em guerra civil e operava segundo uma lógica onde qualquer demonstração de fraqueza provocaria inevitavelmente uma invasão estrangeira, ou no mínimo, alguma tentativa de interferência na guerra civil. A participação chinesa na guerra da Coréia foi, acima de tudo, uma demonstração de força e determinação que pretendia estabelecer um limite claro para as ambições estadunidenses na região, segundo essa mesma lógica, a proposta de se sentarem em uma mesa de conferência com os EUA para discutirem o destino da península, soa para muitos planejadores da RPC como uma demonstração de fraqueza. Estes políticos e generais argumentavam que caso o ELP não fosse capaz de atingir todos os objetivos perseguidos no campo de batalha, deveria pelo menos continuar lutando até conseguir protagonismo suficiente no conflito para ditar os rumos das negociações de paz (Jian, 2001).

Por outro lado, a Guerra na Coréia havia provocado o adiamento do primeiro plano quinquenal que tinha como foco o desenvolvimento de setores chave para a economia da China, como o setor siderúrgico e de produção de energia, freando assim a reconstrução

---

<sup>109</sup> Famoso explorador chinês que visitou o império romano no ano 97 DC.

econômica em um momento que o país ainda se encontrava em grande parte devastado pela guerra civil e pela invasão japonesa. Mesmo que a posição de Zhou como primeiro ministro e ministro das relações exteriores naturalmente o posicionasse como um dos principais agentes da conciliação dentro RPC, muitas outras figuras de peso dentro do PCC também já estavam convencidas da necessidade de diminuição das tensões na região para o sucesso da reconstrução econômica na China (Enlai, 1989, p. 158). As novas nações independentes que começavam a se juntar ao cenário asiático na década de 50 também renovam o valor de uma política externa menos militarizada dentro do PCC, destacadamente, a postura adotada pela Índia havia deixado claro que as novas nações independentes da Ásia representavam uma série oportunidades para a RPC: elas eram uma chance de contornar as tentativas estadunidenses de isolar a China comercialmente e diplomaticamente, ofereciam possibilidades de diminuir o crescente e preocupante nível de dependência econômica entre a RPC e a URSS e poderiam até mesmo, se tornar o caminho pelo qual o país conquistaria seu assento como único representante da China na ONU.

Tendo conquistado apoio suficiente dentro do PCC, Zhou começa a se preparar para representar a RPC em Genebra, no que seria a primeira conferência onde estadunidenses e chineses se enfrentam diante de uma plateia internacional. Muitos dos que apoiavam a participação chinesa na conferência de Genebra dentro do PCC, consideravam-na uma oportunidade de sublinhar o caráter doméstico do conflito em Taiwan e de demandar o assento na ONU ocupado pelo KMT, porém, Zhou insistia que Genebra era acima de tudo uma oportunidade de redesenhar a imagem da RPC que deveria ser utilizada com cuidado (Zhang, 2007, p. 511). Em sua posição de ministro das relações exteriores, Zhou teria a palavra final sobre o assunto e a delegação comandada por ele em Genebra não apresentaria nenhuma das demandas tradicionais da RPC, afinal, com toda a hostilidade demonstrada previamente pelo governo de Eisenhower, o ministro não acreditava que a conferência resultaria em alguma concessão por parte dos EUA, de forma que a apresentação das demandas tradicionais da RPC pela delegação chinesa apenas travaria o andamento das discussões.

Muito pelo contrário, Zhou acreditava que a melhor forma de constranger a interferência dos EUA no Extremo Oriente seria por meio da resolução diplomática dos conflitos na região, caso a RPC se apresentasse em Genebra como uma nação mais comprometida com a paz no continente do que com a imposição de suas demandas, se tornaria claro para a audiência da conferência que os EUA eram os responsáveis pelo aumento das tensões no Extremo Oriente. Genebra seria o local onde Zhou e seus diplomatas

apresentariam uma nova e cuidadosamente construída imagem da RPC para o mundo, esta imagem foi planejada segundo três linhas fundamentais e buscava acima de tudo combater interpretações monolíticas do cenário internacional, que compreendiam a RPC como mais um membro do bloco de nações comandado pela URSS ou como uma nação comprometida com alguma espécie de revolução global (Zhang, 2007, p. 513).

Em primeiro lugar, a delegação enviada para Genebra deveria enfatizar o caráter doméstico e agrário da economia chinesa, sublinhando como as grandes vantagens do país eram suas vastas terras e enorme população. O maior interesse da RPC seria então sua própria industrialização e o desenvolvimento de uma economia autossuficiente capaz de prover para toda sua imensa população, conseqüentemente, o país não teria capacidade nem interesse de interferir nos assuntos internos de seus vizinhos, muito menos de iniciar alguma guerra de expansão. Em segundo lugar, os diplomatas deveriam resgatar um passado anterior à chegada do comunismo na China, obras de arte e tesouros imperiais enfeitaram o local onde se hospedam os delegados chineses, enquanto cozinheiros e músicos se juntaram à delegação que contava com mais de duzentos membros. Também foram enfatizadas antigas filosofias chinesas referentes à conciliação e a tolerância, segundo um movimento planejado por Zhou que pretendia ao mesmo tempo ressaltar a independência chinesa frente à URSS e enfatizar o desinteresse da RPC com perspectivas de expansão internacional do comunismo. Por fim, a delegação enviada para Genebra deveria acenar para a Índia e para o terceiro mundo que começava a surgir na Ásia, a RPC representada na conferência seria acima de tudo uma nação anti-imperialista, que foi vítima da exploração imperial por diversos países e que se apresentava agora como um possível parceiro para essas novas nações asiáticas em suas campanhas de independência e descolonização (Zhang, 2007, p. 513).

Entretanto, por mais que os diplomatas comandados por Zhou demonstrem repetidamente sua capacidade de impressionar a audiência europeia presente na conferência, provocando a publicação de diversos artigos positivos a respeito da RPC em jornais ingleses e franceses ou mesmo estabelecendo canais de comunicação informais<sup>110</sup> com delegados dos EUA e da França, os limites da “Nova Diplomacia” começavam a se tornar claros. O governo de Eisenhower começava a demandar uma postura mais firme de seus aliados, já havia demonstrado muitas vezes sua insatisfação e até mesmo disparado ameaças contra

---

<sup>110</sup> Devemos nos lembrar aqui como a RPC ainda não era reconhecida pela França nem pelos EUA, conseqüentemente não mantinha canais de comunicação oficiais com estes países. Zhou dedicou grandes esforços durante a Conferência de Genebra para estabelecer contatos informais com políticos e diplomatas das duas nações, e mesmo que a “Nova Diplomacia” perca seu fôlego durante a radicalização que marcou a década de 60, muitos destes contatos foram reativados ao final dos anos 70 quando os EUA finalmente reconhecem a RPC. (Dirlik, 2015)



aqueles que insistiam em se relacionar com a RPC. Por maiores que fossem os interesses franceses ou ingleses na China, seus delegados muito dificilmente apoiariam os posicionamentos chineses durante a Conferência de Genebra, pois eles se associavam aos diplomatas de Zhou segundo interesses pontuais e a contragosto dos EUA (Keith, 1989, p.60).

## 8.5 As chamadas de Xiaoqing<sup>111</sup>

Assim, durante os momentos iniciais da conferência dedicados às negociações de paz na Coreia, os delegados franceses e ingleses (que não nutriam nenhum interesse em especial pelo destino da península coreana) lavam suas mãos enquanto assistem às delegações sul coreana e estadunidense comandarem o bloco capitalista nas discussões. As propostas de reunificação por meio de um referendo apresentadas por Zhou são descartadas<sup>112</sup> e a distância entre os dois lados se torna evidente, as discussões sobre a Coreia se encerraram sem grandes avanços, resultando apenas em um cessar-fogo ao longo do paralelo 38 que persiste até os dias de hoje.

A falta de interesses franceses e ingleses na península coreana constrangeu a atuação de Zhou ao longo das discussões acerca da Coreia, mas isso não se repetiu durante as negociações pelo destino da Indochina. Logo nas primeiras semanas da conferência de Genebra tropas francesas sofrem duras derrotas contra os exércitos da Liga pela Independência do Vietnã (Viêt Minh) e o governo de Mendès France, pressionado pela opinião pública francesa, começa a buscar desesperadamente um cessar-fogo que permitisse a retirada de suas tropas remanescentes na península indochinesa. Por sua vez, a conferência de Genebra entra em recesso e Zhou imediatamente se reúne com lideranças vietnamitas, embora a França tivesse perdido seu apetite pela guerra, o ministro tinha certeza de que os EUA jamais admitiriam que a península fosse unificada sobre a bandeira da Liga pela Independência do Vietnã e a RPC, já desgastada por duas décadas de guerra contínua, não teria condições de combater uma nova intervenção estadunidense (Keith, 1989, p. 71).

Convencer a liderança vietnamita a frear o avanço de seu exército após atingir uma vitória incontestável se prova um grande desafio, os EUA demandavam as independências

---

<sup>111</sup> Figura folclórica chinesa, que após ser derrotada em combate por um monge taoista se refugia em uma caverna onde descobre os segredos do fogo e os utiliza para desafiar o monge mais uma vez.

<sup>112</sup> Em 1954 a Coreia do Norte ainda era mais populosa do que a Coreia do Sul e as delegações estadunidense e sul coreana acreditavam que qualquer referendo resultaria em uma anexação do Sul pelo Norte. (Hobsbawn, 1994).

separadas de Vietnã, Laos e Camboja, enquanto tropas vietnamitas haviam se espalhado pela península e sua liderança reivindicava cada vez mais territórios. Mesmo que as negociações entre Zhou Enlai e Ho Chi Minh durante o recesso da conferência de Genebra marquem os primeiros pontos de tensão entre a Liga pela Independência do Vietnam e a RPC<sup>113</sup>, o ministro chinês ainda consegue convencer seus aliados vietnamitas a interromperem o avanço de suas tropas, concordando com um cessar-fogo e com a unificação posterior do Vietnã por meio de um referendo. Tendo convencido Ho Chi Minh a frear seu avanço na península, lhe explicando como a RPC não tinha condições de combater uma nova intervenção estadunidense, Zhou deixa Ho na Suíça negociando os detalhes do cessar-fogo com um satisfeito Mendés-France, enquanto viaja de volta para a China a fim de se reunir com a liderança do Laos e do Camboja. Após extrair garantias de que os dois novos países não se juntariam a pactos de defesa liderados por qualquer superpotência, contribuindo assim para a formação de uma rede de nações neutras na região, Zhou se aproveita dos últimos dias de recesso da conferência para viajar até a Índia a fim de solidificar as relações com Nehru (Zhang, 2007, p. 218).

Já há algum tempo, as duas nações asiáticas vinham falando línguas similares no que diz respeito a sua política externa, mas a delicada condição chinesa como possível campo de batalha de uma terceira guerra mundial, fortalecia o militarismo dentro do PCC enquanto enfraquecia a posição daqueles que buscavam uma política externa menos combativa. Independente da afinidade entre Nehru e Zhou ou da qualidade dos discursos do ministro chinês, a diplomacia da RPC ainda se encontrava limitada pelos comandos de Beijing e por uma confusão quanto aos verdadeiros objetivos da política externa chinesa. Neste sentido, a participação na Conferência de Genebra e as viagens realizadas por Zhou durante o período são instrumentais para conceitualização do que se tornaram as principais diretrizes da política externa chinesa (Zhang, 2007, p. 519). É durante as reuniões com lideranças da península indochinesa, em que ouvimos Zhou se referir pela primeira vez ao conceito de “coexistência pacífica”<sup>114</sup>, isto é, um valor básico que deveria ser utilizado como elemento norteador para as relações diplomáticas entre a RPC e seus vizinhos. Mesmo que esta primeira versão do conceito não seja tão bem elaborada quanto aquela apresentada durante Conferência de

---

<sup>113</sup> As negociações de Genebra e a “traição chinesa” serão lembradas por Ho Chi Minh como o momento em que a RPC rouba a independência do Vietnã, narrativa que é amplamente difundida durante a guerra sino-vietnamita de 1979. (Teacup Media, 2015)

<sup>114</sup> O termo cunhado por Zhou se torna uma espécie de lema da política externa chinesa e os “cinco princípios fundamentais para uma coexistência pacífica” se transformam na estrela-guia da diplomacia chinesa até os dias de hoje.

Bandung um ano depois (Enlai, 1989, p. 128), ela ainda marca um enorme avanço para a construção de uma diretriz de política externa clara e consistente para a RPC.

Após celebrar o acordo firmado com lideranças da Indochina diante de uma animada plateia de jornalistas europeus<sup>115</sup>, Zhou se reúne com Mao Tsé-Tung para receber a notícia de que sua atuação em Genebra e os acordos firmados com lideranças indochinesas não haviam agradado apenas aos europeus, o ministro das relações exteriores contaria agora com apoio total do PCC além de uma maior liberdade em suas tomadas de decisão (Zhang, 2007, p. 519). Armado então com o apoio do presidente e do partido, Zhou atende a um convite de Nehru e visita a Índia antes de retornar para Genebra, em um encontro que resultaria no que ficou conhecido como o Pacto Sino-Indiano de 1954 (Lintner, 2018). Nesta ocasião, quaisquer conflitos herdados pela administração britânica na região dos Himalaias são esquecidos<sup>116</sup> enquanto a *Panchsheel* de Nehru se combina a coexistência pacífica de Zhou, resultando nos “cinco princípios para a coexistência pacífica”, segundo os quais o pacto é firmado:

- Respeito mútuo pela integridade territorial e soberania um do outro;
- Pacto de não-agressão;
- Não interferência nos assuntos internos um do outro;
- Igualdade nas relações diplomáticas;
- Cooperação para o benefício mútuo<sup>117</sup>.

A visita para a Índia realizada ao longo da última semana de Junho de 1954, ainda durante o recesso da conferência de Genebra, é principalmente lembrada pela assinatura do importante Pacto Sino-indiano de 1954 e pelo nascimento dos “5 pontos para coexistência pacífica”. Entretanto, ela também resultou em diversas reuniões entre Nehru e Zhou onde o líder indiano descreve seu sonho de uma Ásia que se comporta como uma “zona pacífica”, neutra e livre de bases militares estrangeiras (Zhang, 2007, p. 519). Proveniente do protagonismo que conflitos de descolonização detêm na política externa indiana e do desejo de não alinhamento na nova configuração internacional bipolar dos anos 50, o projeto indiano

---

<sup>115</sup>Zhou fez questão de convidar um conjunto de jornalistas europeus para participarem do jantar de celebração organizado em conjunto com as lideranças da Indochina. Tal movimento gera uma série de matérias e notícias positivas entre a mídia europeia em um momento em que a Conferência de Genebra retornava aos seus trabalhos.

<sup>116</sup> Também conhecido como o “Acordo de relações comerciais entre a Região do Tibete da China e a Índia”, foi o primeiro momento em que o governo indiano reconheceu as reivindicações chinesas sobre o Tibete. (Lintner, 2018).

<sup>117</sup> Mesmo que o acordo seja mais lembrado pela cunhagem dos princípios da coexistência pacífica, ele ainda estipula uma série de rotas comerciais e regulações no trânsito ao longo da fronteira sino-indiana, representando um importante esforço de abertura comercial pré-Deng Xiaoping. (Zhang, 2007).

de uma rede neutralista que se estende por todo o Sudeste Asiático e pelo Oriente Médio agrada muito à Zhou. Além de já se aproximar da resolução para o conflito na Indochina, desenhada pelo ministro chinês alguns dias antes de sua visita à Índia, a proposta de uma rede de países neutros ao longo da Ásia poderia representar uma forma de diminuir as tensões no continente e evitar uma nova intervenção estadunidense, poderia garantir a RPC algum espaço de manobra para driblar quaisquer sanções Ocidentais e talvez até mesmo diminuir a crescente e preocupante<sup>118</sup> dependência chinesa frente à URSS.

Assim, as políticas externas dos dois países se entrelaçam e Zhou declara que a RPC estaria totalmente comprometida com a expansão da “rede de neutralidade” pela Ásia, os “cinco princípios para a coexistência pacífica” assinados entre os dois países durante a mesma visita diplomática, seriam apresentados as demais nações da Ásia e deveriam se tornar a pedra angular da diplomacia entre os componentes da “rede de neutralidade”. Mais do que isso, pela primeira vez desde sua fundação, um representante da RPC afirma publicamente que o país não tinha nenhuma intenção de exportar sua revolução<sup>119</sup>, sugerindo também que o PCC estava disposto a revisar a política de cidadania chinesa, assunto muito caro aos países que receberam grandes quantidades de refugiados durante os anos de guerra.

Trata-se de um lento deslocamento que já vinha se manifestando desde que surgem os primeiros pontos de tensão entre a RPC e a URSS e que se materializa durante a visita de Zhou à Índia em 1954, neste momento a China se identifica como uma nação de terceiro mundo e pronuncia seu desejo de afastar-se do segundo mundo. Por sua vez, este deslocamento da política externa chinesa, manifesto durante a visita de Zhou a Índia, é realizado em um momento extremamente oportuno, ocasionado não apenas pelo desenvolvimento das discussões da Indochina nos salões de conferência em Genebra, mas que também é motivado pelos avanços da própria política externa indiana. Diferente da política externa idealizada por Zhou, que ainda estava em vias de conceitualização e que se esforçava para conquistar corações e mentes dentro do PCC, a política externa da Índia se encontrava em um estado mais desenvolvido (com metas mais bem definidas e com maior apoio do governo) e já havia começado a se associar com outras nações asiáticas que contemplavam objetivos similares em suas agendas de política externa (Prashad, 2007).

---

<sup>118</sup> O risco de atividades subversivas soviéticas e que ocasionaram a submissão da RPC frente à URSS (Teacup Media, 2015).

<sup>119</sup> Devemos lembrar como a perspectiva de intervenção estrangeira chinesa era um poderoso elemento de intimidação, sua renúncia desagradada em frações mais beligerantes dentro do PCC e marca uma ruptura entre o ELP e o Ministério de Relações Internacionais comandado por Zhou (Zhang, 2007).

Mais especificamente, a proposta de uma conferência que reunisse as novas nações livres da Ásia já vinha sendo discutida entre a Índia e outras nações do continente. Durante a visita de Zhou, após o ministro chinês categoricamente posicionar a China como uma nação de terceiro mundo, Nehru estende um convite para que a RPC participe desta conferência ainda em planejamento, sugerindo também que Zhou visitasse outras nações responsáveis pela organização do evento com o objetivo de garantir maior legitimidade ao convite ofertado pelo líder indiano. Por sua vez, o embrião da Conferência de Bandung<sup>120</sup> e o convite estendido por Nehru, são vistos por Zhou como uma oportunidade única de convencer o restante do PCC da viabilidade de uma política externa que prioriza suas relações com o terceiro mundo, afinal tal conferência colocaria fim às dúvidas quanto ao real grau de independência das novas nações asiáticas frente os antigos colonizadores europeus e a nova superpotência estadunidense.<sup>121</sup>

Determinado em aproveitar a oportunidade apresentada por Nehru durante sua visita à Índia, Zhou imediatamente viaja para Burma com o intuito de se reunir com U Nu e solidificar o convite a Bandung ofertado pelo líder indiano. Durante esta reunião os cinco princípios para a coexistência pacífica são novamente acionados e a falta de interesse chinês em exportar sua revolução será mais uma vez ressaltada, U Nu por sua vez enfatiza o temor que muitos burmenses compartilhavam do gigante no Norte, garantindo que a visita de Zhou tranquilizava muitas pessoas e promoveria as relações amigáveis entre os dois países. Nesta reunião a questão da população chinesa em terras estrangeiras também será levantada por U Nu, mas como Zhou ainda não tinha a capacidade de fazer garantias sobre o assunto, ele apenas ressalta como a RPC planejava revisar o estatuto de cidadania da população chinesa no exterior em um futuro próximo, enfatizando inclusive que uma delegação estava sendo preparada para discutir o tema com a Indonésia (país que havia recebido muitos refugiados chineses durante os anos de guerra). Trata-se também de um raro caso onde a reunião é transcrita e posteriormente publicada:

**U Nu:** A população de Burma é apenas de dezoito milhões. E a província de Yunnan, na China, sozinha tem de dezesseis a vinte milhões de pessoas. Portanto, a população de Burma é igual apenas à de uma das províncias da China. Burma tem alguns receios em relação à China e espera que a China respeite a integridade territorial de Burma. Excelência, por favor, perdoe nosso medo da China. Quero apresentar um apelo à sua Excelência (não mencionado na declaração conjunta),

<sup>120</sup> Embora os organizadores de Bandung já estivessem em contato e considerassem a realização da conferência em Junho de 1954, ela ainda não tinha um anfitrião definido e seu planejamento real acontece no final do mesmo ano durante a Conferência de Bogor.

<sup>121</sup> Estas considerações eram muito difundidas entre os planejadores da PRC e representavam grandes obstáculos à adoção da política externa pensada por Zhou. (Zhang, 2007, p. 521)

acreditamos que a China é nosso irmão mais velho, esperamos que a China possa tomar medidas para eliminar nosso medo.

**Zhou Enlai:** O primeiro-ministro Nehru discutiu esse assunto comigo uma vez. Ele disse que os países pequenos ao redor dos dois países, Índia e China, têm esse tipo de pensamento. No passado, eu sabia um pouco; desta vez, após conversar com o primeiro-ministro Nehru, entendi ainda mais. Exatamente por essa razão, enquanto estava na recepção de jornalistas em Delhi, escolhi especificamente uma pergunta para responder. Eu disse que de todos os países do mundo, independentemente de serem grandes ou pequenos, fortes ou fracos, independentemente de diferenças em sistemas sociais, desde que lidem com as relações entre si usando os cinco princípios do acordo entre China e Índia, então todos podem conviver pacificamente.

Com relação a esse aspecto, posso dizer pessoalmente e francamente ao primeiro-ministro U Nu que a política da nova China é a política de paz. Estamos dispostos a seguir esses cinco princípios de respeitar a soberania territorial um do outro, não agredir mutuamente, não interferir mutuamente nos assuntos um do outro, benefícios iguais e mútuos, coexistir pacificamente e conviver com todos os países do mundo...

...Quanto ao território, a China já é um lugar grande com uma grande população. A política de fundação de nossa nação é tornar nosso próprio país grande. Não temos ambições territoriais. Agora que estou fazendo esta declaração, o primeiro-ministro U Nu pode acreditar nisso. No passado, participamos de muito poucas atividades internacionais. Esta é a primeira vez que participamos da conferência de Genebra. O motivo é que já estamos muito ocupados com assuntos internos, não podemos lidar com tudo. Estamos dispostos a estabelecer relações com nossos vizinhos e conviver pacificamente com eles. (Enlai; U Nu, 1954) (tradução nossa)

Zhou retorna a Genebra com a áurea de um general vitorioso, durante o curto recesso ele trouxe os vietnamitas para a mesa de negociação com os franceses, aproximou a RPC de seus vizinhos asiáticos, garantiu um lugar no que viria a ser a Conferência de Bandung e construiu bases sólidas para a Nova Diplomacia. Adicionalmente, toda a “campanha diplomática” (Zhang, 2007, p. 519) de Zhou durante o recesso é amplamente divulgada e noticiada, efetivamente redesenhando a imagem da China diante do mundo e silenciando críticos que diminuíram a RPC a uma posição de satélite soviético. Diplomatas estadunidenses assistem incapacitados enquanto toda a conferência assina os termos acordados entre os líderes franceses e vietnamitas, que prometiam respeitar o cessar fogo e os resultados de um futuro referendo pela unificação do Vietnã. Afirmando então que a assinatura de um tratado já assinado pela RPC implicaria no reconhecimento deste país pelos EUA, os representantes estadunidenses deixam o salão de conferência sem se comprometerem a respeitar o que havia sido acordado (Enlai, 1989, p. 155).

## 8.6 Os discípulos de Cǎi Shén<sup>122</sup>

O fato de os EUA serem o único país que se recusa a assinar os acordos de Genebra gera apreensão sobre o destino do Vietnã, mas não o suficiente para acabar com o clima de comemoração compartilhado entre os delegados chineses. Durante os últimos dias da Conferência de Genebra, Zhou colhe os frutos do trabalho realizado ao longo do evento, se reunindo com representantes da Inglaterra e da França para discutir mais a fundo o destino do sudeste asiático e concedendo entrevistas para uma animada mídia europeia.<sup>123</sup> Acima de tudo, a atuação chinesa na conferência de Genebra é considerada pelo PCC como uma "vitória diplomática" (Zhang, 2007, p. 522) contra os EUA, que foi capaz de convencer muitos do caráter pacífico dos objetivos de política externa chinesa, expor ao mundo a hostilidade estadunidense em relação a RPC e abrir novos horizontes diplomáticos para o país, efetivamente contornando as tentativas de isolamento da China comandadas pelos EUA. Consequentemente, novas figuras importantes dentro do PCC passam a apoiar as propostas de política externa de Zhou enquanto sua posição dentro do partido se fortalece cada vez mais.

Os militares que acreditavam na vitória militar incontestável como a única forma de se atingir as reivindicações da PRC se tornam menos vocais e aqueles que se opunham à participação da RPC em Bandung, uma conferência que receberia representantes do KMT, se tornam menos numerosos. Logo, a discussão dentro do PCC não questionava mais se deveriam participar da Conferência de Bandung, mas sobre como a RPC deveria se comportar no evento. Muitos acreditavam que este era o momento de colher os frutos do trabalho do ministério das relações exteriores, de expor as injustiças cometidas contra a China pelos EUA e de apresentar as reivindicações da RPC diante de um fórum mais imparcial que a ONU (Shao, 1986).

Este não era o caso de Zhou, a memória recente de suas visitas no Sul da Ásia o havia convencido de que Bandung não seria o local de apresentar demandas chinesas, mas sim de estabelecer conexões e dar continuidade ao esforço de construção da imagem internacional da Nova China (Zhang, 2007, p. 521). Como U Nu havia dito durante a reunião entre os dois políticos em Burma, seria necessário que a RPC oferecesse sinais concretos para a diminuição do temor que muitos dos novos países asiáticos sentiam em relação à China. Por mais que os pronunciamentos feitos por Zhou em sua "campanha diplomática" houvessem

---

<sup>122</sup> Divinidade chinesa relacionada à riqueza, muito famosa entre as comunidades chinesas no exterior.

<sup>123</sup> A esta altura a mídia europeia já havia se apaixonado por Zhou, comparando-o a famosos diplomatas e políticos ocidentais enquanto exaltavam sua calma, flexibilidade e seu domínio da língua francesa. (Keith, 1989, p. 75).

agradado líderes como U Nu ou Nehru, para que os laços de amizade entre a RPC e seus vizinhos continuassem a se estreitar seria necessária uma prova concreta da boa vontade chinesa. Por sua vez, essa evidência deveria se apresentar na forma de uma reformulação do estatuto de cidadania na China, assunto que é levantado nas reuniões realizadas durante o recesso de Genebra e que Zhou identifica como um tópico extremamente sensível para os países que receberam grandes quantidades de refugiados chineses<sup>124</sup>.

Ao longo dos anos de guerra na China, quantidades cada vez maiores de pessoas foram gradativamente se refugiando em países vizinhos. Esse fenômeno se torna especialmente significativo durante os anos de invasão japonesa, quando a brutalidade da ocupação nipônica produz uma enorme quantidade de refugiados, que chegam a se tornar parte expressiva da população total de colônias como Malásia ou Indonésia (Han, 2019). Essas populações logo descobriram que seria impossível fugir da brutalidade japonesa, pois a ofensiva nipônica continuava a avançar pelo pacífico derrubando uma colônia atrás da outra sem dar sinais de perder fôlego. Na medida em que o Japão ocupava os territórios europeus do Pacífico, suas forças de policiamento destacavam as populações de refugiados chineses como principal foco de potenciais rebeldes, dedicando um esforço especial de repressão sobre essas comunidades que resultou em diversos massacres.<sup>125</sup>

Encurralados, muitos destes refugiados pegam em armas e se dedicam a combater os japoneses nas colônias ocupadas, se juntando a exércitos rebeldes locais ou montando suas próprias células de resistência. Assim, quando Japão se rende em setembro de 1945, muitas das regiões que haviam sido ocupadas no Pacífico têm de conviver com expressivas comunidades de refugiados chineses que haviam se armado e organizado durante os anos de guerra, algo que poderia se tornar uma arma formidável nas mãos de quem quer que fosse o vencedor da guerra civil chinesa (Han, 2019, p. 521). Adicionalmente, essas populações refugiadas foram instrumentais para o abastecimento da China durante a guerra contra o Japão, enviando quantidades significativas de recursos para as forças de resistência por meio da “South China Relief Road”<sup>126</sup> e ajudando no financiamento do esforço de guerra. A importância econômica dessas comunidades de refugiados também permanece como um fator importante no pós guerra, afinal o apoio financeiro dessas populações era essencial para o financiamento do esforço de reconstrução da RPC em um contexto de isolamento imposto

---

<sup>124</sup>O estatuto de cidadania na RPC também era um assunto sensível aos ingleses, ansiosos por manter alguma influência sobre suas colônias que haviam recebido muitos refugiados chineses. (Chin, 2015)

<sup>125</sup> Por exemplo, o massacre de Sook Ching de 1942 em Singapura (Chin, 2015).

<sup>126</sup> Rota de abastecimento na região do Sul da China, amplamente usada pelas forças de resistência chinesas durante a invasão japonesa.



pelos EUA, além disso, alguns dos refugiados chineses também haviam conseguido acumular considerável influência dentro das sociedades que os receberam, tornando-se potenciais lobistas capazes de contornar as tentativas estadunidenses de isolar a China (Chin, 2015, p. 48).

Acima de tudo, as comunidades de chineses no exterior eram igualmente importantes para a RPC e o KMT. Os remanescentes nacionalistas baseados na Ilha também contavam com o financiamento proveniente destas populações e se esforçavam para conseguir o apoio de indivíduos influentes, capazes de reforçar a reivindicação do KMT como legítimo governante da China. Assim, a disputa pelo apoio das populações chinesas no exterior se transforma em mais do que uma competição por fontes de financiamento, tornando-se uma disputa pelo reconhecimento internacional e pelo direito de representar o país na ONU (Han, 2019, p. 583).

Antes da Conferência de Genebra, qualquer proposta de mudança no estatuto de cidadania seria inimaginável e as lideranças do PCC estavam convencidas de que a RPC deveria fazer tudo o que fosse necessário para garantir sua influência sobre estas comunidades (Chin, 2015, p. 50). Quando Zhou retorna a China em 1954 enaltecido pela “vitória em Genebra” (Zhang, 2007, p. 522), o estatuto de cidadania das populações chinesas no exterior volta a ser discutido e o ministério das relações exteriores, muito fortalecido pela atuação de seus diplomatas em Genebra, defende a abolição da política de dupla nacionalidade com países onde a população chinesa era mais expressiva. A ascensão de Zhou dentro do PCC neste período é fundamental para a modificação na política de nacionalidade, 1954 pode ser considerado o ponto máximo de sua carreira e o momento em que deteve maior influência dentro do partido. O ministério das Relações Exteriores comandado por Zhou, protagonizou a revisão do estatuto de cidadania, se mostrando capaz de convencer muitos dentro do PCC dos benefícios resultantes de uma aproximação com os novos países da Ásia e da consequente necessidade de uma concepção mais flexível de nacionalidade.

A importância deste momento não deve ser subestimada, pois a lei de nacionalidade baseada no direito *jus sanguinis* da linhagem paterna foi promulgada ainda durante a dinastia Qing em 1909 (Chen, 1984), e havia sido preservado por todo governante da China desde então. A lei de nacionalidade previa o reconhecimento da cidadania chinesa dos indivíduos independente do local onde tivessem nascido, contanto que seu pai fosse um cidadão chinês, dessa forma, os governos da China garantiam alguma justificativa para intervir em seus vizinhos dotados de populações chinesas minimamente numerosas.

Da mesma forma, o interesse nas populações chinesas do exterior é uma constante desde os primeiros governos imperiais que formularam esta lei<sup>127</sup>, representando um dos principais focos de política externa para os governantes da China independentemente de sua ideologia política. A alteração em uma lei tão antiga e que afeta um instrumento geopolítico tão importante para o país, apenas se torna possível devido a convergência de diferentes fatores no ano de 1954: a ascensão de Zhou Enlai dentro do PCC, o isolamento imposto pelos EUA, a devastação do país nos pós-guerra, a guerra civil contra o KMT, a influência soviética na RPC, as independências das colônias asiáticas, a vitória em Genebra e finalmente, o convite para a Conferência de Bandung.

Assim, Zhou se prepara para representar a RPC na primeira conferência Afro-Asiática em Bandung armado com aquilo que seus vizinhos mais desejavam, uma prova concreta do desejo de paz da Nova China. Nenhuma das reivindicações tradicionais da RPC seriam apresentadas durante a conferência, os cinco princípios para a coexistência pacífica iriam orientar a ação de seus diplomatas e deveriam ser apresentados a todos os representantes presentes no evento (Enlai, 1989, p. 160). Acima de tudo, um tratado de dupla nacionalidade deveria ser firmado e publicamente celebrado entre a RPC e a Indonésia<sup>128</sup> durante os dias de realização da conferência, uma delegação havia sido previamente enviada ao país e já discutia as especificidades do tratado. Neste momento, a RPC passaria a reconhecer a cidadania indonésia dos refugiados chineses e renunciaria a sua capacidade de usar estas populações para influenciar o governo da Indonésia, a prova final e irrefutável do desejo de paz da Nova China e de sua boa vontade com os novos vizinhos.

## 8.7 O império contra-ataca

Retrospectivamente, Zhou afirmaria que seu maior erro foi falhar em reconhecer o tamanho do apetite dos EUA, algo que deveria ter sido claramente visível quando o país foi o único que se recusou a assinar os acordos de Genebra sobre o destino da Indochina (Keith, 1989, p. 79). Por mais bem sucedida que houvesse sido a construção da Nova Diplomacia, a atuação chinesa em Genebra não provocou reações apenas dentro da RPC, mas também nos EUA, se o PCC celebra a conferência como uma vitória, Eisenhower repreende duramente seus diplomatas pelo que considerou uma catástrofe (Zhang, 2001, p. 203). Genebra anunciou

---

<sup>127</sup>A lei de nacionalidade pensada em 1909 tinha como um de seus principais objetivos garantir influência imperial sobre as ilhas de Java e Sumatra (Chen, 1984, p. 282).

<sup>128</sup> Além de ser um país que recebeu grandes quantidades de refugiados chineses, a Indonésia era o anfitrião da Conferência de Bandung e Sukarno era prestigiado e respeitado internacionalmente.

o fracasso da supressão da RPC por meios econômicos e diplomáticos, os diplomatas chineses haviam constrangido os novos países da Ásia e até mesmo algumas nações europeias que apoiavam os interesses estadunidenses, os EUA saíram de Genebra com a imagem de principal agressor do Extremo Oriente enquanto a RPC reafirmou sua posição internacional como nação comprometida com a paz. Como se não bastasse alguns aliados da vanguarda asiática, que já haviam expressado seu descontentamento quando os EUA concordaram em participar de uma conferência com RPC, começaram a questionar a capacidade estadunidense de conter o avanço do comunismo na Ásia.

Em especial os governos de Taiwan e da Coreia do Sul, consideravam que a obtenção do reconhecimento internacional pela RPC seria o mesmo que uma sentença de morte para suas independências, sobretudo no caso do KMT, que ataca desesperadamente as costas da China durante a conferência com o objetivo de incentivar alguma reação pelos EUA. Estes governos, que se viam como a primeira linha de defesa contra uma inevitável onda vermelha, começaram a cobrar dos EUA maior comprometimento com a defesa da Ásia e ações mais firmes contra a RPC (Jian, 2001, p. 170), convencendo Eisenhower de maneira definitiva que seus principais aliados no confronto contra a China seriam seus aliados da Ásia, e não os tradicionais parceiros da Europa.

Encerrada a conferência de Genebra, os EUA anunciam imediatamente a criação da “Organização do Tratado do Sudeste Asiático” (OTASE)<sup>129</sup> e firmam um pacto de defesa com o KMT, afirmando que viriam em sua defesa caso a ilha de Taiwan fosse atacada<sup>130</sup>. O nível de colaboração militar entre os EUA e os países da vanguarda asiática será gradativamente incrementado, com muitos exércitos e funcionários de inteligência passando a receber equipamentos e treinamento estadunidense enquanto suas instituições se alinham cada vez mais segundo um único objetivo principal, a contenção do comunismo na Ásia. A expansão dos programas de assistência financeira e material dos EUA para a Ásia também começam a ser planejados neste momento, embora os repetidos pedidos de um Plano Marshall para a Ásia já viessem se acumulando no congresso dos EUA desde a derrota japonesa, a “Catástrofe de Genebra” (Zhang, 2001, p. 2005) fornece o impulso necessário para que estas propostas ganhassem tração nos fóruns políticos dos EUA e fossem eventualmente aprovadas

---

<sup>129</sup> Inicialmente assinado entre Nova Zelândia, Austrália, Filipinas, Tailândia, Paquistão, EUA, Inglaterra e França. Mesmo que a conferência de Genebra houvesse aproximado a RPC da França e da Inglaterra, ou que seus governos se opusessem às tentativas de isolamento da China impostas pelos EUA, em última instância estes países ainda dependiam da colaboração com os EUA para garantir sua influência sobre os antigos territórios coloniais.

<sup>130</sup> Embora acordos de cooperação militar já tivessem sido assinados e frotas estadunidenses já houvessem sido enviadas para intimidar a RPC, o ano de 1954 assiste a criação do primeiro pacto de defesa formal entre Taiwan e os EUA (Jian, 2001).

no ano de 1957. Assim, se a Conferência de Genebra anuncia o fracasso das tentativas de supressão da China, ela também leva à revitalização da atividade estadunidense na Ásia e inaugura uma nova e perigosa época, onde os EUA adotam um curso de ação mais ousado no continente.

## 8.8 A Princesa da Caxemira

Em abril de 1955 Zhou se preparava para representar a RPC na Conferência de Bandung, como as aeronaves disponíveis na China ainda estavam sob o comando do exército e ocupadas na guerra contra o KMT, o ministro teria de viajar para a Indonésia a partir de Hong Kong, em um avião oferecido pela Índia que foi batizado como: “Princesa da Caxemira”. Após os passageiros embarcarem a aeronave decola com destino final em Jacarta, mas depois percorrer metade de seu trajeto, uma bomba é detonada e a Princesa da Caxemira afunda no Mar do Sul da China (Tsang, 1994).

Agentes enviados pelo KMT e equipados com explosivos estadunidenses haviam preparado um dispositivo na aeronave, Zhou foi avisado alguns momentos antes do atentado e pode escapar com vida, mas a inteligência da RPC julgou necessário deixar o restante da delegação embarcar com o objetivo de revelar a identidade dos responsáveis (Hong, 2015). Enquanto a aeronave levantava voo, agentes da RPC trabalhavam junto da inteligência inglesa na cidade, em uma operação que eventualmente revelaria o KMT e os EUA como autores do atentado contra a delegação enviada para a Conferência de Bandung (Tsang, 1994, p. 772). Trata-se de um episódio que demonstra a posição dos países envolvidos no teatro da Guerra Fria na Ásia e reforça a importância histórica de Bandung, ilustrando como o evento se torna um ponto de encruzilhada entre diferentes propostas para o futuro do continente.

O KMT e a vanguarda asiática haviam percebido que a Nova Diplomacia de Zhou representava uma arma tão perigosa quanto os canhões do ELP, por sua vez Eisenhower aprende as lições de Genebra e reconhece que estes países seriam seu principal aliado na luta contra o comunismo na Ásia, autorizando o envio de equipamentos e um aumento da cooperação militar e de inteligência entre os EUA e a vanguarda asiática. Incapaz de se opor abertamente às vontades do governo de Eisenhower, a Inglaterra se acostuma com seu novo papel de coadjuvante, utilizando do subterfúgio para manipular os eventos a seu favor e garantir que o ministro chinês chegasse à Indonésia. O próprio avião destruído pelos agentes do KMT, foi emprestado por Nehru e batizado segunda as esperanças depositadas pela Índia

em sua decolagem. O voo da Princesa da Caxemira representava a materialização de todo o trabalho desenvolvido pelos diplomatas da Índia, da RPC e do Sudeste Asiático ao longo do ano de 1953, um trabalho que levou a reformulação da política externa da RPC e a consolidação da Nova Diplomacia, resultado no próprio convite para a conferência de Bandung oferecido a RPC. Estas posições serão novamente demonstradas quando Zhou chega na cidade de Bandung (Keith, 1989, p. 83), embora o atentado contra sua vida e todo o trabalho realizado durante a Conferência de Genebra tenham conquistado a simpatia de muitos dos representantes presentes na Indonésia, a vanguarda asiática se expandiu e organizou<sup>131</sup>, estando pronta para atacar a RPC nos salões de Conferência.

São enviados ao todo quatro relatórios para Beijing relatando as atividades da delegação chinesa e o desenvolvimento da Conferência de Bandung (Zhang, 2007, p. 523), no primeiro deles Zhou descreve como as delegações da conferência se dividiram entre um grupo que se orientava segundo uma lógica internacional bipolar que pretendia dividir os países representados, e um segundo grupo, que se orientava segundo noções de anti-imperialismo e buscava terreno comum entre as nações asiáticas. Países como Tailândia e Filipinas tentam direcionar o espírito anticolonialista que possibilitou a realização da conferência de Bandung contra Zhou, se juntando ao KMT em denúncias feitas contra o colonialismo comunista enquanto acusam a RPC de um expansionismo agressivo em suas regiões fronteiriças. Outras nações como Turquia e Paquistão, também já haviam firmado acordos militares com os EUA e embora não atacassem os delegados chineses tão abertamente quanto a vanguarda asiática, ainda se juntavam as denúncias feitas contra o colonialismo comunista de maneira geral (Keith, 1989, p. 85).

Por outro lado, a atuação internacional de Zhou nos anos anteriores e o atentado contra a Princesa da Caxemira em pleno trajeto para a Conferência de Bandung conquistou a simpatia de alguns dos delegados presentes. Isso já seria o suficiente para alinhar muitas das nações representadas ao lado chinês, mas a vanguarda asiática também ataca pontos específicos da Nova Diplomacia de Zhou Enlai, como os cinco princípios para a coexistência pacífica ou a ideia de um bloco de nações não alinhados<sup>132</sup>, tópicos que já não eram particulares a política externa da RPC desde a conferência de Genebra em 1954. Assim, a delegação chinesa não tem de se defender dos ataques realizados pelos aliados dos EUA

---

<sup>131</sup> A Tailândia se junta à rede de aliados estadunidenses durante o ano de 1954, Bangkok se torna inclusive quartel general da Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO).

<sup>132</sup> Acima de tudo, a vanguarda asiática sugere que a ideia de um bloco de nações não alinhadas seria uma nova forma de imperialismo chinês ou comunista disfarçado (Keith, 1989, p. 85).

durante as reuniões da conferência, pois um conjunto de nações mais próximas a RPC e lideradas pela Índia vem em sua defesa propondo inclusive um sexto ponto para os cinco princípios da coexistência pacífica, segundo o qual pactos de defesa frente algum ataque estrangeiro deveriam ser diferenciados de blocos de nação que pretendiam se disfarçar como simples pactos de defesa coletivos (Keith, 1989, p. 86). Os aliados mais influentes dos EUA que estavam presentes em Bandung e tinham seus próprios interesses na conferência, logo intercedem para evitar que a discussão saísse de controle ao ponto de comprometer o evento como um todo. No pronunciamento público de sua delegação, o Paquistão se esforça em diminuir as tensões na conferência afirmando que “Quando falavam de imperialismo comunista, os membros da conferência certamente se referiam ao imperialismo soviético, visto que a China era uma nação sem satélites nem pretensões imperialistas.” (Keith, 1989, p. 85)

Por sua vez, Zhou não defende nem ataca a URSS, se recusando a fazer menções durante seus pronunciamentos ao que muitos delegados vinham chamando de “imperialismo soviético”. Mesmo que tivesse antecipado uma posição mais hostil da vanguarda asiática durante a realização da Conferência, Zhou não contava com o tamanho do comprometimento com a nova ordem bipolar internacional que alguns países vinham demonstrando durante o evento (Teacup Media, 2015), especialmente depois do atentado contra a Princesa da Caxemira. Mesmo que o apoio de países influentes como a Índia ou a Indonésia garantissem um lugar de fala para a RPC na Conferência, a plateia contava com numerosos representantes de países que claramente priorizavam suas relações com os EUA em detrimento das relações com os vizinhos asiáticos. Assim, Zhou descarta os discursos que havia organizado previamente e prepara novos pronunciamentos públicos, adotando um tom mais conciliador.

A frase “Seeking common ground while reserving differences” (Enlai, 1989, p. 163) pronunciada durante um dos discursos de Zhou na Indonésia, se torna simbólica e comumente levantada quando historiadores examinam o trabalho da delegação chinesa na Conferência de Bandung. Na ocasião, o ministro reforçava como desejo de paz compartilhado entre as nações do sudeste asiático e evidenciado nos resultados da Conferência de Genebra, corria risco de ser sabotado por aqueles que desejavam ver uma Ásia dividida. Durante estes pronunciamentos, Zhou também sublinha o passado colonial comum as nações presentes e resgata o que havia sido previamente discutido durante suas visitas a Índia e a Burma, isto é, uma descrição da economia chinesa devastada por anos de guerra e de sua conseqüente falta de vontade e capacidade de intervir em assuntos externos. Zhou também reforça mais uma

vez como a revolução chinesa não poderia ser exportada e revisa seus discursos, direcionando algumas palavras para a vanguarda asiática:

“Não há motivo para que as relações entre China e Tailândia, Filipinas e outros países vizinhos não possam ser melhoradas com base nesses cinco princípios. A China está pronta para estabelecer relações normais com outros países da Ásia e da África com base na estrita adesão a esses princípios e está disposta a promover a normalização das relações entre China e Japão. Para promover o entendimento mútuo e a cooperação entre nós, propomos que os governos, parlamentos e organizações populares dos países asiáticos e africanos façam visitas amigáveis aos países uns dos outros.” (Enlai, 1955)

Entretanto, mesmo que nas sessões abertas ao público Zhou tenha se limitado a dançar conforme a música tocada pelas nações presentes em Bandung, não apresentando demandas específicas chinesas e dedicando parte significativa de suas palavras a caracterização do passado colonial comum as nações presentes, o mesmo não se repete nos encontros privados realizados nos hotéis e restaurantes da Bandung. O segundo relatório enviado por Zhou para Beijing (Zhang, 2007, p.523.) descreve como se desenvolveram as discussões privadas realizadas entre o ministro chinês e os representantes presentes na Conferência, neste caso a guerra contra o KMT assume destaque. Zhou havia deixado claro que a RPC buscava uma solução pacífica<sup>133</sup> para o conflito e concordaria em negociar com os EUA, mas jamais aceitaria a participação de representantes do KMT nessas negociações, uma vez que se tratava de um movimento rebelde e não um de um país independente. Durante estas reuniões privadas, Zhou tentou diferenciar duas faces do conflito contra o KMT, uma doméstica, que seria o capítulo final da guerra civil chinesa e que deveria ser resolvida por chineses, e uma segunda face internacional, na qual os EUA tentavam expandir sua esfera de influência na Ásia e enfraquecer a RPC de qualquer maneira possível.

Ainda nestas reuniões, Zhou também enfatiza como o Comintern se tratava de uma organização soviética sem muita relação com a RPC. O ministro ressalta que embora sua nação se aproximasse de seus parceiros soviéticos no que diz respeito a ideologia política, a trajetória histórica da China e os objetivos definidos pela Nova Diplomacia posicionavam o país de maneira definitiva junto de seus vizinhos asiáticos e do nascente Movimento Não-Alinhado. O resultado destas reuniões se torna evidente durante os anos que sucedem a Conferência de Bandung, entre 1955 e 1958<sup>134</sup>, muitos países africanos e asiáticos cujos

<sup>133</sup> Após os EUA se comprometerem com a defesa da ilha de Taiwan, até os membros mais jingoístas do PCC reconhecem a impossibilidade de resolução do conflito por vias meramente militares. (Jian, 2001, p. 171).

<sup>134</sup> Jian (2001) descreve este breve período, entre a realização da conferência em 1955 e a revitalização do furor revolucionário na China em 1958, como uma época dominada pelo "Espírito de Bandung" e pela Nova Diplomacia de Zhou Enlai. Neste período a RPC estabelece relações com países como Egito, Afeganistão, Ceilão, Iraque, Argélia e muitos outros.

representantes haviam se reunido com Zhou durante a Conferência estabelecem relações diplomáticas com a RPC, reconhecendo o governo do PCC e em alguns casos chegando até mesmo a firmar pactos comerciais com a RPC, efetivamente rompendo as tentativas de isolamento da China impostas pelos EUA (Zhang, 2001, p. 205).

Os dois últimos relatórios enviados por Zhou (Zhang, 2007, p. 524) tratam do assunto da dupla nacionalidade e da cooperação econômica. Aqui o ministro considera que as relações informais estabelecidas com os outros países representados em Bandung devem ocasionar laços formais e possivelmente relações de cooperação econômica em algum futuro próximo, mas afirma que a maior conquista da delegação chinesa na Conferência de Bandung foi a assinatura de um tratado com a Indonésia por meio do qual a RPC passava a reconhecer as populações de refugiados no arquipélago como cidadãos indonésios (Chin, 2015, p. 54). A abolição da problemática dupla cidadania, é registrada em um acordo assinado com o anfitrião da Conferência de Bandung e amplamente divulgada durante as sessões do evento, fornecendo a prova final do comprometimento chinês com o princípio de não intervenção nos assuntos domésticos de seus vizinhos. Tal ação será unanimemente parabenizada pelos representantes presentes na Conferência, inclusive pelos anticomunistas mais radicais dentre a vanguarda asiática<sup>135</sup>.

Assim, a ofensiva diplomática dirigida por Zhou Enlai atinge seu ponto máximo durante a Conferência de Bandung em 1955, quando a RPC lança as bases para o estabelecimento de relações amistosas com os países da Ásia e da África e para a eventual garantia de seu reconhecimento internacional. Focando-se nas perspectivas e na necessidade de cooperação econômica ocasionadas pelo passado colonial comum a todas as delegações presentes, Zhou estabelece relações diplomáticas informais que viriam a se desenvolver mais profundamente nos anos seguintes, algumas delas chegando ao ponto de se tornarem relações formais que resultaram no reconhecimento da RPC ou em algum tratado comercial (Enlai, 1989, p. 165).

Convencidos do potencial demonstrado pelo “Espírito de Bandung” e pela incapacidade de uma solução militar para as reivindicações chinesas na região do Mar do Sul da China (Jian, 2001, p. 170), as figuras mais militaristas dentro do PCC se tranquilizam e permitem a condução da política externa chinesa segundo os parâmetros estabelecidos pelos

---

<sup>135</sup> Tailândia e Filipinas recebem a notícia da assinatura do tratado entre RPC e Indonésia com especial entusiasmo. (Teacup Media, 2015).



cinco pontos para a coexistência pacífica. Mais do que isso, o pacto de defesa firmado entre o KMT e os EUA tornava qualquer perspectiva de tomada da ilha de Taiwan por meios militares impossível, uma vez que ela representaria uma guerra direta entre os EUA e a RPC. Por outro lado, a Nova Diplomacia acumulava vitórias e havia conseguido sensibilizar até mesmo alguns membros da vanguarda asiática durante a Conferência de Bandung, provando-se uma ferramenta que poderia oferecer alguma resolução pacífica para a guerra contra o KMT. Assim, após retornar da Indonésia, Zhou supervisiona o estabelecimento de canais de negociação entre a RPC e o KMT, o nível de tensão no Mar do Sul da China começa a diminuir na medida em que um cessar fogo é organizado e Chiang Kai Shek recebe um convite para se tornar membro do Congresso Nacional da China, contanto que a ilha de Taiwan retornasse ao controle da RPC (Jian, 2001, p. 171).

Além disso, pela primeira vez desde sua fundação, a RPC poderia focar seus esforços em planos de reconstrução econômica ao invés de projetos voltados para a garantia da segurança militar do país. A diminuição das tensões na região do Mar do Sul da China e as relações internacionais que foram estabelecidas durante a Conferência de Bandung, significavam que as perspectivas de uma invasão estadunidense ou de um isolamento imposto pelos EUA já não eram mais uma realidade tão próxima, a RPC poderia então dedicar todos os seus esforços para concluir os projetos previstos no primeiro ano de cinco anos promulgado em 1953 (Enlai, 1989, p. 165).

Mesmo que o isolamento da RPC, ocasionado pela revitalização do furor revolucionário chinês e dos golpes de estado aplicados na Ásia pelos EUA durante a década de 60, tenham interrompido os avanços da Nova Diplomacia (Jian, 2001, p. 174), ela ainda serviu como base para a reconstrução da política externa chinesa durante o período de abertura econômica dos anos 70. Mais do que isso, parte do corpo diplomático formado durante a época de Zhou Enlai participou do processo de reabertura e algumas das relações informais estabelecidas pessoalmente pelo antigo ministro são reativadas, garantindo ao principal fundador da Nova Diplomacia um lugar de prestígio no panteão de figuras políticas da RPC.

## 9 A conferência de Bandung

### 9.1 Unidade na Diversidade

Na preparação para a conferência, o Primeiro Ministro indonésio Sukarno enfrentou questões complexas, conforme revelado em uma entrevista concedida ao International News System (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 1). As preocupações internacionais em torno do evento eram palpáveis, refletindo-se em perguntas sobre o potencial papel da RPC e a busca por solidariedade política entre as nações não brancas. Sukarno enfatizou que a luta contra o colonialismo era o objetivo central, uma postura reforçada pela sua decisão de reconhecer apenas a RPC, excluindo a China Nacionalista, e pela inclusão equilibrada dos dois Vietnãs, mas não das Coreias. Esta abordagem diplomática revelou a intenção de equilibrar cuidadosamente as dinâmicas geopolíticas regionais.

Essa visão foi ecoada pelo Primeiro Ministro indiano Jawaharlal Nehru, que, em um discurso ao parlamento indiano, destacou o caráter "experimental" (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 1) da conferência. Nehru argumentou que, dada a falta de contato diplomático prévio entre muitas das nações participantes, a conferência serviria como um palco para a representação dos desafios contemporâneos enfrentados por esses países. Ele via a reunião como um símbolo do desejo coletivo de afastar-se da dominação estrangeira, focando em valores universais como descolonização e anti-racialismo.

Durante a abertura da conferência, Sukarno reiterou esses temas. Ele descreveu o encontro como um momento revolucionário, onde nações afro-asiáticas se reuniam para discutir seu futuro e afirmar sua soberania contra um passado de dominação estrangeira (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 1). A conferência foi apresentada como um grito de autodeterminação e um movimento contra as novas formas de colonialismo que ainda assolavam muitas das nações representadas. Sukarno destacou a conferência como parte de um processo histórico mais amplo de autodeterminação, traçando suas origens até a independência dos EUA, e enfatizou a responsabilidade dessas nações em moldar o futuro, incluindo o papel de frear a corrida armamentista nuclear.

Esses discursos e entrevistas fornecem um pano de fundo vital para entender a Conferência de Bandung. Eles revelam não apenas as aspirações e desafios enfrentados pelos líderes afro-asiáticos, mas também a complexidade das dinâmicas geopolíticas e ideológicas da época. Este capítulo busca desvendar como esses elementos se entrelaçaram durante a

conferência, levando a resultados concretos que refletiam tanto o desejo de solidariedade quanto às realidades políticas do período pós-colonial.

## 9.2 O festival de Bandung

A Conferência de Bandung, além de ser um marco diplomático, transformou-se em um espetáculo festivo sob a gestão do governo de Sukarno, refletindo as aspirações e a política externa da Indonésia no período pós-independência. Esta conferência não apenas forneceu legitimidade ao governo de Sukarno, mas também serviu como uma ferramenta para a consolidação da nação indonésia, em um momento crítico de sua história.

A escolha do período da conferência foi calculada para acomodar as sensibilidades religiosas e políticas, evitando o Ramadan e respeitando os compromissos religiosos budistas, como os de U Nu de Burma. Simbolicamente, a data escolhida também fazia referência à viagem histórica de Paul Revere, um gesto que visava tranquilizar os EUA sobre os objetivos da conferência (Shimazu, 2014).

A cerimônia de abertura da conferência foi meticulosamente planejada para cativar tanto a população local quanto os delegados internacionais. Os delegados iniciaram uma caminhada simbólica dos hotéis reservados para eles até o salão de conferências, uma estratégia que não apenas agradou a população de Bandung, mas também permitiu que os delegados se apresentassem em trajes típicos, representando as particularidades de seus países. Esta caminhada, mais do que um simples percurso, transformou-se em um desfile cultural, com os delegados de Burma em longyis coloridos e os sauditas em vestimentas ornamentadas, capturando a atenção do público.

Além da caminhada, a presença de delegados como Zhou Enlai e Gamal Abdel Nasser, que atraíram particular atenção do público local por sua aparência e carisma, ressaltou a importância do evento. Durante a conferência, diversos eventos culturais foram organizados pelas delegações, como danças cerimoniais, banquetes luxuosos e exibições de filmes, criando um ambiente de celebração e intercâmbio cultural. Estes eventos não apenas enriqueceram a experiência dos delegados, mas também fortaleceram a imagem da Indonésia como uma nação moderna e culturalmente rica. A conferência foi assim, uma oportunidade para Sukarno articular sua visão de "Bhinneka Tunggal Ika" (Unidade na Diversidade) (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 1), falando não só para a comunidade

internacional, mas também para o público indonésio, enfatizando a diversidade cultural do arquipélago.

A cerimônia de encerramento, marcada por discursos e uma grande festa no Hotel Homann, solidificou o sucesso da conferência. Este evento não foi apenas um encontro diplomático, mas uma celebração política e cultural que desempenhou um papel crucial na construção da identidade nacional da Indonésia e no fortalecimento da solidariedade afro-asiática, deixando um legado duradouro tanto para a política interna quanto para a imagem internacional da Indonésia.

### 9.3 A estrutura da conferência

A Conferência de Bandung, realizada entre 18 e 24 de abril de 1955, destacou-se por sua meticulosa organização. A conferência contou com a participação de 29 delegações, incluindo Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Ceilão, Costa do Ouro, Índia, Indonésia, Egito, Etiópia, Iraque, Irã, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, Filipinas, República Popular da China, Sudão, Síria, Tailândia, Turquia, Vietnã do Norte, Vietnã do Sul e Iêmen.

Precedendo a conferência, em 17 de abril, o Presidente Sukarno demonstrou sua visão estratégica ao renomear prédios significativos em Bandung, trocando seus nomes holandeses por nomes em indonésio, preparando assim o cenário para os eventos subsequentes. A cerimônia de abertura, ocorrida na manhã do dia 18, marcou o início das sessões fechadas e dos pronunciamentos das delegações convidadas, que se estenderam até o dia 24 de Abril, sublinhando a complexidade e a importância das questões em discussão.

O papel do secretariado conjunto, organizado após a conferência preliminar de Bogor e em colaboração com a Secretaria Geral do Ministério das Relações Exteriores da Indonésia, foi fundamental. Roeslan Abdulgani<sup>136</sup>, assumiu o papel de Secretário-Geral, com as delegações dos países organizadores contribuindo para a composição deste secretariado. Durante a sessão de abertura no primeiro dia, Ali Sastroamidjodjo<sup>137</sup>, após ser eleito presidente da conferência, realçou a luta contra o colonialismo, o racismo e o subdesenvolvimento econômico, como elementos considerados intrínsecos ao colonialismo que a conferência buscava combater. O discurso de Sastroamidjodjo enfatizou a necessidade

---

<sup>136</sup> Como uma figura proeminente no governo de Sukarno, Abdulgani ocupou várias posições de destaque, incluindo a função de Ministro das Relações Exteriores da Indonésia durante o período de 1956 a 1957.

<sup>137</sup> Primeiro ministro da Indonésia entre os anos de 1953 e 1955.

de uma nova forma de política internacional, centrada na espiritualidade e na cooperação ativa e amigável, desviando-se das noções tradicionais de políticas baseadas no poder.

Nas primeiras decisões da conferência, os delegados concordaram em abordar temas como cooperação econômica, cultural, direitos humanos e auto-determinação, problemas de povos dependentes, paz mundial e cooperação. Foi decidido que as decisões deveriam ser tomadas por unanimidade e que os delegados tinham liberdade para discutir os assuntos levantados. Dois comitês, presididos por membros do governo indonésio e compostos por membros das demais delegações participantes, foram organizados: o Comitê Econômico, com foco em assuntos econômicos, e o Comitê Cultural, com foco em educação e cultura (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 4).

No dia 19 de Abril, o Comitê Econômico se reuniu sob a liderança do ministro dos assuntos econômicos do governo da Indonésia, enfatizando a urgência do desenvolvimento econômico e tecnológico nos países representados. O comitê adotou uma agenda detalhada abordando cooperação em desenvolvimento econômico e comercial, desenvolvimento de energia nuclear para fins pacíficos, entre outros pontos.

O Comitê Cultural, reunido sob a liderança de um membro do governo da Indonésia, decidiu pela formação de um sub-secretariado composto por 12 países, em resposta à grande quantidade de propostas de cooperação cultural apresentadas pelas delegações convidadas.

#### 9.4 As sessões abertas

Os pronunciamentos das delegações na Conferência de Bandung revelaram uma ampla gama de perspectivas e preocupações, evidenciando os desafios enfrentados pelas nações afro-asiáticas naquele contexto histórico global. Esses pronunciamentos, que ocorreram ao longo de todos os dias da conferência, formaram a essência das sessões abertas ao público e à mídia, paralelamente, os comitês especializados conduziram suas deliberações de maneira reservada, em sessões fechadas. Embora os discursos proferidos por todas as 29 delegações presentes sejam passíveis de análise aprofundada, este segmento da dissertação focará especificamente nos pronunciamentos das nações que foram abordadas previamente, oferecendo assim um entendimento mais detalhado de suas posturas e intenções no âmbito da conferência (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 4).

A delegação de Ceylão concentrou-se em uma crítica veemente ao Ocidente pela sua incapacidade histórica em promover a paz, apontando para a ameaça da aniquilação atômica e a necessidade de as nações afro-asiáticas se unirem por uma paz inovadora, baseada em

superioridade moral e espiritual. A delegação sugeriu, acima de tudo, alterações na estrutura da ONU, como o fim do poder de veto ou maior participação das nações menores.

O Egito, por meio de Nasser, apresentou um discurso que destacou o cenário internacional dominado pela disputa entre superpotências e a corrida armamentista nuclear, criando um dilema para a paz mundial. Nasser propôs cinco pontos focados na resolução desse dilema: esforços conjuntos para frear a corrida armamentista, reforma da ONU baseada em direitos humanos, respeito internacional aos direitos humanos, maior autonomia política para as nações menores e uma luta unificada contra o colonialismo.

A Costa do Ouro, em processo de independência, agradeceu pelo convite à conferência e expressou seu apoio a Bandung, destacando a relevância de combater o racialismo e o colonialismo, enquanto se erguia como uma nova nação independente na África. A Etiópia por sua vez, enfatizou a importância da irmandade entre as nações afro-asiáticas, citando a tolerância entre membros de diferentes culturas e religiões como essencial para a cooperação e recomendando que a ONU ouça mais atentamente as vozes do terceiro mundo. O Paquistão, representado pelo seu primeiro-ministro, focou no estabelecimento da paz e na busca por um lugar para as nações afro-asiáticas no cenário internacional, utilizando questões como pobreza e má educação como exemplos de causas de conflitos.

No pronunciamento da delegação chinesa na Conferência de Bandung, houve uma abordagem abrangente que destacou a posição da RPC em relação a várias questões geopolíticas e econômicas significativas. A delegação iniciou seu discurso enfatizando a importância histórica da conferência como um despertar para os povos afro-asiáticos, marcando um novo capítulo de cooperação e desenvolvimento mútuo. Depois disso, a delegação se focou nas questões econômicas, exaltando as realizações do governo chinês, como o plano de cinco anos, e reconhecendo os desafios compartilhados de industrialização e modernização econômica. A RPC expressou seu compromisso com a modernização conjunta das economias de todas as nações presentes, em vez de se posicionar como um centro industrial unidirecional. Em termos de paz e guerra, a RPC viu a paz internacional como favorável ao desenvolvimento econômico, adotando uma perspectiva economicista ao mesmo tempo em que destacou o apoio chinês a causas regionais, como as lutas por Suez, Goa, recursos petrolíferos iranianos, Papua Ocidental e a própria libertação de Taiwan, refletindo assim o sentimento de solidariedade afro-asiática.

Tomando mais tempo que os demais pronunciamentos inaugurais, a delegação chinesa realizou um discurso suplementar onde esclareceu sua postura na conferência, focando em

cooperação e entendimento mútuo (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 6). Zhou Enlai, em particular, abordou as preocupações de Burma sobre as atividades militares nas suas fronteiras chinesas. Ele enfatizou que a RPC não tinha intenções de realizar atividades subversivas contra governos vizinhos, apesar de estar em estado de guerra com as forças de Taiwan.

Além disso, a questão da autonomia concedida a estados chineses com populações minoritárias foi destacada como um exemplo de convívio pacífico e de um mecanismo administrativo comum a muitos países. Este ponto refletiu o esforço da RPC em resolver questões envolvendo cidadãos chineses no exterior de forma pacífica e colaborativa. Em resumo, o pronunciamento chinês em Bandung foi uma mistura complexa de diplomacia econômica, garantias de paz e respostas às preocupações de segurança regional, especialmente de Burma. A abordagem da RPC refletiu uma estratégia cuidadosa e pragmática, visando estabelecer o país como um parceiro cooperativo e confiável no cenário internacional pós-colonial. Estes pronunciamentos demonstraram a complexidade e a diversidade de visões e preocupações presentes na Conferência de Bandung, refletindo o espírito de cooperação e a busca por soluções comuns aos desafios enfrentados pelas nações afro-asiáticas.

## 9.5 Os Resultados Concretos

Na Conferência de Bandung, os pronunciamentos finais dos comitês econômico e cultural, juntamente com a declaração sobre a promoção da paz mundial e cooperação, estabeleceram uma base concreta para a colaboração futura entre as nações afro-asiáticas, refletindo uma consciência aguda das necessidades e desafios no contexto pós-colonial.

O Comitê Econômico destacou a urgência do desenvolvimento econômico, enfatizando a cooperação econômica baseada no respeito à soberania e interesses mútuos. Reconheceu-se a importância da assistência de países fora da região para fomentar o desenvolvimento econômico e os países participantes concordaram em fornecer assistência técnica mútua, incluindo a troca de técnicos, experts e equipamentos modernos, contemplando também o estabelecimento de instituições de pesquisa e treinamento regionais. A conferência também recomendou a criação de um fundo especial da ONU para o desenvolvimento econômico e sugeriu o redirecionamento de parte dos recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento para a Ásia e África. Além disso,

recomendou-se o estabelecimento de uma corporação de finanças internacionais para incentivar empreendimentos conjuntos afro-asiáticos.

A importância vital da estabilização do comércio de commodities na região foi reconhecida, com ênfase no alargamento das trocas multilaterais, embora muitos países ainda dependessem de pactos comerciais bilaterais com nações fora da região. A conferência sugeriu também ações conjuntas para estabilizar os preços de commodities e a adoção de uma abordagem unificada no comércio internacional de commodities. Foi recomendado que os países afro-asiáticos diversificassem suas exportações, refinando matérias-primas antes da exportação e promovendo feiras comerciais intra-regionais. Adicionalmente, a conferência expressou preocupação com as taxas de frete de linhas de navegação e sugeriu um estudo sobre o problema. Além disso, concordou-se que deveria ser incentivada a criação de bancos e seguradoras nacionais e regionais.

O desenvolvimento de energia nuclear para fins pacíficos foi enfatizado como significativo para os países afro-asiáticos. A conferência acolheu a iniciativa de compartilhamento de informações sobre o uso pacífico da energia atômica e recomendou a rápida criação da Agência Internacional de Energia Atômica. A nomeação de oficiais de ligação nos países participantes foi acordada para a troca de informações e ideias e a conferência também recomendou a consulta prévia entre os países participantes em fóruns internacionais, para promover seus interesses econômicos mútuos, sem, no entanto, formar um bloco regional (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 9).

O Comitê Cultural destacou a importância da cultura como um meio vital para promover a compreensão mútua entre as nações. Reconhecendo que as ricas culturas da Ásia e da África, fundamentadas em valores espirituais e universais, sofreram interrupções e descontinuidades devido a séculos de colonialismo, a conferência adotou uma postura firme contra essa realidade. Foi expressa uma condenação veemente à supressão dos direitos culturais e educacionais pelas potências coloniais, uma realidade particularmente flagrante em países como Tunísia, Argélia e Marrocos. Esta condenação estendia-se também à discriminação enfrentada por africanos e pessoas de cor em várias partes do continente africano, demonstrando uma clara postura contra as injustiças culturais e educacionais impostas durante o período colonial.

Além disso, a conferência manifestou apoio explícito à posição do Iêmen no caso de Aden e das partes do sul do Iêmen, que estavam em disputa. Este apoio refletia o compromisso da conferência em abordar e reconhecer as questões de autodeterminação e os direitos culturais das nações afro-asiáticas, realçando a importância de restaurar e revitalizar



as conexões culturais interrompidas pelo colonialismo. Essa ênfase no papel da cultura e nos direitos culturais e educacionais sublinhou a visão da conferência de um mundo onde o respeito mútuo e a compreensão entre as nações seriam fundamentais para a construção de um futuro pacífico e cooperativo (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 9).

Na seção dedicada à promoção da paz mundial e cooperação discutidas nas sessões plenárias da Conferência de Bandung, houve um forte destaque para a importância da inclusão universal na Organização das Nações Unidas (ONU) e a necessidade de uma representação equitativa dos países asiáticos e africanos no Conselho de Segurança. Essa ênfase refletia uma visão coletiva de que a participação plena e justa nessas estruturas internacionais era crucial para a manutenção da paz e da estabilidade globais.

A conferência abordou com urgência a questão do desarmamento e a necessidade de proibir armas nucleares e termo-nucleares, reconhecendo que tais medidas eram essenciais para salvar a humanidade e a civilização dos perigos de uma guerra atômica em larga escala. Foi feito um apelo enfático para que esforços rápidos e determinados fossem empreendidos para estabelecer um controle internacional eficaz, capaz de implementar o desarmamento e a proibição dessas armas. Em linha com isso, a conferência declarou que o desarmamento universal era uma necessidade absoluta para preservar a paz mundial.

A declaração sobre promoção da paz mundial e cooperação na conferência também refletiu uma preocupação profunda com o estado de tensão internacional existente na época e os riscos associados à possibilidade de uma guerra atômica. A conferência fez um apelo à cooperação de todos os Estados, com um enfoque especial no papel da ONU, para trabalhar em direção à redução de armamentos e à eliminação de armas nucleares, tudo sob um controle internacional efetivo. Essa abordagem sublinhou a visão de que a liberdade e a paz são conceitos interdependentes e que o direito à auto-determinação é um elemento fundamental na construção de um mundo mais pacífico (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 1).

A conferência estabeleceu e reiterou uma série de princípios destinados a promover a convivência pacífica e a cooperação amigável entre as nações. Estes princípios incluíam o respeito aos direitos humanos fundamentais, a soberania e a integridade territorial de todas as nações, o reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas, a abstenção de intervenção nos assuntos internos de outros países, e o compromisso com a solução pacífica de disputas internacionais. Esses princípios refletem um entendimento compartilhado de que a paz e a cooperação internacionais são alcançadas não apenas através de acordos formais, mas também através do respeito mútuo e da compreensão entre as

nações, tendo sido corporificados segundo a publicação dos “10 princípios de Bandung” durante o pronunciamento final da Conferência:

1. Respeito por direitos humanos fundamentais e pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.
2. Respeito pela soberania e integridade territorial de todas as nações.
3. Reconhecimento da igualdade entre todas as raças e da igualdade entre todas as nações, grandes e pequenas.
4. Abstenção da intervenção ou interferências nos assuntos internos de outro país.
5. Respeito do direito de cada nação de defender a si mesma individualmente ou coletivamente, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
6. Abstenção do uso de arranjos de defesa coletiva para servir aos interesses particulares de qualquer um dos grandes poderes, abstenção de qualquer país de exercer pressões sobre outros países.
7. Afastamento de atos ou ameaças de agressão ou do uso de força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer país
8. Resolução de todas as disputas internacionais por meios pacíficos, como negociação, conciliação, arbitragem ou acordo judicial, bem como qualquer outro meio pacífico da escolha dos envolvidos, em conformidade com a Carta das Nações Unidas
9. Promoção de interesses mútuos e cooperação.
10. Respeito pela justiça e obrigações internacionais. (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 10) (tradução nossa)

Em resumo, os pronunciamentos finais da Conferência de Bandung representaram um compromisso coletivo em direção ao desenvolvimento econômico, cultural e à promoção da paz mundial. As nações participantes demonstraram uma vontade de colaborar em questões de interesse mútuo, estabelecendo um marco na história das relações internacionais e no esforço conjunto para enfrentar os desafios do mundo pós-colonial.

## 9.6 Os Bastidores da Conferência

A Conferência de Bandung, além de suas sessões formais e discussões em comitês, destacou-se pelas significativas negociações nos bastidores, onde tratados importantes foram assinados, refletindo a complexidade e dinâmica das relações internacionais da época. Esta dimensão não oficial da conferência teve um impacto profundo, ressaltando a importância das conexões informais e das ideias compartilhadas entre as nações presentes.

Essa atmosfera de cooperação e entendimento mútuo, comparável às primeiras sessões da ONU, marcou Bandung. Inicialmente recebida com ceticismo, a aceitação dos convites pelos países convidados começou a desconstruir essa percepção. As nações, apesar das diferenças e contradições evidenciadas nos pronunciamentos públicos, conseguiram colaborar para o sucesso da conferência. A assinatura de tratados durante a conferência foi um resultado tangível dessa colaboração, evidenciando que os verdadeiros frutos da conferência muitas vezes derivaram de conversas informais e encontros paralelos ao evento principal.

O tratado de amizade entre Indonésia e Afeganistão, assinado em Bandung, ilustrou a importância dessas negociações. Este tratado focou no respeito mútuo pela independência e direitos de cada nação, na manutenção da paz e amizade, e no fortalecimento das relações entre os povos dos dois países. Além disso, estabeleceu a manutenção de relações diplomáticas e consulares e concordou em resolver pacificamente quaisquer disputas (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 9).

Outro tratado marcante foi o acordo de dupla nacionalidade entre Indonésia e China, conhecido como o Tratado Sino-Indonésio de Dupla Nacionalidade. Assinado por Zhou Enlai e Sukarno, este tratado exigiu que os cidadãos chineses indonésios com dupla nacionalidade escolhessem a cidadania de apenas um país. Enfrentando várias objeções e um complexo processo de ratificação, o tratado só entrou em vigor em 1960. As objeções ao tratado e a subsequente oposição política dentro da Indonésia refletiram as complexidades das relações internas e externas da época (Mozingo, 1961).

Adicionalmente, no dia 23 de Abril em um pronunciamento notável (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 9), Zhou Enlai expressou a vontade do governo chinês de negociar com os EUA sobre a questão de Taiwan, destacando uma inédita disposição da RPC em levar o assunto da libertação de Taiwan para fóruns internacionais, segundo uma abordagem pacífica e diplomática que buscava diminuir as tensões no Extremo Oriente. Este

pronunciamento, realizado em um ambiente informal com líderes de várias delegações, sublinhou o papel crucial dos bastidores de Bandung na redução das tensões regionais.

Nos pronunciamentos de encerramento, a delegação de Burma reconheceu Bandung como um exemplo de coexistência pacífica e um marco histórico. A RPC enfatizou o sucesso da conferência nas discussões amigáveis e na promoção de acordos diplomáticos, apoiando lutas por independência de vários povos afro-asiáticos. O Egito limitou-se a agradecer a hospitalidade da Indonésia, enquanto a Índia, através de Nehru, considerou a conferência um sucesso, apesar de reconhecer que a verdadeira superação dos desafios viria com ações futuras. Nehru reafirmou a posição neutra da Índia e incentivou os outros participantes a fazerem o mesmo. A Indonésia, por meio de Sukarno, celebrou o avanço nas relações diplomáticas, a resolução do tratado de dupla nacionalidade com a RPC e a reparação de danos de guerra pelo Japão, ressaltando a necessidade de paz no cenário internacional (Secretariado da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 9).

Esses tratados, discussões nos bastidores e pronunciamentos de encerramento ilustram que, além das deliberações formais, foram as interações não oficiais e os acordos estabelecidos entre as delegações que contribuíram significativamente para alcançar os objetivos mais amplos da conferência. Esses resultados indiretos, embora menos visíveis, foram fundamentais para moldar as relações e políticas entre as nações afro-asiáticas nos anos subsequentes, destacando a importância histórica e o legado duradouro da Conferência de Bandung.

## 9.7 O Espírito de Bandung

A Conferência de Bandung, realizada em 1955, transcendeu seu manifesto espírito de cooperação e unidade afro-asiática, tornando-se um palco para que as nações participantes perseguissem objetivos próprios, específicos e nacionais. Cada país presente trouxe suas aspirações, estratégias e desafios particulares, refletindo a intrincada teia das relações internacionais naquele período. Embora essas ambições individuais não fossem explicitamente notáveis nos pronunciamentos conjuntos proferidos pelas delegações, elas foram evidenciadas nas negociações realizadas nos bastidores e em hotéis de Bandung, bem como nos desenvolvimentos geopolíticos subsequentes à conferência. Este fato foi reconhecido e valorizado pelos próprios participantes, que perceberam a importância de fornecer um espaço para negociação entre as nações presentes. Bandung, assim, tornou-se um

marco crucial na história das relações internacionais, especialmente para as nações emergentes afro-asiáticas do pós-colonialismo.

A Conferência foi estrategicamente utilizada por nações como Burma e Indonésia para atender a seus interesses nacionais específicos. Burma, por exemplo, tinha como objetivo primordial a pacificação de suas fronteiras com a RPC. Esta preocupação foi abordada de maneira direta pelo pronunciamento chinês, destacando a relevância da conferência como uma arena para resolver tensões regionais. Por outro lado, a Indonésia, sob a liderança de Sukarno, aproveitou a conferência não apenas para buscar reconhecimento internacional para a anexação de Papua Ocidental, mas também para legitimar seu governo. Sukarno empregou a conferência como uma plataforma cultural e midiática eficaz, reforçando tanto a posição interna quanto externa do governo indonésio, este enfoque estratégico resultou em um êxito notável para a Indonésia, que alcançou sucesso doméstico expressivo ao legitimar o governo e mitigar movimentos separatistas. Este caso ilustra a capacidade da Indonésia em capitalizar sobre o evento internacional, usando-o como uma ferramenta para fortalecer sua postura no cenário global e doméstico (Shimazu, 2014).

A RPC por sua vez, enfrentando um contexto de sanções ocidentais e ameaça de isolamento internacional, abordou a Conferência de Bandung em 1955 como uma plataforma estratégica para estabelecer e fortalecer relações com seus vizinhos. Sob a direção perspicaz de Zhou En Lai, a RPC não só se destacou nos discursos oficiais, mas também emergiu como uma força dominante nos diálogos informais e nos acordos feitos nos bastidores. Este protagonismo chinês foi cristalizado através de ações decisivas, como a assinatura do Tratado de Dupla Nacionalidade Sino-Indonésio, um movimento diplomático que simbolizava a falta de interesse chinês em intervir nos assuntos domésticos de seus vizinhos. Além disso, nos anos subsequentes a realização da Conferência, a RPC intensificou as relações comerciais com os países árabes e asiáticos presentes em Bandung, evidenciando uma abordagem diplomática assertiva e multifacetada (Wood, 2012).

Durante a Conferência de Bandung em 1955, o Egito, sob a liderança de Gamal Abdel Nasser, evidenciou claramente sua aspiração a uma posição de destaque no mundo muçulmano. Esta ambição foi destacada pela significativa presença da delegação egípcia, que era uma das maiores da conferência, sublinhando o desejo do Egito de exercer influência e liderança entre as nações muçulmanas. Além disso, as múltiplas declarações de apoio recebidas pelas reivindicações do Egito sobre o Canal de Suez durante a conferência fortaleceram a posição de Nasser tanto a nível internacional quanto doméstico. Esta onda de apoio foi um fator crucial que impulsionou Nasser a tomar medidas mais decisivas,

culminando na audaciosa ação de nacionalizar o Canal de Suez apenas um ano após a Conferência.

Bandung, portanto, não apenas proporcionou um palco internacional para Nasser expressar as aspirações e desafios do Egito, mas também contribuiu para consolidar sua posição como líder influente no Oriente Médio e no mundo muçulmano. A decisão de nacionalizar o Canal de Suez, influenciada pelo apoio obtido em Bandung (Ferraboli, 2013), teve repercussões profundas não apenas para o Egito, mas para toda a região, redefinindo as relações de poder e a dinâmica geopolítica na época.

A Índia destacou-se ao promover os princípios da Panchsheel. Essa abordagem de Nehru e da delegação indiana, no entanto, enfrentou críticas de algumas delegações que acusavam a Índia de adotar uma postura pedagógica, presumivelmente tentando orientar os demais participantes sobre os procedimentos apropriados para a conferência. Os críticos mais incisivos apontavam que essa postura era consequência da longa experiência da Índia com a língua inglesa e o domínio dos métodos organizacionais europeus, características fortemente incorporadas pelos representantes indianos (Wood, 2012).

Apesar destas tensões e da percepção de expansionismo indiano por parte do Paquistão e do Sri Lanka, a Conferência desempenhou um papel crucial em acalmar as tensões na região da Caxemira, estabelecendo um terreno de paz que contribuiu para evitar conflitos na região por uma década. Além disso, teve um impacto significativo na política interna do Sri Lanka, onde, em 1956, foi eleito um primeiro-ministro que compartilhava uma proximidade ideológica com Nehru e adotava uma postura não-alinhada familiar aos princípios da Panchsheel. Este desenvolvimento político no Sri Lanka acelerou o processo de nacionalização de propriedades britânicas na ilha e reduziu sua dependência dos pactos de defesa com a Inglaterra, realinhando sua política externa em direção a um caminho mais independente e autônomo (Chakravarty e Manoharan, 2016).

A Costa do Ouro, no início da Conferência de Bandung, ocupava inicialmente o papel de uma delegação observadora. No entanto, ao longo do evento, desviou-se das instruções britânicas e assumiu uma participação ativa. Esta atitude representou um passo significativo para a região, pois conseguiu um reconhecimento tácito, ainda que não oficialmente declarado, das reivindicações territoriais do governo de Nkrumah por parte de muitas das nações presentes em Bandung.<sup>138</sup>O envolvimento ativo da Costa do Ouro em Bandung,

<sup>138</sup> Embora Nkrumah estivesse em negociações com a Inglaterra definindo os detalhes da independência de Gana e não tenha participado pessoalmente da Conferência, como muitos autores erroneamente alegam, membros importantes de seu governo participaram ativamente organizando inclusive bancas culturais. (Finnane, 2010) .

contrariando as expectativas britânicas, acelerou o processo de negociações pela independência. Esta ação diplomática audaciosa e estratégica contribuiu para que a independência de Gana fosse alcançada de forma mais rápida, culminando na sua efetivação em 1957.

O espírito de Bandung, emanado da Conferência de Bandung em 1955, reflete um marco histórico na emergência do terceiro mundo como uma força coletiva no cenário político internacional. Este evento simbolizou mais do que a solidariedade afro-asiática; representou um movimento contra o colonialismo, o imperialismo e a dominação ocidental, promovendo a autodeterminação, a soberania nacional e a igualdade racial e cultural.

A Conferência foi caracterizada por um desejo coletivo de cooperação e compreensão mútua entre nações que partilhavam experiências comuns de opressão e subjugação. Além disso, destacou a necessidade de um novo tipo de diplomacia internacional, baseada no respeito mútuo e na não-interferência nos assuntos internos dos outros países. Este novo paradigma de relações internacionais visava uma ordem mundial mais equitativa e justa, livre das amarras do colonialismo e da polarização da Guerra Fria.

Contudo, Bandung também revelou as complexidades e as nuances da política global. Enquanto promovia a unidade e a cooperação, a conferência também serviu de palco para os países participantes perseguirem seus próprios interesses nacionais, muitas vezes através de negociações estratégicas nos bastidores. Este aspecto demonstra como os ideais coletivos de solidariedade e autonomia nacional coexistiam com a *realpolitik* e as aspirações individuais de cada nação.

Em suma, o espírito de Bandung é multifacetado. Ele encapsula um forte senso de solidariedade transnacional entre as nações em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que reconhece a existência de interesses nacionais divergentes e estratégias diplomáticas únicas.

## 10 Conclusão

### 10.1 A Economia Política de Bandung

Os dez pontos resultantes da conferência de Bandung e as preocupações geopolíticas expressas neles detêm protagonismo na historiografia construída em torno da conferência, sendo eles a referência preferida do evento por muitas leituras e historiadores (Tilley, 2016), sobretudo aqueles preocupados com o Movimento dos Não Alinhados que se organiza posteriormente e que pode ser facilmente rastreado no ponto de número 6: “Abstention from

the use of arrangements of collective defense”. Por outro lado, são escritos também doze parágrafos sobre o título de “Cooperação Econômica” no comunicado final da conferência e que são comumente esquecidos nas discussões sobre Bandung (Nesadurai. 2008).

Nestes parágrafos, é reconhecida a prioridade do desenvolvimento econômico para as nações ali presentes, que sublinham a necessidade de maior cooperação técnica e material entre si além do desejo pela expansão, senão redirecionamento, dos programas de ajuda ao desenvolvimento ocidentais. São destacadas também, as preocupações dos governos presentes em Bandung acerca de “fontes de instabilidade”<sup>139</sup> provenientes da economia global, que motivam as recomendações feitas sobre o comércio de matérias primas, sugerindo a diminuição da vulnerabilidade econômica destes países por meio da diversificação de suas exportações e do congelamento dos preços de determinados produtos nos mercados internacionais. Além disso, estes parágrafos expressam também preocupações sobre a independência energética dos países reunidos e sobre o controle das rotas comerciais globais, recomendando discussões sobre estes assuntos nos fóruns que seriam organizados posteriormente.

Embora uma grande variedade de assuntos seja abordada nos doze parágrafos destacados, nenhum deles é explorado de maneira substantiva o suficiente para gerar reivindicações específicas, de forma que as determinações produzidas nestes parágrafos se limitam ao reino das sugestões e recomendações. Porém, mesmo que a Conferência de Bandung não explore profundamente os temas apresentados nos doze parágrafos de cooperação econômica do comunicado final, estes assuntos serão trabalhados de maneira específica posteriormente, como por exemplo, na revisão do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) durante os debates que cercam a proposta de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) nos anos 70 (Nesadurai, 2008). Assim, mesmo não os explorando de maneira significativa, Bandung apresenta os temas que dominaram as discussões no terceiro mundo durante os anos a seguir, mas acima de tudo, estas linhas produzem com sucesso o que Abdulgani<sup>140</sup> batiza de “um método de abordagem” (Abdulgani, 1964. p. 64.) para a política externa dos países reunidos em Bandung:

5. A Conferência Afro-Asiática recomenda que ação coletiva seja tomada pelos países participantes para a estabilização dos preços internacionais e da demanda de produtos primários por meio de arranjos bilaterais e multilaterais, e na medida do praticável e desejável, devem adotar uma abordagem unificada sobre estes assuntos

---

<sup>139</sup> Nessadurai argumenta que a guerra na Coreia leva ao rápido declínio do preço de certos produtos, motivando os governos reunidos em Bandung a idealizarem o congelamento de seus preços. (Nesadurai, 2008, p. 73)

<sup>140</sup> Secretário Geral da Conferência de Bandung.



na Comissão de Conselheiros Permanentes da ONU sobre Comércio Internacional de *Commodities* e em outros fóruns internacionais.

12. A Conferência Afro-Asiática recomenda a consulta prévia entre os países participantes nos fóruns internacionais objetivando, na medida do possível, promover seus interesses econômicos mútuos, sem com isso formarem um bloco regional. (Secretariado Conjunto da Conferência de Bandung, 1955, Vol. 9)

Sublinhando a falha dos governos Ocidentais ao tentarem instrumentalizar as instituições internacionais segundo seus interesses<sup>141</sup> ao mesmo tempo em que desconsideram os interesses dos países da Ásia e da África nas decisões referentes às estruturas da economia global, os governos de Bandung mobilizam uma frente unida (que não deve ser confundida com alguma aliança regional)<sup>142</sup>, planejada como forma de conferir peso a suas demandas e promover mudanças organizacionais no funcionamento da ONU. Analisando estes doze parágrafos, Nesadurai (2008) conclui que a ênfase dedicada a questões voltadas para o processo decisório internacional e para a representação dos governos de Bandung na ONU, demonstra uma preocupação de ordem procedimental que antecede logicamente qualquer demanda substantiva sobre algum assunto específico, nas palavras da autora:

O chamado da Conferência por uma representação equânime no processo decisório internacional da sociedade de estados, era essencialmente um chamado para levarem a sério a questão da justiça internacional, particularmente aquela da justiça procedimental na administração dos assuntos globais. Embora a conferência não tenha lidado com as questões mais substantivas da justiça econômica internacional, ela endossou o princípio do desenvolvimento internacional assistido pelos estados mais ricos (Nessadurai, 2008, p.93.) (tradução nossa)

## 10.2 O nacional desenvolvimento Asiático e as contradições de Bandung

Assim, a conferência de Bandung promove uma reconfiguração na política externa dos EUA, estabelece parâmetros procedimentais pelos quais o Terceiro Mundo poderia expressar suas reivindicações e consagra a ONU como o veículo pelo qual seriam apresentadas essas reivindicações. Entretanto, Bandung também endossa o princípio do desenvolvimentismo dirigido pelo estado pós-colonial e assistido pelo Primeiro Mundo, demonstrando como o entendimento sobre o desenvolvimento na época<sup>143</sup> reconhece um

<sup>141</sup> Antes de apresentarem um comunicado final da conferência, seus participantes formulam críticas direcionadas, por exemplo, à existência de um Conselho de Segurança na ONU.

<sup>142</sup> Nesadurai (2008) argumenta que a pequena menção, feita no final do parágrafo 12 da seção Cooperação Econômica do comunicado final, se destina aos paranóicos observadores norte-americanos, que poderiam no pior dos casos, encarar a Conferência de Bandung com hostilidade.

<sup>143</sup> Mc Michael (2017) sugere que o entendimento sobre o projeto desenvolvimentista adotado pelos governos de Bandung bebe diretamente das concepções cepalinas e da teoria da dependência, que já circulavam na ONU desde pelo menos 1948.

papel implícito do estado como agente capaz de criar as condições necessárias para o desenvolvimento econômico nacional, sendo a contestação das estruturas do capitalismo global outro ingrediente da receita nacional desenvolvimentista da década de 50. Retornamos então à concepção de Grovogui (2016) sobre Bandung, que a considera parte de um processo marcado sobretudo por três eventos específicos, o golpe no Irã, a conferência Afro-Asiática em 1955 e a crise de Suez no ano seguinte. Quando Nasser anuncia a nacionalização do Canal de Suez em 1956, recebendo apoio retórico do restante do Terceiro Mundo e atraindo reações hostis de europeus e israelenses, que seriam por sua vez domesticadas pela política externa dos EUA<sup>144</sup>, o governo de Nasser corporifica os objetivos perseguidos em Bandung e leva diferentes autores a anunciarem o início da “Era de Bandung” (Tilley, 2016). Como Hobsbawn (1994, p. 352) bem ilustra: “O nome do jogo na década de 50 é planejamento e iniciativa estatal”

Este projeto desenvolvimentista tem duas faces, uma nacional e outra internacional. Ao mesmo tempo em que promove a expansão das fronteiras extrativistas, garantindo a continuidade do crescimento da economia global e configurando ambientes “bons para o investimento” (Tilley, 2016) capazes de satisfazer a fome do capital financeiro internacional, ele atende aos interesses de grupos internos (proprietários, comerciantes etc.) que buscam uma posição melhor na configuração econômica global, mais próxima de seu centro. Acima de tudo, este projeto nacional desenvolvimentista se sustenta no apoio do estado nacional, por meio do policiamento dos ambientes de investimento e da elaboração de políticas estratégicas para o desenvolvimento de centros urbanos e de setores específicos da economia (McMichael, 2017).

As leituras críticas de Bandung (Icaza, 2016; Tilley, 2016; Patel e McMichael, 2004) observam por outro lado um problema que se apresenta quando consideramos como esse paradigma desenvolvimentista e os governos responsáveis por promovê-lo, são construídos em grande parte sem a participação de parcelas consideráveis de suas populações. Salvo algumas raras exceções, cujas fronteiras construídas pelo colonizador reproduzem as fronteiras de antigas civilizações pré-coloniais<sup>145</sup>, grande parte dos estados pós-coloniais são herdeiros de estruturas políticas e sociais construídas pelo europeu, que agrupam diferentes povos e culturas ao mesmo tempo em que os divide segundo linhas étnicas ou raciais capazes de garantir estabilidade a estrutura de subjugação colonial (Comber, 2006). Assim, a

---

<sup>144</sup> Vale mencionar aqui que o impacto de Bandung sobre a política externa norte americana não se dá de maneira uniforme, como Keohane (1971) demonstra, determinados países estavam em posições mais apropriadas para barganhar seus interesses com os EUA.

<sup>145</sup> Hobsbawn (1994) sugere que seria este o caso do Irã e em certa medida da Índia.

manutenção ou contestação destas estruturas e do heterogêneo agrupamento de povos submetidos a elas, se tornam fontes de conflito no contexto de pós- independência, capazes de por vezes, escalam ao ponto de uma verdadeira guerra civil.

Em um cenário onde múltiplos estados surgem desprovidos de alguma legitimidade sólida, em que os arranjos políticos herdados por eles promovem a divisão e segregação social, Hobsbawn (1994) considera quase uma consequência natural a ascensão de elementos autoritários como a força política dominante nos novos estados pós-coloniais. Na entrevista concedida por Tamara Soukotta<sup>146</sup> a Rosalba Icaza<sup>147</sup>, a pesquisadora ilustra a associação entre o nacional desenvolvimentismo enunciado em Bandung e o autoritarismo pós-colonial legado pelas estruturas de dominação europeias, tomando como objeto de observação a trajetória desenvolvimentista do anfitrião da conferência de Bandung.

Em linhas gerais, Soukotta demonstra como as reivindicações do governo de Sukarno<sup>148</sup> sobre uma série de ilhas do arquipélago indonésio são efetivamente reconhecidas pelos participantes de Bandung e conseqüentemente por toda a comunidade internacional, ignorando assim os diferentes movimentos de independência dessas muitas ilhas que não são convidadas a participarem da conferência e buscavam sua desvinculação tanto da Holanda, quanto de Java (GARZA, 2016. p. 178). A anexação destas ilhas pelo governo Indonésio é demonstrada por Hernawan (Hernawan, 2016), quem resgata o processo do referendo supervisionado pela ONU por meio da entrevista com testemunhas oculares do evento<sup>149</sup>:

Por cerca de um mês, fomos internados. Pouca coisa acontecia dentro dos dormitórios. Toda noite eu tinha de praticar uma leitura em voz alta com Sr. Laurens, o comandante do RPKAD (Forças Especiais do Exército da Indonésia). “Você não pode estar errado” eles diziam... Nós vínhamos de Asmat, Mappi, Marind Dek, Biau a da cidade de Merauke. Havíamos sido selecionados. Alguns eram professores, alguns eram pessoas ordinárias, estes eram analfabetos... Eu me apresentei e li o texto para nos juntarmos a Indonésia. Eu estava muito emotivo, pois era uma rendição total, eu sentia fúria dentro de mim, mas esse sentimento não podia ser expresso e devia ser suprimido. Aqueles que falassem contra eram mandados para Kodim onde muitos morriam por causa de choques elétricos. (Hernawan, 2016, p. 178) (tradução nossa)

Uma vez anexadas às ilhas reivindicadas pelo governo da Indonésia, elas assistem a concentração dos programas de desenvolvimento urbano legados pela administração

<sup>146</sup> Pesquisadora de pós-doutorado do International Institute of Social Studies (ISS), na Holanda.

<sup>147</sup> Professora associada do ISS.

<sup>148</sup> Presidente da Indonésia, quem governaria o país por mais de vinte anos desde sua independência até o golpe apoiado pela CIA em 1966.

<sup>149</sup> Vale mencionar como a natureza repressiva dessa anexação configura os movimentos que buscam sua independência da Indonésia nos dias de hoje e reivindicam as terras desapropriadas no curso do projeto de nacional desenvolvimento do governo de Sukarno. Hernawan (2016) apresenta uma interessante discussão expondo a forma como estes movimentos olham para grupos de solidariedade regionais da Grande Melanésia uma vez que foram ignorados pela solidariedade Afro-Asiática de Bandung.

holandesa na nova capital em Java (Icaza, 2016), que se torna responsável pela pacificação, monitoramento, policiamento e recrutamento das forças de trabalho nos novos territórios anexados, de forma a finalmente garantir a estabilidade necessária para extração de seus recursos naturais e atração de investimentos estrangeiros<sup>150</sup>.

Assim, o processo de acumulação capitalista deixado pela administração colonial permanece em grande parte inalterado ou será reconfigurado, com o novo estado pós-colonial adotando protagonismo como motor do desenvolvimento capitalista interno (Patel, Rajeev e McMichael, 2004). Como a trajetória de Papua do Oeste demonstra, este processo resulta na expansão da barreira extrativista dentro destes novos estados, que passam a reproduzir ou mesmo aprimorar mecanismos de coerção e exclusão de suas populações deixados para trás pelo colonizador europeu (Tilley, 2016; Icaza, 2016). Este movimento leva a um cenário controverso, onde ao mesmo tempo em que a agenda terceiro mundista amadurece em um cenário internacional, levando a consolidação do Movimento dos Não Alinhados ou organização da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) para vocalizar as demandas terceiro mundistas sobre a economia internacional, os estados nação que promovem essa maturação também internalizam as normas e mecanismos desenvolvimentistas por meio de um “autoritarismo capitalista”<sup>151</sup>. Como os autores bem descrevem:

O terceiro mundismo situado entre os impérios do capitalismo e do comunismo corporifica as contradições do período: a institucionalização universal da soberania nacional como a representação das independências dos povos descolonizados, confronto com o racismo europeu e um movimento de elites quase-nacionalistas cuja legitimidade depende da negociação de sua dependência econômica e política. (Patel e McMichael, 2004, p.241) (tradução nossa)

A observação destes autores confere substância ao recorte político pelo qual Hobsbawn divide o mundo bipolar: “democracia para o primeiro mundo, comunismo para o segundo e autoritarismo para o terceiro” (Hobsbawn, 1994, p. 348). Porém, o reconhecimento da natureza autoritária com a qual os governos pós-coloniais internalizam os paradigmas do desenvolvimento, não compromete a construção de uma rede de solidariedade Afro-Asiática entre os participantes de Bandung. Esta solidariedade contém, entretanto, duas faces que se

---

<sup>150</sup> Tilley (2016) detalha muito bem todo o processo de integração das ilhas anexadas pelo governo Indonésio às dinâmicas do capitalismo global em sua tese de pós-doutorado, publicada em 2016. No caso específico Papua do Oeste, o investimento estrangeiro viria apenas depois do golpe de 1966 e das rodadas de liberalização da economia indonésia.

<sup>151</sup> Patel e McMichael (2004) vão ainda mais além em sua análise, sugerindo a constituição de um neofascismo global sem o qual as estruturas capitalistas globais não poderiam existir.

contradizem entre o que El Alaoui (2016) batiza de “A Bandung das ruas” e a “Bandung dos governos” (Alaoui, 2016, p.74).

Esta contradição pode ser identificada na trajetória de Duryya Shafiq resgatada Pelo autor (Alaoui, 2016, p.68): motivada pela solidariedade Afro-Asiática enunciada pelo Espírito de Bandung, a jornalista e ativista egípcia que encabeçou um movimento de democratização no Egito de Nasser, busca refúgio na embaixada indiana quando se vê alvo de perseguições pelo seu governo, somente para ser capturada pelos funcionários desta embaixada e entregue aos policiais egípcios. Assim, os ecos de Bandung podem ser escutados tanto na contestação da ordem econômica internacional apresentada pelos seus governos, que buscam não sua desconstrução, mas uma reconfiguração desta ordem onde as nações de terceiro mundo passem a ocupar um lugar mais próximo do centro do capitalismo global, quanto no desafio colocado a estes mesmos governos de terceiro mundo pela “Bandung das ruas”, que denuncia a produção de centros dentro das periferias do capitalismo global, realizada no curso da internalização do paradigma desenvolvimentista por governos autoritários.

Como a tese de Tilley (2016) analisa, seria justamente a repressão do governo indonésio sobre as populações anexadas no curso da execução de seu projeto de desenvolvimento, que produziria as populações deslocadas e perseguidas responsáveis por expandirem o movimento comunista no arquipélago, e finalmente motivariam o golpe apoiado pela CIA em 1966, que enterra o nacional desenvolvimentismo indonésio e condiciona o comportamento do país quando a NOEI é processada na ONU. Assim, a análise das contradições presentes dentro da agenda terceiro mundista originada em Bandung, não deve ser feita simplesmente como uma forma de se desmistificar o Espírito de Bandung ou criticar a governos de Terceiro Mundo, mas como uma tentativa de se compreender os limites que condicionam o avanço dessa agenda durante os anos seguintes até o que muitos consideram sua manifestação máxima durante a década de 70.

## 11 Referências Bibliográficas

ACHARYA, A. *Who Are the Norm Makers? The Asian-African Conference in Bandung and the Evolution of Norms*. Global Governance, p. 405–417, 2014.

ACHARYA, A. ; TAN, Seng (Eds.). *Bandung Revisited: The Asian-African Conference for International Order*. NUS Press, 2008.

ALAOUI, *A Meaning of Bandung: An Afro-Asian Tune without Lyrics*. In: PHAM, Quỳnh N.; SHILLIAM, Robbie. **Meanings of Bandung: postcolonial orders and decolonial visions**. Rowman & Littlefield, 2016.

AMPIAH, Kweku. *The Political and Moral Imperatives of the Bandung Conference of 1955: the Reactions of the U.S., U.K., and Japan*. Folkestone: Global, 2007.

BARR, James. *A Line in the Sand: Britain, France and the struggle that shaped the Middle East*. Simon and Schuster, 2011.

BIEL, R. *El nuevo imperialismo*. México: Siglo Veintiuno, 2007.

BORGWARDT, Elisabeth. *A New Deal for the World*. Harvard University Press. 2005.

CHAKRAVARTY, Priyama; MANOHARAN, N. *India – Sri Lanka Relations: Managing the Ups and Downs*. Indian Foreign Affairs Journal, v. 11, n. 3, p. 253-266, jul.-set. 2016.

CHARNEY, Michael. *U Nu, China, and the “Burmese” Cold War: Propaganda in Burma in the 1950s*. In: Zheng Yangwen, Hong Liu, and Michael Szonyi. **The Cold War in Asia: The Battle for Hearts and Minds**. 2010.

CHEN, Tung Pi. *The Nationality Law of the People's Republic of China and the overseas chinese in Hong Kong, Macao and Southeast Asia*. NYLS Journal of International and Comparative Law, Vol.5. 1984.

CHIN, Low Choo. *China's citizenship diplomacy at Bandung: an evaluation from the british perspective*. New Zealand Journal of Asian Studies. 2015.

CHOMSKY, Noam. *Deterring Democracy*. London: Vintage. 1992.

COMBER, Leon. *The Malayan special branch on the Malayan–Thai frontier during the Malayan emergency (1948–60)*. *Intelligence and National Security*, 21:1, 77-99. 2006.

DAWISHA, Adeed. *Arab Nationalism in the Twentieth Century: From Triumph to Despair*. Princeton University Press. 2016.

DIRLIK, Arif. *The Bandung legacy and the Peoples Republic of China in the perspective of global modernity*. *Inter-Asia Cultural Studies Journal*. 2015.

DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony. *História do século XX*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1988.

DUROSELLE, Jean Baptiste. *A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais*. São Paulo: Pioneira, 1976.

ENLAI, Zhou. *Selected works of Zhou Enlai*. Foreign Languages Press, p. 158, 1989.

ENLAI, Zhou. *Main speech by premier Zhou Enlai, head of the delegation of the People's Republic of China*. Plenary Session of the Asian-African Conference. Wilson Center Digital Archive, 1955.

ENLAI; U NU. *Record of the Second Meeting between Premier Zhou and Prime Minister U Nu*. Wilson Center Digital Archive. Burma. 1954.

EVANS, Thomas e ISAACSON, Walter. *The Wise Men: six friend and the world they made*. Simon and Shuster, 1986.

FERRABOLI, Silvia. *Relações Internacionais do Mundo Árabe (1954-2004): Os Desafios para a Realização da Utopia Pan-arabista*. *Contexto Internacional*- vol. 29, no1, jan/jun, 2007.

FISHER, Cary. *An American Dilemma: Race and Realpolitik in the American Response to the Bandung Conference 1955*. In: PLUMMER, Brenda Gayle (Ed.). **Window on Freedom: Race, Civil Rights and Foreign Affairs, 1945-1988**. University of North Carolina Press, Chapel Hill, 2003.

FINNANE, Antonia; McDOUGALL, Derek. *Bandung 1955: Little Histories*. Monash University Press, 2010.

GARZA, Rosalba Icaza. *Bandung as a Plurality of Meanings*. In: PHAM, Quỳnh N.; SHILLIAM, Robbie. **Meanings of Bandung: postcolonial orders and decolonial visions**. Rowman & Littlefield, 2016.

GREIG, Alastair; HULME, David; TURNER, Mark. *Challenging Global Inequality: Development Theory and Practice in the 21st Century*. Red Globe Press 2007.

Grovogui, Siba N. *Remembering Bandung: When the Streams Crested, Tidal Waves Formed, and an Estuary Appeared*. In: PHAM, Quỳnh N.; SHILLIAM, Robbie. **Meanings of Bandung: postcolonial orders and decolonial visions**. Rowman & Littlefield, 2016.

HAN, Enze. *Bifurcated homeland and diaspora politics in China and Taiwan towards the Overseas Chinese in Southeast Asia*. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 2019.

HERNAWAN, Budi. *Papua and Bandung: a Contest Between Decolonial and Postcolonial Questions*. In: PHAM, Quỳnh N.; SHILLIAM, Robbie. **Meanings of Bandung: postcolonial orders and decolonial visions**. Rowman & Littlefield, 2016.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o Breve Século XX*. 1994.

HONG, Li. *The truth behind the "Kashmir Princess" Incident*. Selected essays on the History of Contemporary China. Brill. 2015.



HOPKINS, A.G. *Economic Aspects of Political Movements in Nigeria and in the Gold Coast 1918-1939*. The Journal of African History, Vol. 7, No. 1. 1966.

JABEEN, Mussarat. *Nehru as the Sole Arbiter of Indian Foreign Policy: An Analytical Review of the Years 1947-64*. UOS Journal of Social Sciences & Humanities, Volume 2, No. 2, 2013.

JANSEN, G. H. *Nonalignment and Afro-Asian States*. Praeger, Nova York, 1966.

JIAN, Chen. *China's Road to the Korean War*. New York: Columbia University Press. 1994.

JIAN, Chen. *Mao's China and the Cold War*. The New Cold War History. 2001.

KEITH, Ronald C. *The Diplomacy of Zhou Enlai*. International Culture Publishing Corporation, 1989.

KEOHANE, Robert. *The Big Influence of Small Allies*. Foreign Policy, No. 2, pp. 161-182. 1971.

LEE, Christopher J. *Making a World after Empire: The Bandung Moment and its Political Afterlives*. University of Ohio Press, Atenas, Ohio, 2010.

LEFFLER, MELVYN P. *The United States and the Strategic Dimensions of the Marshall Plan*. Diplomatic History 12, no. 3, 1988.

LINTNER, Bertill. *China's India War: Collision Course on the Roof of the World*. The Journal of American-East Asian Relations Vol. 25, No. 4, 2018.

MEHROTRA LL. *India's Tibet Policy: An Appraisal And Options*. Tibetan Parliamentary and Policy Research Centre. Third edition. New Delhi, 2000.

MADANAYAKA, Shashikala Aloka. *Unique Features of Foreign Policy of UNP Regimes (1948 – 1965) and Bandaranaike Regimes (1956 – 1965)*. Department of Economics, University of Kelaniya. 2016.

MARTIN, William G. *Region Formation under Crisis Conditions: South vs Southern Africa in the Interwar Period*. Journal of Southern African Studies Vol. 16, No. 1. 1990.

MARTIN, William G. *South Africa's Subimperial Futures: Washington Consensus, Bandung Consensus, or Peoples' Consensus?* African Sociological Review, Vol. 12, No. 1, 2008.

MARTINSSON, Johann. *Global Norms: Creation, Diffusion, and Limits*. Washington, DC: The World Bank. 2011.

MCCANN, Gerard. *Africa's 'Bandung moment' in 1950s Asia*. Journal of World History, Vol. 30, No. 1-2. 2019.

MCMICHAEL, Phillip. *Development and social change: a global perspective*. Philip McMichael (Cornell University).; Sixth edition. 2017.

MENEZES, A.J.B. *Brasil e o mundo ázio-africano*. Carta-prefácio de João Neves da Fontoura. FUNAG, 1956).

MESERVEY, Joshua. *Flight Plan Africa: Portuguese Airpower in Counterinsurgency, 1961–1974*. Wolverhampton Military Series. 2015.

MOZINGO, David. *The Sino-Indonesian Dual Nationality Treaty*. Asian Survey, v. 1, n. 10, p. 25-31, University of California Press, 1961.

MURPHY, Craig N. *Afterword: Bandung as a Research Agenda*. In: PHAM, Quynh N.; SHILLIAM, Robbie. **Meanings of Bandung: postcolonial orders and decolonial visions**. Rowman & Littlefield, 2016.

MWANGI, Wambui. *Of Coins and Conquest: The East African Currency Board, the Rupee Crisis, and the Problem of Colonialism in the East African Protectorate*. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 43, No. 4. 2001.

NESADURAI, Helen. 'Bandung and the Political Economy of North-South Relations'. In: See-Seng Tan and Amitav Acharya (eds), **Bandung Revisited: The Legacy of the 1955 Asian-African Conference for International Order** . Singapore: National University of Singapore Press, in press, pp. 68-101. 2008.

ONSLow, Sue. *Cold War in Southern Africa: White Power, Black Liberation*. Routledge. 2012.

PATEL, Rajeev; McMICHAEL, Phillip. *Third Worldism and the lineages of global fascism: the regrouping of the global South in the neoliberal era*. *Third World Quarterly*, Vol. 25, No. 1, pp. 231–254, 2004.

PHAM, Quỳnh N; SHILLIAM, Robbie. *Meanings of Bandung: postcolonial orders and decolonial visions*. 2016.

PRASHAD, Vijav. *The Darker Nations: A People's History of the Third World*. New Press, 2007.

RAMAKUMAR, R. *Roots of Sri Lanka's economic crisis*. Frontline. 2022.

REYNOLDS, David. *In command of History: Churchill fighting and writing the second world war*. New York: Random House. 2004.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008.

SATTAR, Abdul. *Pakistan's Foreign Policy 1947-2019, a Concise History*. OUP Pakistan; 5<sup>a</sup> ed. 2020.

Secretariado da Conferência de Bandung. *Boletins de Bandung*. 1955. Disponível em:< <https://bandung60.wordpress.com/bandung-bulletin/> > Acesso em: 10 de Dezembro de 2023.

SHAO, Kuo-kang. *Zhou Enlai's Diplomacy and the Neutralization of Indo-China, 1954-55*. *The China Quarterly*, No. 107. 1986.

SHIMAZU, Naoko. *Diplomacy As Theatre: Staging the Bandung Conference of 1955*. *Modern Asian Studies*, 48(1), 225-252. 2014.

SHIVJI, ISSA G. *Wither Africa in the Global South? Lessons of Bandung and Pan-Africanism*. In: **Reclaiming Africa, Scramble and Resistance in the 21st Century**. Springer, 2019.

SHLAIM, Avi. *The Iron Wall: Israel and the Arab World*. W.W. Norton. 2014.

TARLING, Nicholas. 'Ah-Ah': *Britain and the Bandung Conference of 1955*. *Journal of Southeast Asian Studies*, Vol. 23, No. 1. 1992.

TEACUP MEDIA; MONTGOMERY, Laszlo (apresentador). *The Life of Premiere Zhou Enlai*. Em: **The China History Podcast**. Episódios 5 e 6, 2015.

TILLEY, Lisa. *The condition of market emergence in Indonesia: coloniality as exclusion and translation*. PhD thesis, University of Warwick. 2016.

TSANG, Steve. *Target Zhou Enlai: the "Kashmir Princess" incident of 1955*. *The China Quarterly*, No. 139. 1994.

VITALIS, Robert. *The Midnight Ride of Kwame Nkrumah and Other Fables of Bandung (Ban-doong)*. *Humanity*. Vol. 4, Ed. 2. 2013.

WEBER, Heloise. *The political significance of Bandung for development: challenges, contradictions and struggles for justice*. In: PHAM, Quynh N.; SHILLIAM, Robbie.

**Meanings of Bandung: postcolonial orders and decolonial visions.** Rowman & Littlefield, 2016.

WESSELS, Hannes. *Pk Van Der Byl: African Statesman*. 30 Degrees South. 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. *O Império do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

WOOD, Sally Percival. *Retrieving the Bandung Conference... moment by moment*. *Journal of Southeast Asian Studies*, v. 43, n. 3, p. 523-530, Cambridge University Press, 2012.

WRIGHT, Richard. *The Color Curtain: A Report on the Bandung Conference*. World Publishing Company. 1956.

ZHAI, Qiang. *Crisis and Confrontation: Chinese-American Relations during the Eisenhower Administration*. *Journal of American-East Asian Relations*. 2000.

ZHANG, Shu Guang. *Constructing 'Peaceful Coexistence': China's Diplomacy toward the Geneva and Bandung Conferences, 1954–55*. *Cold War History*. 2007

ZHANG, Shu Guang. *Economic Cold War America's Embargo against China and the Sino-Soviet Alliance, 1949-1963*. Stanford University Press Stanford, California. 2001.

ZHANG, Shu Guang. *Mao's Military Romanticism: China and the Korean War, 1950-1953*. University Press of Kansas. 1995.